

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

**SABERES E PODERES MEDIADOS PELA TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE EM
FÁBRICAS DA INDÚSTRIA DE LINHA BRANCA**

GIOVANNA PEZARICO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Tecnologia. Programa
de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade
Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz

CURITIBA

2007

GIOVANNA PEZARICO

**SABERES E PODERES MEDIADOS PELA TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE EM
FÁBRICAS DA INDÚSTRIA DE LINHA BRANCA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus avós Eugênio e Giacomina, João e Carmen pela graça de terem me presenteado com seus filhos amados Milton e Maria.

Agradeço a meus queridos pais, Milton e Maria Salete, pelo esforço dedicado durante toda minha vida pessoal e acadêmica, e, por me mostrar os dois únicos bens que sempre levaremos conosco: o amor das pessoas e a sabedoria adquirida.

Agradeço ao meu amor Roger, por ser simplesmente quem é, pelo apoio incondicional, estímulo e paciência.

Agradeço minha sempre irmãzinha Carmen, por todos os momentos que passamos juntas e que fizeram parte desta etapa, principalmente por ter me aproximado do caminho da pesquisa.

Agradeço aos amigos que fiz, pelo apoio e pelas discussões que tanto me fizeram crescer, em especial, Patrícia e Vera. Agradeço a minha querida Maria Glícia, que fez do meu caminho um pouquinho menos solitário, circunstância em que pude perceber o que é estar constituindo e ser constituinte das subjetividades.

Agradeço ao meu grande amigo Nelson, pelo prazer de sua convivência, que sempre trouxe muita alegria à minha casa e ao meu coração.

Agradeço a minha tia Malu, pelo auxílio e disponibilidade em todos os momentos.

Agradeço a minha amiga e orientadora para sempre, professora Marlize Rubin Oliveira, que me mostrou o caminho da pesquisa, de modo apaixonante.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Gilson Leandro Queluz, pela paciência, pela sempre pronta atenção e pelos desafios que me propôs. Mas principalmente, pela amplitude de olhar e de caminhos com que me orientou, num exercício multidisciplinar.

Agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e a CAPES pelo privilégio da universidade pública brasileira, que subsidiaram este estudo.

Agradeço a empresa objeto desta pesquisa, pela possibilidade de realização do estudo, pela atenção dispensada e a todos os que foram sujeitos desta pesquisa.

Agradeço em especial aos professores: Dra. Leda C. Gitahy, Dra. Nanci S. Silva e Dr. Edival S. Teixeira pelo privilégio de tê-los em minha banca de defesa e pelas valiosas contribuições feitas ao trabalho.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, pela diversidade, pelas discussões, pelas amizades criadas, pelos exemplos de vida acadêmica.

Agradeço a Lindamir Salete Casagrande, pela oportunidade da convivência, pela sempre pronta atenção e interesse no meu caminhar.

Agradeço aos meus amigos do CEPAD – Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional, porque são parte importante no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço a todos os meus novos amigos de GETET – Grupo de Estudos em Tecnologia, Educação e Trabalho, onde pude buscar solidez para meus trabalhos.



“... podemos dizer que vivemos num sistema visual muito instável em que a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas de simetria do que vemos. Assim, olhando a mesma figura, ora vemos um vaso grego branco recortado sobre um fundo preto, ora vemos dois rostos gregos de perfil, frente a frente, recortados sobre um fundo branco. Qual das imagens é verdadeira? Ambas e nenhuma. É esta a ambigüidade e a complexidade do tempo presente, um tempo de transição, síncrone de muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita”.

(Boaventura de Souza Santos)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I:	29
O CAMINHO DA PESQUISA E A CONTRUÇÃO DO DIÁLOGO: SOBRE OS SUJEITOS.....	30
1.1. A abordagem metodológica: uma tentativa cartográfica.....	30
1.1.1. O processo de observação nas fábricas.....	33
1.1.2. O processo de realização das entrevistas.....	37
CAPÍTULO II:	45
BUSCANDO EVIDÊNCIAS DE ESPAÇO E TEMPO: CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	46
2.1. Em marcha para o Sudoeste: a resistência e a luta pela terra.....	46
2.2. O pinheiro e a tecnópolis: elementos do contexto sócio-econômico do Sudoeste do Paraná.....	56
2.3. As fábricas de fogões e o Sudoeste do Paraná: histórias compartilhadas...	72
CAPÍTULO III:	81
“ESTAMOS EM TRANSIÇÃO”: NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	82
3.1. Reestruturação produtiva: um discurso para a renovação do controle social?.....	82
3.2. A indústria de linha branca: uma aproximação.....	90
3.3. A reestruturação produtiva no contexto das fábricas.....	99
3.3.1 A reestruturação produtiva na fábrica B.....	100

3.3.2. A reestruturação produtiva na fábrica A.....	112
3.3.2.1. De familiar para profissional: uma cultura em transição.....	113
3.3.2.2. As alterações no contexto da fábrica.....	120
CAPÍTULO IV:	134
MANIFESTAÇÕES DO SABER E DO PODER MEDIADAS PELA TECNOLOGIA.....	135
4.1. Os trabalhadores rurais na fábrica: mas sem abandonar o campo.....	135
4.2. As alterações no contexto do trabalho feminino nas fábricas.....	143
4.3. O arranjo dos corpos na produção.....	151
4.4. Constituindo tempos e espaços: tensões entre reprodução e resistência...	155
4.5. Concepções de tecnologia e o domínio pelo trabalhador.....	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181
ANEXOS.....	188

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FAMÍLIA DE MIGRANTES EM DIREÇÃO À PATO BRANCO.....	48
FIGURA 2 – ALOJAMENTO DA CANGO PARA FAMÍLIAS MIGRANTES EM PATO BRANCO.....	50
FIGURA 3 – REVOLTA DE 1957 EM PATO BRANCO.....	53
FIGURA 4 – SERRARIA MOVIMENTADA POR LOCOMÓVEL EM PATO BRANCO.....	58
FIGURA 5 – LOCOMÓVEL DE ORIGEM ALEMÃ DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	58
FIGURA 6 – CONFIGURAÇÃO DO PROJETO PATO BRANCO TECNOPOLE.....	71
FIGURA 7 – FÁBRICA DA FAMÍLIA NO DISTRITO DE VILA NOVA – DÉCADA DE 1950.....	75
FIGURA 8 – COMPLEXO INDUSTRIAL ATUAL.....	77
FIGURA 9 – FOGÃO A GÁS (MODELO 4 BOCAS).....	79
FIGURA 10 – FOGAO A GÁS (MODELO 6 BOCAS).....	79
FIGURA 11 – FOGÃO A LENHA (MODELO GABINETE).....	79
FIGURA 12 – FOGÃO A LENHA EM DETALHES.....	79
FIGURA 13 – DUPLA DE TRABALHADORES NO “PISOTEIO” DA AREIA SOBRE MOLDE DE CHAPA.....	105
FIGURA 14 – COMPACTAÇÃO DE AREIA SOBRE MOLDE COM AUXÍLIO DE FERRAMENTA.....	106
FIGURA 15 – LIMPEZA DOS ORIFÍCIOS DO MOLDE DA CHAPA FEITA COM COLHER.....	106
FIGURA 16 – REMOÇÃO DO MOLDE DA CHAPA.....	107
FIGURA 17 – VISTA GERAL DO SETOR DE FUNDIÇÃO.....	107
FIGURA 18 – LINHA DE MONTAGEM DA FÁBRICA B – FOGÕES A LENHA.....	108
FIGURA 19 – FOGÃO A LENHA SOBRE ROLETES EM PROCESSO DE	

COLOCAÇÃO DE TIJOLOS.....	109
FIGURA 20 - PRENSA LOCALIZADA NO SETOR DE ESTAMPARIA.....	121
FIGURA 21 – LINHA DE MONTAGEM EM ESTEIRA AUTOMATIZADA NA FÁBRICA A.....	125
FIGURA 22 – EXEMPLO DE CONTROLE DE CÉLULA REALIZADA PELO PRÓPRIO OPERADOR.....	129
FIGURA 23 – PAINEL DE CONTROLE DA PRODUÇÃO HORÁRIA/DIÁRIA....	157
FIGURA 24 – CONTROLE DE PRODUÇÃO DIÁRIA.....	157
FIGURA 25 – IDENTIFICAÇÃO PROPOSTA PELO PROGRAMA ORGANIZAÇÃO: ADOTE ESTA IDÉIA.....	162
FIGURA 26 – SETORE DE CORTE DE CHAPAS – FÁBRICA A.....	163
FIGURA 27 – SETOR DE EMBALAGENS DE PEÇAS PARA EXPORTAÇÃO.....	163
FIGURA 28 – SETOR DE MONTAGEM – FÁBRICA B.....	165
FIGURA 29 – SETOR DE FUNDIÇÃO – FÁBRICA B.....	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRAGEM PARA ENTREVISTA NA FÁBRICA A.....	40
TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DE AMOSTRAGEM PARA ENTREVISTA NA FÁBRICA B.....	41
TABELA 3 – TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) DA INDÚSTRIA DA REGIÃO SUDOESTE, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS – PARANÁ (1995 A 2002).....	62
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO – REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ (2000).....	63
TABELA 5 – EMPREGO NAS EMPRESAS DE LINHA BRANCA NO BRASIL (1994-2000).....	98
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO BRASIL, POR SEXO (1985 A 2003).....	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS – FÁBRICA A...	40
QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS – FÁBRICA B...	42
QUADRO 3 – MUDANÇAS NA INDÚSTRIA MUNDIAL DE ELETRODOMÉSTICOS DE LINHA BRANCA.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EMPREGO NAS EMPRESAS DE LINHA BRANCA NO BRASIL (1994-2000).....	98
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMSOP	- Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
CANGO	- Colônia Agrícola Nacional General Osório
CCQ	- Círculo de Controle de Qualidade
CEFET-PR	- Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CETIS	- Centro de Tecnologia Industrial do Sudoeste
CFC	- Clorofluorcarbono
CITLA	- Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
FACIBEL	- Faculdades de Ciências de Francisco Beltrão
FACIPAL	- Faculdades de Ciências de Palmas
FIEP	- Federação da Indústria do Estado do Paraná
FUNESP	- Fundação de Ensino Superior de Pato Branco
GETSOP	- Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	- Instituição de Ensino Superior
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social
JIT	- <i>Just-in-time</i>
LACTEC	- Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER/DORT	- Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios óstomusculares resultantes do trabalho
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RH	- Recursos Humanos
SEIPU	- Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União

TEXCEL	- Fundação Cultural de Educação e Tecnologia de Francisco Beltrão
UDN	- União Democrática Nacional
UNED-PB	- Unidade de Ensino Descentralizado de Pato Branco
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar como se estabelecem as relações entre saberes e poderes mediados pela tecnologia, no contexto da reestruturação produtiva de duas fábricas da indústria de linha branca, mais especificamente, duas fábricas de fogões, localizadas na região Sudoeste do Estado do Paraná. O recorte acerca do marco teórico utilizado para a construção desta análise foi a concepção de tecnologia elaborada por Michel Foucault no contexto da microfísica do poder, como elemento mediador na criação e transformação de saberes e poderes, trazendo repercussões para o processo de constituição dos sujeitos. A abordagem metodológica utilizada para a pesquisa de campo foram entrevistas semi-estruturadas, com o subsídio de análise e descrição ambiental, imagens (fotografia), documentos institucionais e observação direta. As principais análises produzidas pelo estudo se referem ao processo de reestruturação produtiva vivenciado pelas fábricas desde a década de 1990 e de como este processo implicou na determinação de tecnologias de poder voltadas ao controle e a disciplinarização no contexto da organização da força de trabalho e da produção. Este contexto pode ser caracterizado por uma hibridização entre o modelo taylorista-fordista de produção e o modelo japonês ou toyotista de produção. Neste caso, a oposição manifesta localizou-se na dicotomia rigidez versus flexibilidade. Todavia, esta oposição parece ter sido equacionada através de um sistema de produção com permanências do modelo taylorista-fordista adicionadas as técnicas de produção flexível cujo resultado foi também a intensificação do trabalho. A partir deste cenário discutiu-se o viés discursivo em torno da reestruturação produtiva em aspecto macro, no sentido de compreendê-la não apenas como uma reorganização do capital face a sua permanente crise, mas também de modo a apresentá-la como uma renovação do controle social, da força de trabalho e da produção. Deste modo, algumas manifestações acerca dos saberes e poderes mediados pela tecnologia de modo a serem criados ou transformados foram emergindo no contexto da pesquisa. Neste sentido, pôde-se enfatizar uma diversidade de técnicas disciplinares e de controle articuladas aos objetivos da produção e do capital de modo a organizar a produção e também a força de trabalho, atuando principalmente sobre o tempo, os corpos, o espaço, sobre a construção da verdade, sobre o discurso, sobre o controle de si e dos outros. São exemplos destas técnicas as formas de organização do espaço produtivo, a organização dos trabalhadores no espaço da fábrica, as estratégias para o controle do tempo e da produtividade, os requisitos de natureza comportamental, as questões de gênero, dentre outras. Contudo, é importante ressaltar que no contexto fabril analisado, as relações entre saberes e poderes foram percebidas numa relação de tensão entre reprodução e resistência, representada principalmente pelo embate entre gestores e trabalhadores. É no bojo deste embate que saberes e poderes puderam ser percebidos e principalmente criados ou transformados.

Palavras-Chave:

Tecnologia – Saberes e poderes – Reestruturação Produtiva – Sudoeste do Paraná.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the relationship between knowledge and power mediated by technology, in the context of two household appliances manufacturing plants production restructuring, more specifically two stove manufacturers in the southeast region of Paraná. The theoretical background to this analysis is Michel Foucault's concept of technology in the context of power microphysics, as a mediator agent in creating and transforming knowledge and power, and its repercussions in the process of constituting the subjects. Methodological approach for field research was semi-structured interviews, along with environmental analysis and description, images (photography), institutional documents and direct observation. Main results refer to the process of industry production restructuring experienced since the 1990s and the implications of this process in determining power technologies aimed at controlling and disciplining production and workforce organization. This may be characterized by a mixture of Taylor and Ford's model of production and the Japanese or Toyota model of production. In this case, opposition was manifested by the dichotomy of rigidity and flexibility. This opposition, however, seems to be eliminated through a production system that keeps Taylor and Ford's characteristics added to flexible production techniques, which also resulted in labor intensification. From this scenario we approach the discursive bias toward production restructuring in its macro aspect, to understand it. Not only as capital reorganization related to its permanent crisis, but also to present it as a renewal of social control, workforce and production. Thus, we could emphasize several discipline and control techniques linked to the production objectives to organize the production and also workforce. They act mainly over the time, bodies, space, construction of the truth, speech, and over self-control and other control. Examples of these techniques are the organization of the productive space, organization of the workers in the plant, strategies to control time and productivity, environmental requirements, gender differences, among others. It is important to state that in the analyzed plants, relationship between knowledge and power was perceived as a stressed relationship between reproduction and resistance, mainly represented by the conflict between managers and workers. From this conflict, knowledge and power could be perceived and, above all, created or transformed.

Key-Words: Technology - Productive Reorganization - Southwestern of the Paraná.

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere na temática Tecnologia e Trabalho. É no âmbito desta relação que tenho por objetivo analisar no contexto fabril atual, em transformação pelas reestruturações produtivas decorrentes das duas últimas décadas, como as relações entre saberes e poderes se estabelecem e são mediadas pela tecnologia e como estas repercutem para a constituição dos sujeitos. O estudo tem como objeto duas fábricas da indústria de linha branca, mais especificamente concentradas na produção de fogões e estão localizadas na região Sudoeste do Estado do Paraná.

Para tanto a determinação de alguns objetivos específicos foram essenciais para que tal análise pudesse ser realizada: demarcações acerca das concepções de tecnologia no plano teórico; análises do viés discursivo referente aos processos objetivados à produção/inculcamento e resistência às normas e à produção de verdades; e por fim, compreender os discursos articulados aos mecanismos disciplinares e às tecnologias do poder, dos signos, da produção, do “eu” no contexto da materialidade em diálogo com o imaginário social.

No entanto, parto de uma perspectiva de construção coletiva, de modo que estas estão longe de serem minhas primeiras palavras ou sequer minhas. Muitas vozes e dizeres, muitos ditos e não ditos, muitos signos e objetos antes vieram, para que fosse possível construir neste trabalho de muitos autores, algo de efetivamente significativo. Não “o” significado, de sentido monológico, que se ampara na ciência como o discurso da verdade, mas significado para o “eu” pesquisador (que também é objeto) inserido num contexto histórico e semiótico, repleto de sentidos.

Ainda que elementar à primeira vista, esta talvez represente uma precaução ou um exercício presente durante todo o desenvolvimento do estudo, na contínua tentativa de compreender o aspecto histórico envolvido. Da busca imanente pela compreensão da história, não como uma sucessão linear de eventos, mas de perceber os eventos históricos estudados inseridos num processo dinâmico, permanentemente atravessado por mediações inter-relacionadas ou não entre si, continuidades e rupturas, tensões e diálogos. De igual forma, em relação ao contexto semiótico que é inerente ao universo da pesquisa. Do anseio constante de aguçar a percepção para as evidências multiformes das tramas que constituem o corpo social: do modo de produção, do aspecto religioso, da moral e da ética, da

produção e da circulação de discursos, da produção de verdade, das relações de poder e saber que o atravessam levando a sua reprodução e resistência.

Romper com a linearidade histórica e compreender o processo de constituição do corpo social de maneira dialógica, não estabelecendo fronteiras entre o “mundo das idéias” e o “mundo material” me permitiram de maneira mais promissora, pesquisar acerca da temática tecnologia. Isto porque me possibilitou pensá-la, não mais como um elemento a-histórico, autônomo e determinado, materializado pelo artefato (produto), mas efetivamente como um processo histórico, social, cultural, econômico e político, constituído a partir de escolhas, articulações interessadas e resistências, numa materialidade complexa presente em todas as esferas daquela que denominamos sociedade. Como consequência, esta concepção levou-me a pensar a tecnologia e as suas diversas relações a partir do sujeito do pensamento, da linguagem e do trabalho.

Mas também é importante apresentar neste contexto, as perguntas que busco responder, as particulares inquietações que direcionaram esta pesquisa, que não é sequer neutra ou desinteressada. Na presente pesquisa, estas inquietações referem-se essencialmente às relações entre tecnologia e trabalho. Debruçar-se sobre estas perguntas, ainda que com certa simplicidade, representaram os primeiros passos: como?; em que condições?; por que meios?. Se a tecnologia não é apenas o ferramental, a maquinaria, espécie de apêndice do corpo humano, mas elemento presente no trabalho, sob quais bases a tecnologia e o trabalho estão relacionados? Sob quais condições dão-se tais relações? Por que meios e mecanismos estas relações se reproduzem e provocam resistência? É a partir destas inquietações que o objetivo da pesquisa pôde vir à luz.

Ainda que não estejam necessariamente vinculadas, as transformações tecnológicas, no decorrer do tempo, têm sido acompanhadas de transformações nos processos organizacionais. A introdução intensa das tecnologias no processo do trabalho, tanto da maquinaria quanto dos processos de gestão e controle da produção, bem como de técnicas para o esquadrinhamento dos indivíduos, iniciada durante a Revolução Industrial¹, implicou diretamente num processo de construção

¹ Para Hobsbawn, a palavra “revolução” não tem qualquer sentido prático neste caso, tendo em vista que a essência da transformação rápida, fundamental e qualitativa do período não foi um episódio de começo e fim, mas que se firmou como norma, portanto, ainda em processo. No entanto,

de saberes sobre o corpo e a alma². A problematização³ acerca do sujeito tornou-se questão central para produzir respostas “verdadeiras” para as complexidades da sociedade industrial e capitalista que se erigia. Saberes considerados prementes surgiram ou transformaram-se no intuito de garantir a sedimentação e o controle do modelo social pretendido, enquanto muitos outros foram desqualificados.

Assim, saberes sobre o sujeito, sobre a loucura, o sexo, os tempos e movimentos, os comportamentos, os hábitos, dentre tantos outros, formaram uma rede de saberes que permitiram de certo modo, garantir as condições necessárias à conformação da chamada sociedade industrial, em termos econômicos e de produção. Mas também foi fundamental na produção das verdades, na transformação do imaginário social e no aperfeiçoamento constante das técnicas de sujeição objetivado na constituição de um sujeito dócil e adestrado, perfil economicamente viável para a consolidação e futura expansão do capital.

Logo, é possível depreender que estes saberes também repercutiram na formação de uma economia política do poder que utiliza as mais diversas estratégias e táticas, relacionadas ou não, a discursos descontínuos, de mecanismos de disciplina, do exame e da normalização. É nesta microfísica do poder, minuciosamente explorada por Michel Foucault que alguns espaços constituíram-se com maior evidência a partir desta perspectiva relacionada ao saber/poder: a caserna, a prisão, o mosteiro, o hospício, a escola, e a fábrica. Este último, meu espaço de interesse.

Neste enfoque, Marx (1867) nos atenta para a questão da introdução da maquinaria na indústria moderna e da intensificação da exploração dos seres humanos pelo capital. Enfatiza que na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta, e ao contrário, na fábrica, este serve a máquina. Esta inversão

transformações com estas características, ocorreram por meio de fatores presentes a partir de 1780 (HOBBSAWN, 1994, p. 45).

² Utilizo a concepção de alma mencionada por Foucault, “que é produzida permanentemente, na superfície ou no interior do corpo, pelo funcionamento de um poder que se exerce. De uma maneira mais geral, sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos. É a alma real e incorpórea, cujo elemento se articula aos efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder; uma peça no domínio do exercício sobre o corpo”(FOUCAULT, 1975, p. 28).

³ Para Foucault, a idéia de problematização nos remete “ao conjunto das práticas discursivas e não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento” (FOUCAULT, 1984, p. 242).

foi crucial para pensar a subsunção do processo de sujeição dos indivíduos ao ritmo da maquinaria e a lógica da sociedade industrial.

Contudo é importante ressaltar que tal transição em momento algum significou o fim de outras formas de organização do trabalho como o artesanato e a manufatura, ainda presentes. No contexto da sociedade capitalista e industrial que se configurava, as novas técnicas de produção exigiam não só aptidões, mas também outras atitudes. Hobsbawn ao se debruçar sobre os principais aspectos em torno da chamada “Revolução Industrial” enfatiza esta conjuntura:

“Em primeiro lugar, todo operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à indústria, ou seja, num ritmo regular de trabalho diário e ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações do ano no trabalho agrícola ou de intermitência controlada do artesão independente. A mão-de-obra tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários. Os empregadores britânicos daquela época, constantemente reclamavam da “preguiça” do operário ou de sua tendência para trabalhar até que tivesse ganho um salário tradicional de subsistência semanal, e então parar” (1994, p. 67).

No contexto do sistema de fábricas⁴, para trabalhar com a máquina, o trabalhador precisaria de outras habilidades e aptidões que o adaptassem ao movimento uniforme e contínuo de um autômato. Isto implicou num gradativo processo de separação dos meios de produção e o trabalhador tornou-se um “operador”.

Esta conjuntura propiciou a instauração de um esquema de disciplina da máquina, que objetivou esquadriñar ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos. No contexto fabril, este esquema importou em distribuir os indivíduos num espaço de modo a isolá-los e localizá-los facilmente; mas, sobretudo racionalizar essa distribuição de acordo com as exigências próprias da estrutura produtiva, com o auxílio da vigilância dos supervisores, a coação moral e a até mesmo a ameaça física (MARX, 1885; FOUCAULT, 1975; LANDES, 1994). E nesse sentido, a relação de saber e poder se tornou fundamental tanto para a adequação

⁴ O sistema de fábricas ou o sistema fabril pôde consolidar-se no contexto da Revolução Industrial, a partir de três princípios: “a substituição da habilidade e esforços humanos pelas máquinas – rápidas, constantes, precisas e incansáveis; a substituição das fontes animadas de energia por fontes inanimadas, em especial a introdução de máquinas para transformar o calor em trabalho, dando ao homem acesso a um suprimento novo e quase ilimitado de energia; e o uso de matérias-primas novas e muito mais abundantes, em particular a substituição das substâncias vegetais ou animais por minerais” (LANDES, 1994, p. 49).

das forças humanas de produção como para a organização do processo de trabalho na fábrica.

É deste contexto que emergiu o problema de pesquisa: no contexto fabril atual, como se estabelecem as relações entre saberes e poderes mediados pela tecnologia e como estas técnicas repercutem na constituição do sujeito?

Como se pode perceber, o problema de pesquisa traz consigo uma proposta conceitual que faz menção a muitos elementos do pensamento foucaultiano. Contudo, para este momento, é importante apresentar como integrantes do marco teórico cinco elementos essenciais: a tecnologia, o discurso, as práticas discursivas, o saber e o poder.

No contexto fabril, pensar como as relações entre os saberes e os poderes se estabelecem mediadas e mediante a tecnologia, implica numa reflexão acerca da própria definição do termo, além de uma tomada de posição política sobre ela. Inicialmente considero tecnologia uma prática social e histórica. É no espaço da sociedade que a tecnologia surge de modo a constituir-se como relação social, mas também com o poder de transformar as relações sociais no contexto histórico.

Na sociedade capitalista e moderna, a tecnologia passa a exercer um papel preponderante na medida em que também é elemento determinante das relações de trabalho, do controle e da hierarquia social. Todavia não se pode restringi-la ao espaço-tempo desta sociedade, posto que historicamente a relação interacionista entre ser humano, natureza e tecnologia existe desde as suas primeiras atividades. Neste sentido, é importante compreender a tecnologia como inserida num processo histórico não-linear, mas contextualizada e em diálogo permanente com a cultura (CARVALHO, 1998).

Todavia no contexto da produção capitalista, a tecnologia historicamente tem sido apropriada pelo discurso e ressignificada por ele, de modo a impor a sua superioridade enquanto dominação e constituição dos sujeitos por uma infinidade de micropoderes dispersos com a finalidade de estabelecer o controle de “si” e dos “outros”. Este discurso pôde emergir a partir do momento em que a tecnologia fora descontextualizada da prática social, sendo definida como algo de existência autônoma e neutra. No entanto, como aponta Carvalho (1998) esta noção de superioridade só foi possível de reprodução no contexto social porque junto a ela

havia uma estrutura que permitiu a disseminação de valores, relações sociais e ideologias que a justificavam.

É a partir desta estrutura, que o determinismo tecnológico também pôde surgir. Amparado no discurso no modo de produção pretendido pelo capitalismo, onde nações desenvolvidas produzem tecnologia para ser consumida pelas nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas (na materialidade e no imaginário social) a tecnologia fora institucionalizada e alçada à condição de determinante da vida social, como exemplifica Carvalho:

“Se uma sociedade tem capacidade para criar, desenvolver, apropriar-se ou transferir tecnologias avançadas ela terá, necessariamente progresso social. É como se o desenvolvimento tecnológico tivesse por si só a capacidade de transformar toda a sociedade, independentemente de suas outras dimensões. Tendo em vista que o momento atual está marcado pelo desenvolvimento tecnológico, há hoje uma forte tendência à reificação⁵ da tecnologia” (1998, p. 01).

Este determinismo tecnológico tem sido também propulsor de um processo de fetichização da tecnologia através do imaginário social e na produção da realidade e do simbólico, que foi fundamental por associá-la a máquina, a ferramenta, enfim, ao artefato. Bastos, ao analisar o contexto da tecnologia em interação com a sociedade, explica esta associação:

“A tecnologia embora fundamentada em conceitos científicos, vincula-se porém, ao concreto de máquinas e ferramentas. Com efeito, cada máquina é utilizada por indivíduos e grupos como meio de realizar um ato específico dentro de uma atividade que se transforma necessariamente social. A máquina objetiva, no particular, um modo concreto de vivenciar a ação social” (1998, p. 14).

Em que pese este viés discursivo esteja presente e permanentemente reforçado no contexto do imaginário social, Lima Filho e Queluz a partir de Thomas Hughes ampliam a percepção em torno da noção de tecnologia:

“Nos termos de Thomas Hughes, um sistema tecnológico não é composto apenas de máquinas, processos produtivos, dispositivos e dos meios de transporte, comunicação e informação que os interconectam, mas também de pessoas e organizações, apresentando uma rica conexão com a economia, com a política e com a cultura” (2005, p. 21).

⁵ Para a autora reificação é um termo filosófico que significa o resultado do ato de alienar. No caso específico deste termo o significa o processo que dá vida própria à tecnologia, vendo-a isolada das relações sociais, independente dos motivos e dos agentes que a criam, utilizam e transformam.

Esta concepção permite compreendê-la como uma linguagem que estaria a provocar relações sociais. Neste contexto é que se pode extrair elementos individuais e instrumentos para a realização pessoal. De maneira, que à medida que os indivíduos se organizam em torno de tecnologias, o poder também se ordena e exerce o controle social (BASTOS, 1998). É a partir desta reflexão inicial, que podemos examinar a noção de tecnologia que permeia este estudo.

Adotamos a perspectiva teórica da tecnologia na concepção de Foucault. Para o autor existiriam duas tecnologias essenciais, das quais derivariam outras representadas como estratégias do poder: uma tecnologia regulamentadora da vida e uma tecnologia disciplinar:

“Temos, portanto, desde o século XVIII duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa portanto, não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, 1982, p. 296).

Tal concepção possui em suas raízes a noção de que cada técnica de produção em cada época estaria a exigir uma conduta individual, que exigiria não só aptidões, mas também determinadas atitudes. Assim, a tecnologia, mais do que um instrumental para a produção estaria também inserida no processo da construção de subjetividades.

Para Foucault (1982) estas tecnologias derivariam para quatro conjuntos de técnicas específicas: 1) as técnicas de produção que nos permitem produzir, transformar e manipular objetos; 2) as técnicas de sistemas e signos, que permitem a utilização de signos, de sentidos, de símbolos ou de significação; 3) as técnicas de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, submetendo-os a certos fins ou à dominação, objetivando o sujeito; e 4) as técnicas de si, que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos, suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade,

de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade. Para Araújo (2001) cada sociedade, em cada época, relaciona esses quatro domínios a seu modo e cada uma delas associa a um tipo de dominação cuja pretensão é conduzir os indivíduos a modificar seu comportamento.

Contudo, a concepção foucaultiana de tecnologia está também relacionada a uma construção histórica de saberes e poderes que resultariam em máquinas concretas ou abstratas. Estas máquinas poderiam ser representadas pela máquina-prisão, pela máquina-escola, pela máquina-hospital ou pela máquina-fábrica. Nesta perspectiva, para Foucault, emerge primeiramente de uma tecnologia humana, como explica Deleuze:

“As máquinas concretas são os agenciamentos, os dispositivos bifformes: a máquina abstrata é o diagrama informe. Em suma: as máquinas são sociais antes de serem técnicas. Ou melhor, há uma tecnologia humana antes de haver uma tecnologia material. Os efeitos desta atingem, é certo, todo o campo social” (1988, p. 49).

Um exemplo desta relação entre a tecnologia material e a tecnologia humana, é o exemplo apresentado por Foucault (1985) ao enfatizar que o panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção. Assim, a tecnologia humana, anterior à tecnologia material, está em permanente diálogo, produzindo, reproduzindo e resistindo à transformação dos saberes, da disciplinarização da sociedade, das transformações do espaço-tempo, do imaginário social e da construção de subjetividades, determinando a constituição dos sujeitos. Portanto, no contexto do estudo que se pretendeu, a tecnologia é “mais que força material da produção, torna-se a cada dia mais imbricada e mais indissociável das práticas cotidianas, em seus vários campos, diversidades, tempos e lugares, assumindo plenamente uma dimensão sócio-cultural, uma centralidade na produção da sociabilidade” (LIMA FILHO e QUELUZ, 2005, p. 24).

Por discurso, chamarei:

“(...) um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso assim entendido, é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e porque ele pôde emergir e tomar corpo num determinado tempo; é de parte histórico – fragmento de história, unidade e

descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus limites, de seus cortes, de suas transformações dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meios às cumplicidades do tempo” (FOUCAULT, 1969, p. 132-133).

É esta concepção de discurso, que ocorre numa materialidade histórica e social, que define as práticas discursivas, entendidas como “o conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969, p. 133).

Por saber, compreendo-o como:

“Conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar. (...) é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios (...); é também um campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (FOUCAULT, 1969, p. 204).

Este marco teórico possibilitou analisar o sujeito e o corpo social enquanto espaços e objetos do saber e do poder. Porém, admito por poder, não um elemento exclusivamente repressor e sujeito a propriedade, mas como algo que não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que circula, se exerce. Do mesmo modo que esta concepção não está vinculada tão somente a uma perspectiva econômica ou política, mas sim, a uma relação de força que está em disputa, numa constante relação de reprodução e resistência (FOUCAULT, 1982).

Compreender um determinado viés discursivo inserido num contexto, implicou na percepção desta relação do saber/poder para a produção da verdade e da constituição do sujeito. Quanto à produção da verdade, quero referir-me à legitimação de um discurso como válido e consolidado principalmente por meio da transformação dos saberes, ora qualificando-os, ora desqualificando-os, articulado ao exercício do poder. Para a constituição dos sujeitos, as práticas discursivas e as relações de saber/poder inerentes desempenham papéis duplos: o primeiro, no sentido de caracterizar o indivíduo dotado de consciência e auto-determinável; e um segundo papel, por sua vez, que tem como característica a adjetivação, enquanto indivíduo sujeitado ao exercício e a ação do poder.

Esta breve demarcação tem como finalidade demonstrar como as práticas discursivas e o discurso em si se compõem como dispositivos para a organização e controle do corpo social e a constituição dos sujeitos a partir destas relações de forças. Para tanto, é importante ressaltar que estes complexos processos, sejam de organização, controle social ou constituição perpassam toda a tecitura das relações sociais, portanto históricas e inseridas num determinado tempo e espaço.

Stam (2000), a partir dos estudos de Bakhtin, afirma que o que vemos é determinado pelo lugar de onde vemos e a relação entre o que chama de “eu” e de “outro” dá-se pela comunicação entre as pessoas e pela colaboração. É através da colaboração dos outros que o “eu” pode definir-se como “autor” de si mesmo, porque o eu humano não possui existência independente, mas está na dependência de um ambiente social que o estimula a mudar e responder. Uma análise que parta deste pressuposto, interativo e também dialógico entre o social e o individual nos atenta para dois cenários distintos: o primeiro de que a verdade é histórica, ou seja, ela é a representação de um momento dado por uma série de condições determinadas e alicerçadas sobre as posições em que os indivíduos ocupam e na medida em que desempenham seus papéis na sociedade. Outro cenário implica na desigualdade de condições em que os sujeitos participam não apenas na transformação dos saberes e no exercício do poder num determinado momento histórico, mas na própria transformação da sociedade.

No caso presente, a sociedade enquanto tempo e espaço a qual me refiro é a sociedade moderna e capitalista. No contexto desta sociedade, a colaboração essencial para a autoria de si mesmo por vezes é impedida pelas forças sociais, nas quais as relações pessoais são profundamente afetadas pelo ego autônomo do *homo economicus* (STAM, 2000). Também para Foucault, é no bojo do capitalismo que se forjou toda uma série de técnicas de poder na tentativa de inculcar, adaptar e disciplinar o indivíduo ao trabalho, para torná-lo força produtiva. É deste tipo de poder que demandou todo um campo de saber⁶ sobre o indivíduo que efetivamente o produziu como objeto de saber (ARAÚJO, 2001).

⁶ Para Araújo (2001) este campo do saber seriam as ciências sociais e humanas. De acordo com a autora, o saber sobre o homem para o ocidente nasce de forma tardia e só encontra condições efetivas apenas no final do século XIX. O século XVII estava mergulhado na ciência geral da ordem, voltado à classificação e a organização da multiplicidade dos seres. O pensamento estaria mais voltado para representar o mundo e retirá-lo do caos, não permitindo o homem pensar sobre si.

Esta síntese sobre o processo de organização do sistema fabril e suas decorrências para a relação capital-trabalho foi fundamental para a construção de uma base teórica que pudesse dialogar com a abordagem do objeto de pesquisa. Desta maneira, partindo deste ponto-de-vista acerca da relação capital-trabalho, é que o “olhar” para o objeto de pesquisa pôde dirigir-se de modo mais acurado na busca das relações entre saber e poder inseridas na temática tecnologia e trabalho.

A pesquisa tem como objeto uma empresa do segmento da indústria de linha branca, composta por duas fábricas de fogões, sendo uma de fogões a lenha e outra de fogões a gás. As fábricas estão localizadas no município de Pato Branco, região Sudoeste do Estado do Paraná. A fábrica de fogões a lenha, que teve seu início como uma ferraria onde apenas se consertavam fogões deste tipo, existe deste a década de 1950 e ainda conserva padrões artesanais de produção. Por sua vez, a fábrica de fogões a gás, foi instalada no final da década de 1980, a partir do sistema taylorista-fordista e tem passado desde a década de 1990 por vários processos de reestruturação produtiva. Esta peculiaridade em torno do objeto de pesquisa, de início descaracterizou as hipóteses de superação ou desaparecimento do modelo de produção artesanal e do modelo taylorista-fordista, pelo modelo de produção japonês, ou toyotista, ressaltando a importância da condução do estudo de maneira a focar não apenas as transformações mais recentes como também as permanências.

A opção pela seleção do Sudoeste do Paraná como *lócus* de pesquisa, e mais particularmente destas fábricas não se deu ao acaso. Residem aí algumas justificativas importantes. Inicialmente, é importante justificar que o Sudoeste do Paraná para esta perspectiva de pesquisa não se constitui apenas como cenário, pano de fundo, mas está em primeiro plano, tendo em vista seu processo histórico de desenvolvimento, onde a reestruturação produtiva é um dos elementos articulados a um processo mais amplo de desenvolvimento regional. Neste sentido, estudar o contexto da reestruturação produtiva na região, também permite compreender um pouco mais sobre a perspectiva em torno dos caminhos e descaminhos deste processo de desenvolvimento e as transformações nas relações entre tecnologia e trabalho. Uma segunda justificativa tem como referência as possibilidades de observação de um contexto regional essencialmente agrário em diálogo com um contexto fabril em desenvolvimento.

A terceira justificativa, que motivou principalmente a seleção das fábricas, integrantes do setor de linha branca, é de que este setor tem sofrido profundas transformações no modo de organização do trabalho, principalmente a partir das duas últimas décadas (STANCKI, PINA E GITAHY, 2003; INVERNIZZI, 2000).

Pelo fato de ser sudoestina, descendente de imigrantes italianos e gaúchos pioneiros da região Sudoeste, particularmente, todo este cenário constitui-se pleno de sentido e de história. Assim me interessam tanto aqueles que partiram das “terras velhas” do Rio Grande do Sul em busca da ilusão de uma “terra prometida”, como também aqueles que formam o Sudoeste de hoje.

O contexto regional do Sudoeste do Paraná é fortemente vinculado à agricultura e pecuária, representado principalmente pela pequena propriedade familiar rural e pelo setor de serviços (IPARDES, 2004). Neste sentido, fatores interessantes somam-se à problemática de pesquisa, em relação à origem e perfil da força de trabalho local, tendo em vista que a região na qual estão inseridas as fábricas não se constitui como pólo efetivamente industrial, trazendo à tona a fronteira clássica entre o urbano e o rural.

Procurei debruçar-me não apenas nas grandes evidências, como na hierarquia e na produção propriamente dita, mas principalmente nos detalhes, no que se considera capilar. Talvez, mais do que uma abordagem, aí residam duas precauções: a primeira, referente ao próprio problema de pesquisa pelo entendimento de que as relações entre saber e poder no contexto das fábricas são pertencentes a uma materialidade dinâmica, portanto em transformação, de múltiplas conexões, representadas e interpretadas por estratégias e táticas, portanto, nos detalhes ao contrário de um sistema formalizado e rígido. A segunda precaução reveste-se de garantir por meio destas minúcias, a vivacidade, a autenticidade das muitas vozes que participaram deste estudo. Certamente, isto propiciou muito mais o compartilhamento de saberes do que a expropriação deles, considerando-se as barreiras entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, aos poucos sendo transposta, mas nunca em sua totalidade.

Assim, a pesquisa foi construída por passos fundamentais à sua proposta. Passos que se caracterizaram pela necessidade de cercar-se do maior conjunto possível de evidências e descrições, e de um arcabouço teórico que permitisse compreender os meandros dos diálogos, viabilizando o estabelecimento de

conexões entre meu olhar e o conhecimento produzido de maneira coletiva e histórica sobre a temática. Ao arcabouço teórico, juntaram-se técnicas de observação, imagens, descrições ambientais, entrevistas e documentos (institucionais, reportagens, propagandas veiculadas, dentre outros).

Quanto à organização sistemática do estudo, busquei no Capítulo I relatar a abordagem adotada para a construção da pesquisa e as precauções metodológicas que permearam o estudo. O Capítulo II traz uma breve contextualização da região Sudoeste do Paraná e apresenta as fábricas que foram objeto do estudo. Também expõe alguns aspectos do perfil sócio-econômico da região em diálogo com alguns fragmentos históricos das fábricas, coletados durante a pesquisa, no intuito de descrever de modo sintético o cenário das relações pesquisadas. O Capítulo III concentrou-se em abordar o contexto da reestruturação produtiva experienciado pelas fábricas. O Capítulo IV, por sua vez, procurou evidenciar algumas manifestações presentes nas narrativas acerca das tecnologias para a constituição dos sujeitos, a partir de alguns elementos da concepção de microfísica do poder elaborada por Michel Foucault.

É por meio deste caminho, que se procurou construir uma crítica de modo coerente. Quando falo em crítica, tomo emprestada a concepção foucaultiana: “Uma crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem como estão. Ela consiste em ver sobre que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que se aceitam” (FOUCAULT, 1982). Adotar esta perspectiva de crítica nos coloca em posição de vantagem de duvidar do reducionismo ingênuo das dicotomias: do bom e do mau, do verdadeiro e do falso, do justo e do injusto, do dominante e do dominado. Do mesmo modo, que este benefício da dúvida em relação dos juízos de valores, e dos próprios pensamentos, é fundamental para não pensarmos o poder como algo onipresente e opressor. Como sempre alerta Foucault (1987) todos os indivíduos podem encontrar-se sujeitos, tanto a exercê-lo como a receber seus efeitos. Contudo, o espaço do poder é também o espaço da resistência, mas de poderes e resistências exercidos com forças e condições desiguais.

CAPÍTULO I

OS CAMINHOS DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO



Foto: LILIA, 2003.

1. OS CAMINHOS DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO

Este capítulo tem por objetivo expor o caminho metodológico traçado e percorrido durante o estudo. Neste sentido, busquei apresentar não apenas o ferramental empregado, mas também evidenciar as precauções metodológicas que julguei necessárias para o pensar e o fazer da pesquisa. Neste sentido, penso que através destas pistas, a tentativa da construção do diálogo com os objetos e sujeitos possam ganhar maior expressividade, assim como a subjetividade do “eu” pesquisador.

1.1. A ABORDAGEM METODOLÓGICA: UMA TENTATIVA CARTOGRÁFICA

Pensar sobre o mapa do caminho metodologicamente traçado e percorrido neste estudo perpassa pelas possibilidades e as limitações do método. Mais do que o caminho e o instrumental é por meio do método que o pesquisador torna-se desconfiado, relativamente aos pressupostos, luta contra o saber subjetivo e rejeita a tentação do olhar ingênuo por meio da vigilância crítica (MINAYO, 2000; BARDIN, 1977). Todavia, esta vigilância é sempre tentativa, pois assim como o mapa do caminho, o “eu”⁷ pesquisador/narrador está em processo permanente de constituição, a partir da sua interpretação da “realidade”, como indica Figgot *apud* Meihy: “Às vezes até queremos fazer a história dos outros, mas a escolha do tema, a organização do projeto e a condução das entrevistas demonstram que estamos sempre fazendo também nossa própria história” (1996, p. 122). Assim, minha proposta quanto à abordagem metodológica como um registro cartográfico⁸ (FOUCAULT, 1975) quer representar um caminho essencialmente fruto da interpretação formado por pequenas evidências, pistas que foram aos poucos levando a outras pistas, pistas que indicaram caminhos pouco seguros ou que não levaram a lugar algum, retornos e pausas para pensar onde se quer chegar, formado

⁷ O “eu” neste contexto expressa uma duplicação de identidade: “1. a do narrador, que ao relatar sua vida ou a versão de algum fato torna-se o agente condutor da experiência pessoal e; 2. a do “eu” que assume a análise da entrevista, falando pelo eu que narrou a experiência” (MEIHY, 1996, p. 130).

⁸ Para Deleuze e Guattari cartografar significa delinear trajetórias, identificar conexões e fluxos que podem demarcar a constituição de territórios, mapas e diagramas.

por escolhas tomadas de modo refletido ou intuitivamente, diante da infinidade de caminhos possíveis.

Desde o ponto de partida ao ponto de chegada deste mapa e caminho, uma característica essencial foi a permanente busca do diálogo, tanto entre o “eu” pesquisador e o campo de pesquisa, como entre todas as diversas fontes que o compuseram. Neste sentido, utilizo a expressão bakhtiniana de diálogo, que não se debruça sobre o que é em si, mas o que ocorre nele pelas relações dialógicas, “com o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito ali” (FARACO, 2003, p. 60). Deste modo, as possibilidades para análise e interpretação das relações de saber e poder no contexto fabril foram percebidas como uma construção social e ativa. Reforço a necessidade de garantir o maior espaço possível para que os autores desta construção pudessem manifestar suas vozes, suas posições a partir de múltiplos olhares, em interação. É por meio destes espaços que surgem as possibilidades para a percepção das diversas relações entre saber e poder, como enfatiza Foucault:

“Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.” (1969, p. 32).

Com este fim, recorri a uma diversidade de técnicas de pesquisa que possibilitassem não apenas a criação destes espaços, mas uma análise interpretativista orientada e ampla. Dentre tais técnicas, utilizamos a observação indireta, entrevistas semi-estruturadas, análise de imagens e análise de documentos. Esta perspectiva trouxe consigo um grande desafio, qual seja o desafio da linguagem, de significado sempre insuficiente, engendrada num contexto cultural⁹ saturado de significações que implicam diretamente uma tomada de posição (FARACO, 2003).

⁹ Este contexto cultural, em nossa perspectiva, está associado às duas idéias essenciais da noção de cultura elaborada por Geertz: “A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos (...), mas como um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, para governar o comportamento. A segunda idéia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento” (1978, p. 56).

Foi somente após um aprofundamento teórico em torno dessas premissas que a abordagem ao objeto de pesquisa, uma empresa da indústria de linha branca composta por duas fábricas de fogões, adiante denominadas de **Fábrica A (fábrica de fogões a gás)**, e **Fábrica B (fábrica de fogões a lenha)**, tornou-se possível. Inicialmente, procurei situar-me em relação às características e histórico das fábricas por meio de análise dos sites institucionais, reportagens veiculadas em meios impressos e digitais, além de material bibliográfico concernente à empresa, como estudos realizados e documentados por meio de teses ou dissertações. Esta primeira análise, em associação com um aprofundamento teórico em torno do contexto da região Sudoeste do Paraná, apresentou potencialidades em torno das relações entre saber, poder e tecnologia que ainda no campo das hipóteses poderiam estar presentes.

Diante destas potencialidades, que marcaram o ponto de partida deste caminho metodológico, iniciei a fase de negociação para a realização da pesquisa na empresa¹⁰. Em contato telefônico com um dos diretores da Fábrica A, este informou que as autorizações para a realização de pesquisas só poderiam ser dadas pelo presidente da empresa. Uma das facilidades e que agilizou bastante esta negociação, é de que as fábricas, em que pese serem autônomas, pertencem e são presididas pela mesma pessoa. Posteriormente, agendei uma data com o presidente da empresa para realizar uma explanação sobre o projeto de pesquisa e as possibilidades de realizá-la. Durante esta explanação, procurei enfatizar não apenas os objetivos mais gerais do projeto e a metodologia de trabalho adotada, mas principalmente o compromisso de retornar os resultados da pesquisa para todos os participantes e principalmente as contribuições para as fábricas, na forma da própria dissertação ou da realização de outra atividade a escolha das mesmas, como palestras, cursos ou seminários.

Num segundo momento, entrei em contato via e-mail com os supervisores indicados pelo presidente para acompanhar-me na primeira visita tanto na fábrica de fogões a lenha como na fábrica de fogões a gás. Ambos, avisados pelo presidente da empresa, agendaram as datas para o início das observações¹¹.

¹⁰ Esta fase teve início no mês de abril de 2006.

¹¹ Esta fase teve início no mês de maio de 2006.

1.1.1. O processo de observação nas fábricas

As primeiras visitas realizadas foram acompanhadas de certa formalidade, aos poucos sendo transposta na medida em que me tornava mais conhecida pelas pessoas das fábricas. Isto inclui desde as recepções, onde inicialmente era sempre acompanhada por alguém para poder dirigir-me aos setores produtivos. Ao passo que a pesquisa avançou, pude notar que várias barreiras foram quebradas, de ambas as partes, principalmente facilitada pela minha postura mais afeita a compartilhar conhecimentos e experiências do que expropriá-los, pelo menos em minha suposição e tentativa. Assim, ao final das idas a campo, já me deslocava sozinha pelos diversos setores das fábricas a fim de realizar as observações e já não despertava tantos olhares curiosos.

O processo de observação ocorreu principalmente nos setores vinculados à produção, sem, contudo desprezar os setores mais voltados à administração da empresa. Deste modo, a observação na **Fábrica A**, que produz fogões a gás, compreendeu os seguintes setores:

SETORES PRODUTIVOS:

A) Laboratório de Análises Físico-Químicas: Laboratório destinado à realização de testes físico-químicos como resistência de chapas, corrosão, simulação de vida útil das peças a serem empregadas na produção, análise e aprovação de lotes de matéria-prima.

B) Setor de Pequenas Séries: Setor destinado à exportação de fogões, que seguem desmontados para os países de destino.

C) Corte: Setor destinado ao corte de chapas que compõem em média 80% do material empregado no fogão a gás.

D) Estamparia: Setor destinado ao repuxo e a dobra das chapas confeccionadas na área de corte. É na estamparia que as chapas ganham as

formas apropriadas para o fogão. A maior parte desta etapa do processo é realizada por meio de prensas hidráulicas. Neste sentido a observação foi realizada de modo bastante discreto, posto que os trabalhadores deste setor necessitam de atenção redobrada para a execução do trabalho, onde qualquer interrupção ou desvio pode provocar acidentes com consequências irreparáveis.

E) Esmaltação: Setor destinado a esmaltação das peças que são produzidas pela estamparia. Dois processos de esmaltação são realizados: por imersão e por pulverização. Este setor também é responsável pela esmaltação das peças utilizadas para a produção do fogão a lenha.

F) Serigrafia e Pintura: Setor destinado a fase de acabamento do processo de produção do fogão a gás. A serigrafia é responsável pela impressão de logomarca e outros detalhes como a indicação dos queimadores, por exemplo, enquanto que o setor de pintura a pó é responsável pela pigmentação das peças.

G) Montagem: É o maior setor da empresa, empregando aproximadamente 50% da mão-de-obra. É composta por quatro linhas de produção que trabalham com modelos distintos de fogões. É na montagem que há a junção das chapas por meio de rebites e parafusos, colocação de botões e pés, revestimento térmico (lã de vidro), estrutura elétrica e de encanamentos, válvula de segurança, vidros, queimadores, acessórios e embalagem.

H) CCQ – Centro de Controle da Qualidade: O CCQ é um grupo formado por líderes de setor e gestores que atuam diretamente no controle da qualidade e produção principalmente voltada a otimização do processo de produção.

I) Desenvolvimento de Produto: Setor que atua no desenvolvimento de protótipos e análise de segurança dos fogões. Também utilizam do *benchmarking*¹² para orientar processos de inovação, a partir dos produtos dos concorrentes.

¹² *Benchmarking* é um processo contínuo de comparação dos produtos, serviços e práticas empresariais entre os mais fortes concorrentes ou empresas reconhecidas como líderes. É um processo de pesquisa que permite realizar comparações de processos e práticas "companhia-a-

SETORES ADMINISTRATIVOS:

A) Recursos Humanos: O setor de Recursos Humanos atua principalmente nas funções de planejamento de cargos e salários, recrutamento, seleção e demissão, folha de pagamento, treinamentos, planos de benefícios, readaptação de funcionários com lesões decorrentes do trabalho e adaptação de funcionários portadores de deficiência.

B) Vendas e Logística: São setores que trabalham em conjunto na definição de meta de vendas, políticas de vendas e logística de produtos acabados.

C) Marketing: Atua principalmente com foco nas vendas e na promoção da imagem institucional. Uma das principais ferramentas utilizadas para atingir seus objetivos é a associação da empresa a programas sociais na comunidade local.

No caso da **Fábrica B**, que produz fogões a lenha, por possuir uma estrutura consideravelmente menor, e conseqüentemente um setor administrativo bastante enxuto sem uma estrutura departamental tão definida, optei por centralizar as observações nos três setores produtivos localizados, estes sim, bastante demarcados. Assim, nesta fábrica os setores observados foram os seguintes:

A) Fundição: A fundição é o principal setor para a fabricação de fogões a lenha. Grande parte do produto é composta de peças confeccionadas com ferro fundido. Atualmente, este setor emprega mais de 50% da mão-de-obra.

B) Corte: Setor destinado ao corte de chapas que compõem algumas partes do fogão a lenha, como gabinete, por exemplo.

C) Montagem: É um setor relativamente pequeno na fábrica, que possui apenas uma linha de montagem. A montagem consiste principalmente no encaixe

das peças de ferro fundido e peças cromadas, acabamento, limpeza e embalagem do produto.

As observações nas fábricas tiveram como início uma visita técnica acompanhada por um supervisor do setor de produção, que explicou cada fase do processo produtivo e da estrutura hierárquica das respectivas fábricas. Estas visitas foram devidamente gravadas e posteriormente analisadas, constituindo-se como importantes ferramentas para a orientação das observações posteriores.

Durante este processo foram feitas imagens (fotografia) a fim de registrar as etapas do processo de produção, devidamente submetidas à aprovação dos supervisores das fábricas. Neste momento, cabe fazer uma ressalva em relação a utilização da fotografia não apenas na coleta de dados em campo, mas em todo o estudo. Mais do que ilustração, utilizo a imagem fotográfica como documentos inseridos numa perspectiva de texto e contexto. Como enfatiza Burke, “imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica” (2001, p. 17).

Nas observações seguintes, senti a necessidade de fazer anotações acerca das peculiaridades que chamavam atenção, principalmente relacionadas à descrição do ambiente, ao trabalho, aos aspectos da fala, do gestual, do vestuário, dos equipamentos de segurança, dentre tantas evidências que estarão demonstradas nos capítulos seguintes. Estas anotações, ainda que realizadas de forma avulsa, terminaram por formar um caderno de campo, que foi salutar diante da infinidade de informações suscitadas pela pesquisa, e que não poderiam correr o risco de se perderem pela memória. Para Meihy (1996), o caderno de campo deve funcionar com um diário em que o roteiro prático seja anotado; deve ser íntimo e o acesso a ele exclusivo de quem observa e dirige as entrevistas.

Realizadas as observações iniciais e digo que jamais se encerram até o exato momento da saída do campo, posto que cada conversa informal durante o almoço ou durante as entrevistas fizeram-me observar de outros modos, senti-me segura para iniciar a próxima fase, qual seja, as entrevistas. Do mesmo modo que com o passar do tempo a familiaridade com as pessoas da fábrica ia aumentando, o processo inverso também ocorria. Neste sentido, além de reestruturar os roteiros previamente elaborados no projeto inicial, a partir das contribuições do processo de

observação, esta relação interativa permitiu a criação de um espaço mais amistoso para as entrevistas.

1.1.2. O processo de realização da entrevistas

A adoção do método da entrevista foi essencial à prática dialógica, principalmente por permitir a exploração do espectro de opiniões e as diferentes representações sobre as relações entre saber e poder. Neste sentido, reforçam BAUER e GASKELL:

“A entrevista é uma troca de idéias e significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso tanto o (s) entrevistado (s) como o entrevistador estão, de maneira diferentes, envolvidos na produção do conhecimento. Deste modo a entrevista é uma tarefa comum, uma partilha e uma negociação de realidades” (2002, p, 74).

As entrevistas semi-estruturadas¹³ (ANEXO 1) foram individuais a fim de preservar a identidade dos sujeitos, minimizando possibilidades de constrangimento, evitando uma postura mais defensiva. As mesmas foram gravadas em fita cassete e tiveram em média a duração de 30 a 60 minutos. Em ambas as fábricas, o espaço disponibilizado para tal fim foram as salas de reuniões. Foram exceções algumas entrevistas ocorridas na sala do próprio entrevistado.

As entrevistas ocorreram durante o expediente nas fábricas, geralmente entre as terças e quintas-feiras. Por orientação das fábricas a segunda-feira seria um dia inviável, devido ao índice de absenteísmo e as implicações para a produção, não podendo ocorrer a dispensa dos funcionários para a entrevista¹⁴. Em relação às

¹³ Esta fase teve início no mês de junho de 2006.

¹⁴ Sobre o grande índice de faltas ao trabalho nas segundas-feiras Thompson o retrata como uma das históricas resistências dos trabalhadores à disciplinarização do tempo: “A Santa Segunda-Feira parece ter sido observada quase universalmente em todos os lugares em que existiam indústrias de pequena escala, domésticas e fora da fábrica. Essa tradição era geralmente encontrada nos poços das minas, e às vezes continuava na manufatura e na indústria pesada. Perpetuou-se na Inglaterra até o século XIX – e na verdade, até o século XX – por complexas razões econômicas e sociais. Em alguns ofícios, os próprios mestres aceitavam a instituição e usavam a segunda-feira para receber ou entregar encomendas” (1998, p. 283). Em folhetos publicados na época esta tradição era geralmente reprimida e associada à bebedeiras no final de semana.

sextas-feiras, a inviabilidade referia-se ao fechamento da meta semanal, o que por vezes implicava na intensificação da produção.

Percebi durante as observações que a empresa estava organizada hierarquicamente na seguinte ordem, em ascendência: chão de fábrica, líderes, gerentes, supervisores, diretores e presidência¹⁵. A partir desta organização, foram criados dois grupos de amostras: Grupo A – Setor Estratégico/Tático: Diretores, Gerentes, Supervisores e Líderes, e Grupo B – Setor Operacional - Chão de Fábrica. A criação destes grupos de amostras justificou-se pela necessidade de localizar os discursos em relação aos papéis que desempenham e as instâncias de poder a que estão submetidos e em atuação.

O Grupo A, é composto pelos diretores, supervisores e gerentes que atuam principalmente nos setores produtivos e administrativos. Os líderes de setor que também se encontram neste grupo são uma categoria que mesclam em momentos a condição de trabalhadores de chão de fábrica, mas que estão em contato direto com os setores de gestão. Na sequência, o Grupo B foi composto pelos trabalhadores do chão de fábrica, selecionados em diversos setores.

É importante relatar sobre a composição dos grupos de amostras em relação às possibilidades de abertura propostas pelas fábricas. Sobre o Grupo A, em relação aos demais membros do grupo, as entrevistas transcorreram com normalidade, facilitadas principalmente pela permanente presença dos mesmos nas fábricas. Por outro lado, devido a grande carga de trabalho e responsabilidades, as suas preocupações com o tempo das entrevistas sempre estiveram presentes.

Sobre o Grupo B, é importante atentar para o método de seleção dos entrevistados. A fim de não haver prejuízo para as metas de produção nos setores, as possibilidades que me foram apresentadas para a realização das entrevistas não me permitiram escolher pessoalmente os entrevistados. De modo que era necessário repassar a um supervisor o setor de interesse e a escolha seria do supervisor que selecionaria o funcionário baseado em critérios de maior ou menor disponibilidade e implicação para a produção.

Devo enfatizar que uma preocupação central deste contexto é de que para cada funcionário que se ausentava da linha de produção, havia a necessidade de

¹⁵ Esta nomenclatura está descrita conforme foram suscitadas durante as observações.

substituí-lo por outro, ou então, outro funcionário da linha iria desempenhar dupla função. Definidos estes critérios, passo a expor a composição das amostras para a realização das entrevistas, inicialmente pela Fábrica A. Neste caso, o universo era composto por 500 pessoas, dos quais 210 estavam alocadas no setor de montagem. A amostragem selecionada compreendeu diversos setores da fábrica e foi composta por 25 sujeitos. A seguir, tabela detalhada da composição da amostragem:

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DE AMOSTRAGEM PARA ENTREVISTA - FÁBRICA A.

Grupo	Setor	Número de entrevistados	Subtotal
A ¹⁶	Estratégico/Tático	01	12
		01	
		02	
		03	
		03	
		02	
B ¹⁷	Operacional	06	13
		03	
		02	
		02	
		02	
Total Geral			25

Na sequência, apresento breve caracterização dos entrevistados da Fábrica A, de acordo com o grupo a que pertencem:

QUADRO 1: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS – FÁBRICA A.

GRUPO	Código	Escolaridade
A	E1	Ensino Superior
	E2	Ensino Superior
	E3	Ensino Superior
	E6	Ensino Superior
	E11	Ensino Superior
	E12	Ensino Superior Incompleto
	E13	Ensino Superior Incompleto
	E14	Ensino Superior Incompleto
	E21	Ensino Superior
	E22	Ensino Superior
	E20	Ensino Superior Incompleto
	E27	Ensino Superior
	E28	Ensino Superior
	E4	Ensino Fundamental

¹⁶ Este grupo representa, em média, 20% da força de trabalho da fábrica A, que compõe basicamente os setores estratégicos e táticos.

¹⁷ Este grupo representa, em média, 80% da força de trabalho da fábrica A, que compõe basicamente os setores produtivos.

B	E5	Ensino Médio
	E7	Ensino Superior Incompleto
	E8	Ensino Médio
	E9	Ensino Médio
	E10	Ensino Médio
	E24	Ensino Fundamental
	E25	Ensino Fundamental
	E26	*
	E30	Ensino Superior
	E31	Ensino Médio
	E32	Ensino Fundamental

Neste segundo momento, passo a expor a configuração do universo e da amostragem da pesquisa no caso da **Fábrica B**. Neste caso, o universo compreendeu 152 funcionários, dos quais 78 estavam alocados no setor da fundição. Diante das mesmas possibilidades para a seleção dos entrevistados na primeira fábrica, conforme expomos anteriormente, as amostras foram selecionadas em diversos setores e foram compostas por 8 sujeitos.

TABELA 2: COMPOSIÇÃO DE AMOSTRAGEM PARA ENTREVISTA - FÁBRICA B

Grupo	Setor	Número de entrevistados	Subtotal
A ¹⁸	Estratégico/Tático	01	04
		01	
		01	
		01	
B ¹⁹	Operacional	03	04
		01	
Total Geral			08

A seguir, apresento breve caracterização dos entrevistados da Fábrica B, de acordo com o grupo a que pertencem:

¹⁸ Este grupo representa, em média, 30% da força de trabalho da fábrica B, que compõe basicamente os setores estratégicos e táticos.

¹⁹ Este grupo representa, em média, 70% da força de trabalho da fábrica B, que compõe basicamente os setores produtivos.

QUADRO 2: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS – FÁBRICA B.

GRUPO	Código	Escolaridade
A	E27	Ensino Superior
	E28	Ensino Superior
	E33	Ensino Superior Incompleto
	E34	Ensino Superior Incompleto
B	E18	Ensino Fundamental
	E19	Ensino Fundamental
	E29	Ensino Superior
	E35	Ensino Superior

Determinadas as amostras e os grupos, passo a descrever o processo das entrevistas. Após a seleção do(a) entrevistado(a) e o respectivo agendamento, o passo seguinte consistiu na realização da pré-entrevista, com base nas orientações de Meihy:

“A pré-entrevista corresponde à etapa de preparação em que se dará a gravação. É importante que haja, sempre que possível, um entendimento preparatório para que as pessoas a serem entrevistadas tenham conhecimento do projeto e do âmbito de sua participação” (1996, p. 179).

Este entendimento preparatório ocorreu em todas as situações. Após a apresentação dos objetivos da pesquisa e após o aceite do entrevistado em dela participar, utilizei um termo de consentimento a fim de garantir a autorização para uso do conteúdo gravado. De modo a garantir o sigilo de identidade negociado com os sujeitos da pesquisa, estes foram denominados com a letra “E” (entrevistado/entrevistada) seguido por um número aleatório. A não utilização de nomes fictícios para os sujeitos de pesquisa, mesmo entendendo que estes garantiriam uma maior pessoalidade aos sujeitos de pesquisa, justifica-se pelo receio de má-interpretação de futuros leitores e o risco do rompimento da condição estabelecida para a conduta pesquisadora/entrevistado.

A fase de pré-entrevista mostrou-se fundamental para evidenciar que minha presença ali, não possuía qualquer vínculo em relação à empresa, e de que a pesquisa não estava sendo realizada com o intuito de avaliar, testar, os conhecimentos e experiências do entrevistado, em que pese, o convencimento de alguns tenha parecido superficial.

Após esta fase, pude iniciar a entrevista a partir do roteiro elaborado e reestruturado após as observações. Contudo, outras questões foram sendo suscitadas, o que tornaram cada entrevista única e complementar às demais. Em que pese o conteúdo gravado das entrevistas ser a principal fonte de dados, a interação que esta técnica possibilita permitiu não apenas o compartilhamento de experiências, mas uma percepção mais global. Neste caso, cito alguns exemplos: o tremor das mãos, o ato de ajustar o vestuário, cabelos e a limpeza das mãos para entrar na sala, a edição da fala, os olhares para o exterior das salas (com paredes de vidro) a fim de localizar quem poderia estar observando, o rubor e a postura retraída diante do gravador, o tratamento formal, principalmente no início de cada entrevista, quando me chamavam de “senhora” ou de “professora”; ou a sensação expressada ora pelo fato de sentirem-se importante por serem selecionados para a entrevista, ora por sentirem-se inseguros quanto às contribuições que poderiam dar a pesquisa.

Quanto à determinação do número das entrevistas, estas se guiaram por dois critérios: das possibilidades de cessão por parte das fábricas e pela determinação de um ponto de saturação. Para Meihy (2005) quando os argumentos começam a ficar repetitivos é necessário parar. Ainda, BAUER e GASKELL, nos alertam para esta situação:

“Um ponto-chave que se deve ter em mente é que permanecendo todas as coisas iguais, mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade ou levam a uma compreensão mais detalhada. Há duas razões para esta afirmação. Primeiro, há um número limitado de interpelações, ou versões da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem de mentes individuais; em alguma medida, elas são resultantes de processos sociais. Neste ponto, representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas de um meio social específico, são em parte, compartilhadas. Isto pode ser visto numa série de entrevistas. As primeiras são cheias de surpresas. As diferenças entre as narrativas são chocantes e, às vezes, ficamos imaginando se há ali algumas semelhanças. Contudo, temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura, o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções” (2005, p. 174).

Terminada a fase de entrevistas, o passo seguinte foi debruçar-se sobre as transcrições. Pensar sobre o modo em que serão transcritas as entrevistas nos levam a dois desafios: o primeiro, em adotar por princípio elementar de que existem diferenças entre uma situação (língua falada) e outra (língua escrita). O segundo é

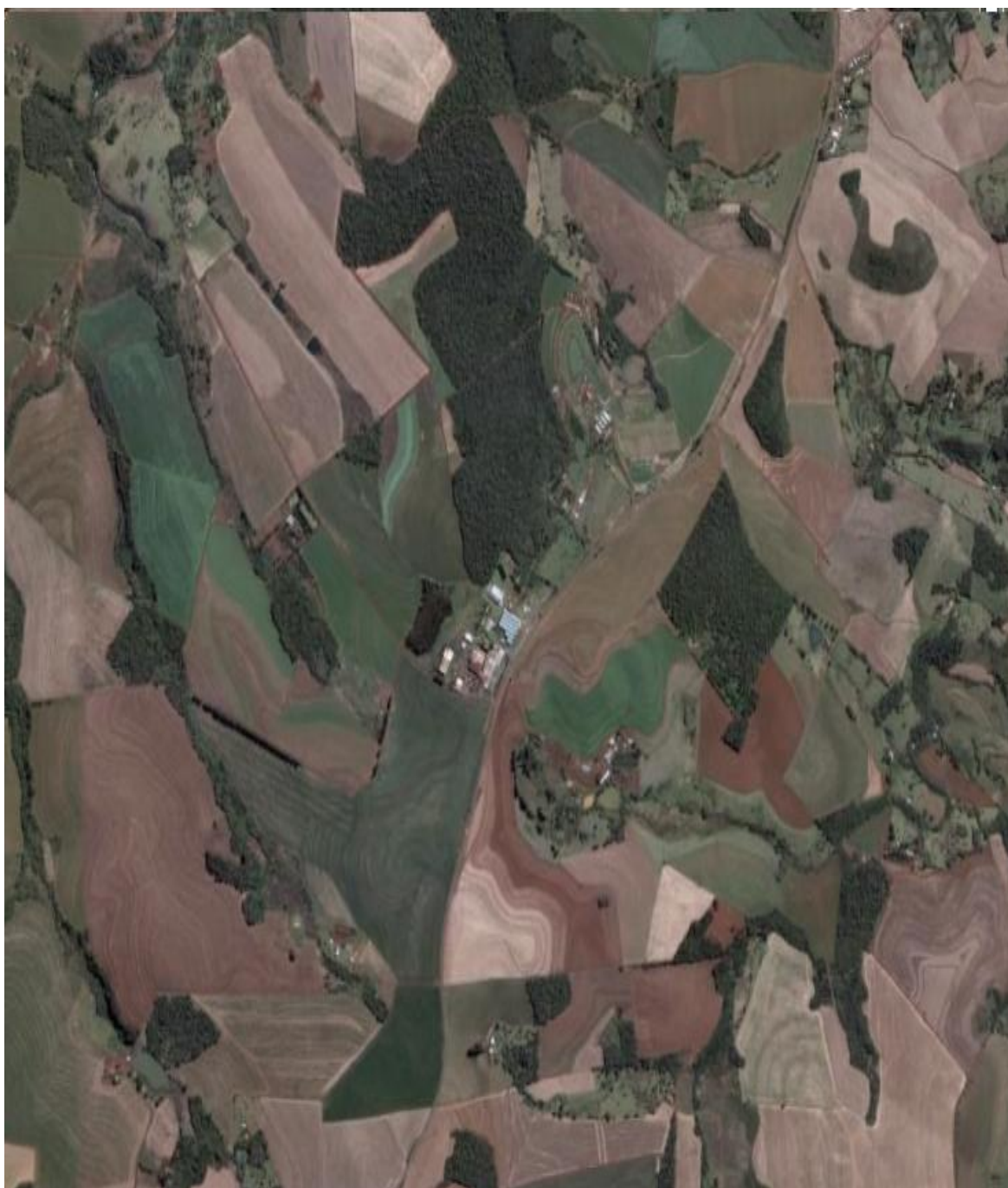
assumir o fato de que “dar sentido ao vivido verbalmente é um processo possível, mas sempre aberto, sua completude é sempre postergada; está sempre presente como aquilo que está por ser alcançado” (BAKHTIN *apud* FARACO, 2003, p. 27).

Pensando nestes desafios, optei pela transcrição mais literal possível das falas, preservando todos os sotaques, vícios de linguagem, ruídos, pausas, gírias e outros elementos que preservam e dão sentido à fala. Em momento seguinte à conferência das entrevistas, comecei a sistematizá-las. Esta sistematização, num primeiro momento consistiu na separação das entrevistas de acordo com os grupos anteriormente definidos (Grupos A e B). No momento seguinte reuni as questões a partir de um critério de semelhança. Passei a demarcar os pontos convergentes de cada questão e do mesmo modo, os pontos divergentes e as peculiaridades de cada entrevista, que permitiram estabelecer uma orientação para os próximos capítulos.

A partir desta tentativa cartográfica, quero evidenciar que é este o mapa do meu caminho, interpretado e representado. As técnicas de observação e entrevista têm por característica a subjetividade tanto de quem observa como de quem é observado, assim como de quem entrevista e é entrevistado. Outra questão que chama a atenção, por fim, refere-se ao tempo. Os olhares ansiosos voltados para o relógio, a fala apressada, a preocupação com as metas diárias de produção foram manifestações freqüentes. Por outro lado, para outros o mesmo tempo foi um momento de criação de espaço para trocas, desabafos, manifestações de resistência, ou de cansaço. Mas sem dúvida, um tempo de riqueza para as manifestações do saber e do poder.

CAPÍTULO II

BUSCANDO EVIDÊNCIAS DE ESPAÇO E TEMPO: CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ



*Vista aérea da Fábrica A. Elaborado pela autora no programa Google Earth.

2. BUSCANDO EVIDÊNCIAS DE ESPAÇO E TEMPO: CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma breve contextualização da região Sudoeste do Estado do Paraná em diálogo com alguns fragmentos históricos das fábricas de fogões que foram objeto desta pesquisa. Neste sentido, abordar ainda que de modo breve o processo histórico de desenvolvimento do Sudoeste é fundamental para a compreensão da relação tecnologia e trabalho no contexto regional, relações estas que também repercutem no âmbito das fábricas pesquisadas.

2.1. EM MARCHA PARA O SUDOESTE: A RESISTÊNCIA E A LUTA PELA TERRA

A região Sudoeste do Paraná abrange 42 municípios, segundo o Fórum de Desenvolvimento do Sudoeste (1999) e 548.190 habitantes (AMSOP, 2006). Sua localização próxima às fronteiras do Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul foi fator importante para o modelo de ocupação, cuja formação dos municípios ocorreram principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Porém, registros apontam para a exploração da região desde o início do século XX, principalmente a partir da década de 1920 quando as práticas agrícolas se instalam através de nativos e caboclos, que utilizavam o sistema de pousio²⁰ devido à farta disponibilidade de terras. Um dos fatores preponderantes para esta ocupação foi um acelerado processo de minifundização nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que incentivou levas de colonos gaúchos e catarinenses, principalmente imigrantes de descendência alemã e italiana a buscarem novos territórios.

Sobre a imigração, os maiores fluxos estrangeiros para o Brasil datam do fim do século XIX e início do século XX²¹. No sul do país, a imigração que mais se destacou nesse período foi a alemã. Convém mencionar que o governo brasileiro

²⁰ Pousio é um sistema de produção agrícola no qual intercalam-se períodos entre plantação e descanso da terra (roça e capoeira), característico das populações caiçaras, indígenas e caboclas.

²¹ Em 1800 e 1850 formaram-se alguns núcleos esparsos de povoamento estrangeiro, com açorianos, distribuídos no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina (SANTOS, 1994).

visava principalmente dois objetivos com a imigração: o povoamento do Sul do país pelo sistema de minifúndios e o suprimento de mão-de-obra nas fazendas de café em São Paulo, na eminência da abolição da escravidão. A região Sul carecia de exploração econômica e da formação de uma classe média, até então inexistente, mas necessária para o seu desenvolvimento econômico e social (SANTOS, 1994).

De acordo com Wachovicz (1987) entre as inúmeras vantagens apontadas para a introdução de imigrantes europeus na região, destacava-se o fato de serem conhecedores de processos mais acabados e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos para o manejo e cultura das terras. Neste sentido os poloneses principalmente, introduziram a utilização de outros instrumentos para o cultivo e transporte, como o arado, a grade, a gadanha, o picador de palha, o mongoyal (semelhante a mó), o alfange e a carroça polaca que iria marcar toda a colonização polonesa no Sul do Brasil. Porém o Governo também possuía objetivos em relação à mestiçagem racial, como afirma Wachovicz em relação ao imigrante: “De origem agrária, dócil, vinha reforçar a matriz básica de criação do tipo racial brasileiro. Os latinos, tanto italianos como espanhóis, também eram favorecidos por razões semelhantes. Menções favoráveis são endereçadas aos eslavos, entre eles os poloneses” (1987, p. 113).

Um segundo fator propulsor para a ocupação a partir da década de 1930 foi a disseminação de políticas públicas fomentadas pelo Governo Federal e Estadual ou então pela iniciativa privada, representado principalmente pelas colonizadoras (IPARDES, 2003). A seguir, fotografia de uma típica família de migrantes:

Figura 1: Família de migrantes em direção a Pato Branco.



Fonte: KRÜGER, 2004, p. 206.

O modelo de ocupação proposto, objetivado principalmente pelo loteamento de pequenas parcelas de terras implicou a principal característica regional do Sudoeste do Paraná: a pequena propriedade familiar rural²². Este cenário traz à tona uma primeira manifestação acerca do desenvolvimento da região, principalmente no contexto da chamada “Marcha para o Oeste”. Para Lazier (1997) a marcha, levada a efeito pelo Governo de Getúlio Vargas no Estado Novo tinha como principais objetivos a integração nacional com vistas à expansão da economia interna, principalmente voltada à produção agrícola e à segurança alimentar de uma crescente população urbana no contexto nacional.

Para tanto, o Estado determinou a criação e a utilização de um conteúdo imagético para consubstanciar a “Marcha para o Oeste” enquanto discurso calcado principalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização. Lenharo justifica este argumento:

“A expansão desmensurada do Estado é percebida também pela sua função modernizadora. O capitalismo brasileiro, atrasado, tardio ou desigual combinado face ao capitalismo internacional, requeria um agente histórico capaz de suprir as ausências das forças sociais

²² Na década de 1970, a região constituía-se como a menos populosa do Estado e apresentava o menor grau de urbanização – 18% (IPARDES, 2001).

principais. Por isso mesmo, fica implícito que o Estado assume o papel de sujeito histórico porque a luta de classes não chega a exprimir-se de maneira suficientemente nítida no interior da sociedade civil” (1989, p. 20)

Este conteúdo imagético sobre a marcha, é perceptível principalmente nos discursos proferidos por Getúlio Vargas, na medida em que produzem uma imagem de nação em movimento, reforçada pela revisitação ao passado colonial, da importância do ouro e dos metais extraídos, essenciais ao progresso industrial do país. Para o autor, este conteúdo dialoga diretamente com uma imagem de nação em movimento que transita de um espaço edênico - da visão paradisíaca da terra - para o espaço da indústria (LENHARO, 1989).

Contudo, como enfatiza Mendonça (1995) esta perspectiva entre o campo e a indústria não ocorrem de modo desconexo. No contexto da época do Brasil pós-45, a expansão da indústria nacional e a produção/aquisição de tecnologia estava na dependência de reservas-ouro que eram produzidas apenas pela exportação de produtos agrários. Assim, a modernização tecnológica do parque industrial estaria sempre atrelada ao comportamento das exportações destes produtos, o que justificaria uma intervenção do Estado no processo de ocupação e da forma de produção no campo, com vistas à incorporação da lógica do processo de trabalho industrial.

Outro aspecto deste contexto, experienciado também no Sudoeste, e que merece atenção é o foco para o campo. A marcha constituiu-se como um processo fundamentalmente social. O próprio regime e postura do Estado estavam voltados para o esquadramento político-social dos trabalhadores lançando mão de dispositivos que deveriam cercear as suas formas livres de organização e impor a sua organização atrelada e única, com os olhos no campo, para onde se almejava estender a estratégia de dominação utilizada no mundo da fábrica (LENHARO, 1989). Na experiência do Sudoeste, ainda somam-se a esta perspectiva, objetivos como a grilagem de terras, interesses político-partidários além de particulares, bem como a pressão imposta por jagunços a serviço das colonizadoras e pela cobrança ilegal de lotes, que permanecem até hoje na história de vida dos pioneiros.

No contexto do Sudoeste, a marcha efetivou-se principalmente pelas colonizadoras surgidas na década de 1940, como a CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, e pela CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. De

acordo com estudos de Gomes (1986) e Lazier (1997) no caso da CANGO, esta desempenhou papéis importantes para o processo de ocupação da região: primeiro como Colônia Agrícola, responsável pela divisão das terras, de forma gratuita. E posteriormente, como Núcleo Colonial, devendo vender os lotes disponíveis. Ainda, representava o primeiro abrigo para as famílias que migravam principalmente de outros estados da região Sul do país, como se pode verificar.

Figura 2: Alojamento da CANGO para famílias migrantes em Pato Branco.



Fonte: KRÜGER, 2004, p. 194.

No caso da colonizadora CITLA, empresa privada, criada por intermédio do então Governador Lupion, adquiriu em 1950, as glebas Missões e Chopim do Governo Federal, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU). Para Battisti (2006), o caráter ilegal da transação era evidente, diante das influências políticas e do valor atribuído às terras para que o negócio ocorresse, tendo em vista o potencial da região. Este potencial é destacado por Wachovicz: “Era uma importância ínfima, por uma área quatro vezes maior que o então Distrito Federal, possuidora de inúmeros recursos hidrelétricos e detentora da maior reserva de pinheiros do Brasil, calculada em três milhões de árvores adultas” (1987, p. 151). Feres (1990) ainda evidencia a existência de uma grande floresta de madeira, que iria dar origem ao ciclo madeireiro, que representaria outro momento importante do desenvolvimento do Sudoeste.

Porém, este processo em momento algum fora harmonioso ou pacífico. O que estava em embate no Sudoeste do Paraná, assim como no restante do país (até os dias de hoje) era uma luta permanente sobre a questão agrária: o confronto do modelo de desenvolvimento baseado no monopólio fundiário contra um modelo baseado na divisão de terras em pequenas propriedades. Deste modo, o conflito gerado em torno da questão agrária do Sudoeste do Paraná, intensificou-se a partir da cobrança ilegal das terras por colonizadoras privadas que pretendiam cobrar novamente pelas glebas distribuídas pelo governo sem oneração, há tempos em posse dos colonos. Neste sentido, a conjuntura formada pelos proprietários de colonizadoras e as lideranças partidárias locais e estaduais, principalmente, atuavam diretamente não apenas na grilagem de terras, mas na influência direta das instâncias policiais e jurídicas. Deste modo, a presença de jagunços que praticavam de maneira recorrente espancamentos, estupros, homicídios, a queima de casas e galpões, a matança de animais e a destruição das “roças” nunca foram registradas pelas delegacias da região, mas são manifestações vivas nas lembranças dos moradores mais antigos (LAZIER, 1997; VOLTOLINI, 1997; WACHOVICZ, 1987).

Apesar das adversidades, os colonos do Sudoeste permaneciam em suas propriedades, resistindo e até mesmo participando diretamente em ações de emboscada contra os proprietários e administradores das colonizadoras, que culminariam na Revolta de 1957²³, como retrata Battisti:

“Na luta entre os colonos posseiros e os jagunços, na região da fronteira, um dos acontecimentos de maior repercussão e que desencadeou o levante foi o assalto à caminhonete, ocorrido no dia 14 de setembro de 1957, no quilômetro 17 da estrada de Santo Antônio a Lajeado Grande. Alertados sobre uma emboscada, os chefes da colonizadora desistiram de ir a uma reunião, mandando apenas o motorista e um jagunço com a ordem de darem carona a quem estivesse na estrada. A emboscada do grupo de Santin, concretizou-se, ocorrendo a morte de sete pessoas. Os colonos mataram cinco de seus pares. Um dos atacantes inclusive participou do assassinato de seu próprio pai, que havia pedido carona” (2006, p. 72).

Este fato evidencia a situação desesperadora dos colonos e posseiros diante da conivência das autoridades locais e estaduais constituídas, e da inércia do Governo Federal em interferir no processo de ocupação no modo em que ocorreria. Assim, viu-se no caminho da luta armada um meio de ocupar definitivamente os

²³ A Revolta de 1957, iniciada em 10 de outubro de 1957 é também conhecida como a Revolta Camponesa, Levante dos Posseiros ou Revolta dos Colonos.

municípios do Sudoeste e destituir as autoridades do poder do Estado. Contudo, Wachovicz (1987) ressalta a participação de outros atores na Revolta, além dos posseiros e colonos. Em sua perspectiva, os “bodegueiros” e profissionais liberais tiveram papel preponderante no apoio aos colonos, em funções de divulgação, orientação, organização e liderança, motivados principalmente por interesses partidários e de reprovação ao governo de Lupion. Esta reprovação dizia respeito principalmente a inviabilização da produção agrícola e o conseqüente impedimento da troca de mercadorias que produziriam relações mercantis. Também, membros da oposição como Edu Potyguara Bublitz e o Senador Othon Maeder (UDN), que atuaram diretamente no planejamento da revolta tinham por intenção provocar a intervenção do Governo Federal no Paraná, provocando a queda de Lupion e a expulsão das colonizadoras.

Cabe destacar o papel exercido pelas mulheres na luta pela terra no Sudoeste. Sob pressão dos jagunços a serviço das colonizadoras para a cobrança ilegal de terras, os homens embrenhavam-se no mato para não assinarem as confissões de dívida, cabendo às mulheres a proteção dos filhos e da propriedade. Outro elemento fundamental para a Revolução de 1957 foi o rádio. Utilizado como articulador para a organização dos municípios no movimento, a rádio Colméia que pertence até hoje aos padres franciscanos exerceu papel importante, como evidencia Wachovicz:

“O Sudoeste foi dividido em três centros que liderariam a rebelião: Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio. A iniciativa do levante deveria acontecer em Francisco Beltrão ou Pato Branco, porque ali havia estação de rádio. (...) a partir das treze horas e trinta minutos, do dia 10 de outubro de 1957, o povo foi chamado pelo rádio através de Ivo Thomazoni. Aos poucos, Pato Branco foi ocupada por centenas de homens, mulheres e até crianças armadas. Havia sido convidadas para uma reunião que decidiria o problema das companhias. Esta reunião foi marcada para as dezessete horas no salão paroquial, cedido pelo Frei Honorato” (1987, p. 127).

Diante deste cenário, pode-se analisar que houve uma série de articulações estabelecidas entre os posseiros e a sociedade sudoestina, movidas por interesses de certo modo diversos, mas que culminaram no afastamento das colonizadoras do movimento de ocupação da região. Por meio destes atores da Revolta de 1957, as praças foram tomadas pelos posseiros e sociedade de modo geral, assim como os escritórios das colonizadoras, com o fim de destruir as confissões de dívidas

assinadas sob coação dos jagunços a serviço das mesmas. No caso de Pato Branco, por exemplo, os posseiros espalharam pela praça central da cidade uma infinidade de contratos e confissões cujas cobranças foram impossibilitadas diante do feito.

A seguir, fotografia que ilustra o movimento armado. Em destaque, a participação das mulheres e crianças:

Figura 3: Revolta de 1957 em Pato Branco.



Fonte: KRÜGER, 2004, p. 208.

Apesar de constituir-se como um marco na luta pela terra na região, principalmente por afastar as colonizadoras deste embate, a Revolta dos Posseiros não pôs fim aos debates e à luta pela terra no Sudoeste do Paraná. De modo que esta iria prolongar-se até o início da década de 1960:

“Em 1961, o presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de utilidade pública; em 1962, o então presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos” (BATTISTI, 2006, p. 74).

Nas décadas seguintes, o discurso em torno do desenvolvimento rural da região seria conduzido, em diálogo com o restante do país, pela “modernização da agricultura”, cujas diretrizes assemelhavam-se em muito com a mudança de base tecnológica dirigida pelo capital, principalmente de origem industrial. Para Ianni (1997) este processo de modernização implicou diretamente na transformação da produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências, o que também recairia sobre uma nova produção de significados sobre o rural, a partir da perspectiva do urbano.

Neste sentido, o discurso voltado à chamada “Revolução Verde”²⁴, fora crucial para as transformações de bases técnicas e tecnológicas não apenas de produção, mas inequivocamente também de relações sociais. O aumento do uso da maquinaria (implementos agrícolas) para plantar e colher, do crescimento da indústria química e do uso de insumos para a preparação do solo e o combate às infestações por meio de agrotóxicos, implicou na alteração do modelo da agricultura extensiva para a agricultura intensiva. No caso do Sudoeste do Paraná, este processo ocorreu de maneira heterogênea e de forma mais lenta se comparado ao restante do país. De acordo com estudos do IPARDES (2003) as condições do relevo bastante acidentado em alguns pontos da região, não favoreciam o modelo de produção agrícola intensiva, isto sem considerar as mínimas condições para investimentos de grande volume. Deste modo a Revolução Verde, experimentada de modo peculiar no Sudoeste, iria promover profundas mudanças nas relações sociais da região.

A existência de pequenas propriedades, com poucas possibilidades de mecanização e de trabalho essencialmente familiar repercutiu para três cenários distintos: 1) a ampliação de propriedades que se reestruturaram a partir da agricultura intensiva, adquirindo pequenas propriedades vizinhas; 2) a permanência de pequenas propriedades familiares rurais, todavia muitas vezes, em condições de grande pobreza; e 3) as transformações sociais, como o êxodo das famílias para a cidade em busca de emprego em setores como a indústria e serviços principalmente; a venda da força de trabalho para um empregador rural; o

²⁴ O termo “Revolução Verde” é utilizado para identificar o modelo de modernização da agricultura mundial, predominantemente praticada hoje em dia. E tem como pilares a monocultura com plantas híbridas e o alto aporte de energia na forma de agrotóxicos, adubos e mecanização. Esta necessidade de insumos é decorrente da não valorização da biodiversidade funcional nos agroecossistemas, e caracterizando-se por ser um pacote tecnológico desenvolvido para a produção em larga escala, em grandes monoculturas (FERRAZ, 1999).

enfraquecimento do trabalho coletivo historicamente presente nas práticas de “puchirão” (mutirão) e das relações de troca, como o escambo, por exemplo; e o que mais tarde iria consolidar-se como o “movimento dos sem terra”.

Conforme dados do IPARDES (1989), mais de 50% dos assentados do Paraná, eram da região Sudoeste, filhos ou netos de agricultores que participaram da Revolta de 1957, deixando evidente a marca da resistência, herança de gerações que lutaram contra a expropriação, mesmo que em condições distintas. Do mesmo modo, a história de ocupação do Sudoeste permite desconstruir o discurso de caracterização do campesinato como um setor apático, conservador e meramente reprodutor da vida social (MARTINS, 1984).

A década de 1980 foi marcada por movimentos de ocupação, invasões, práticas violentas e uma retomada do discurso pela Reforma Agrária de maneira apenas retórica. Apesar da consolidação dos movimentos sem-terra, principalmente retratado pela criação formal do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1985, com as possibilidades de um Governo Federal agora civil, e uma Constituinte em formação, muito pouco se avançou, obtendo resultados mais efetivos somente na década de 1990²⁵ (BATTISTI, 2006).

É também nesta década que o discurso do desenvolvimento é retomado tanto no cenário nacional como na região Sudoeste. Neste período as discussões em torno do desenvolvimento rural na região estavam embasadas em debates sobre a micro e a pequena agroindústria familiar associativa. A intenção era de propiciar o desenvolvimento regional através de incentivos e a agregação de valor aos produtos agrícolas primários (BERNARTT, 2006). O que marcaria este período seria a transição da atividade agrícola para a atividade agro-industrial, principalmente representada pelo movimento cooperativista na transição da comercialização exclusiva dos produtos agrícolas para sua industrialização.

²⁵ Battisti (2006) apresenta como a maior conquista do período para os sem-terras da região, o assentamento de 1.604 famílias nos 27 mil hectares desapropriados dos 83 mil hectares da madeireira Giacomet Marodin, o maior latifúndio do Sul do país na década de 1990.

2.2. O PINHEIRO E A TECNÓPOLE: ELEMENTOS DO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DO SUDOESTE DO PARANÁ

A questão agrária no Sudoeste do Paraná, como fora apresentada anteriormente, historicamente consolidou-se como um pano de fundo para as demais questões, principalmente relacionadas ao contexto sócio-econômico da região. Dentre estas questões o desenvolvimento de uma estrutura industrial. Ao passo em que a região foi sendo paulatinamente ocupada em decorrência dos processos migratórios da década de 1950, com vistas prioritariamente à expansão da produção agrícola por uma população de origem agrária, concomitantemente, as bases para uma estrutura industrial começavam a desenvolver-se, principalmente pelo chamado “ciclo madeireiro”.

Neste sentido, as correntes migratórias compostas principalmente por agricultores, também despertavam o interesse dos serradores dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, principalmente, como evidencia Wachovicz, sobre estes migrantes no contexto do processo de ocupação do Sudoeste:

“Juntamente com a expansão da sociedade camponesa do sul do país, que tentava reproduzir-se no sudoeste paranaense, veio o interesse dos serradores. Esses, eram detentores de pequenos capitais acumulados, freqüentemente na mesma atividade no Rio Grande do Sul e Santa Catarina que vinham tentar melhorar a sorte no Paraná. A confusão fundiária reinante no Sudoeste era fator que lhes poderia proporcionar lucros maiores e mais rápidos. As serrarias clandestinas então se multiplicaram. O serrador explorava a madeira e depois vendia a terra como se fosse uma posse. Na realidade, não passava de um pequeno grileiro de terras” (1987, p. 202).

De acordo com Voltolini (2000) o ciclo madeireiro na região tem seu início na década de 1940, marcado pela chegada na região de serrarias e laminadoras. Este ciclo teria durado três décadas, sendo insustentável na medida em que os processos de extração principalmente do pinheiro eram extremamente agressivos com o ecossistema. Neste espaço de tempo, somente no município de Pato Branco, 3,3 milhões de unidades foram derrubadas fornecendo mais de 23 milhões de metros cúbicos de madeira altamente apreciada pelo mercado nacional e internacional.

É importante ressaltar que este ciclo de industrialização da madeira ocorre de maneira tardia no sudoeste paranaense. Enquanto nos demais estados do Sul do país, a extração da madeira era intensa desde a década de 1930, motivada pelas

facilidades de transporte ferroviário, a chamada Floresta Araucária na região, permanecia praticamente virgem. Antes dos anos quarenta a presença de serrarias era insignificante no número e na capacidade produtiva, voltada quase que exclusivamente para as demandas locais.

Contudo, a estrutura industrial para a extração e a industrialização do pinheiro e das diversas madeiras “de lei” não era homogênea. Tal estrutura diferenciava-se principalmente a partir dos “quadros²⁶” utilizados e ao destino da produção. Três tipos de serrarias eram encontrados na região: as de quadro rústico, as de quadro Tissot²⁷ e as de serra-fitas. O primeiro tipo, ou seja, o de quadro rústico tinham a maior parte dos seus componentes auxiliares confeccionados em madeira, com baixa capacidade produtiva, desdobrando até duas toras por dia. Por se destinarem à serragem de madeira para o consumo local, passaram a ser classificadas como “coloniais”. Eram movimentadas por energia hidráulica, principalmente pelas rodas d’água (VOLTOLINI, 2000). É interessante completar, que a força hidráulica na região desempenhava papel importante não apenas nas pequenas serrarias mas também era força principal nos moinhos coloniais e nos soques de erva-mate.

O segundo tipo de serraria, que utilizava o quadro Tissot, industrializava a madeira em grande escala para comercialização nos grandes mercados nacionais e internacionais. Introduziram processos de serragem mais complexos que exigiram novos processos de produção de energia. Como o fornecimento de energia elétrica no Sudoeste só ocorre em meados da década de sessenta, a energia alternativa foi o vapor. No caso das serrarias, o locomóvel. Além da força necessária para movimentar a indústria, o locomóvel também produzia energia utilizada no ambiente da serraria e no casario próximo, onde residiam os operários e suas famílias (VOLTOLINI, 2000). A seguir fotografia de serraria movida a locomóvel montada dentro do próprio pinheiral e ilustração exemplificativa de locomóvel:

²⁶ Por quadros, no dizer dos serradores, entende-se o conjunto de equipamentos que entram no sistema de movimentação da serraria, constando fundamentalmente da própria serra; do carrinho ou vagonete em que se fixa a tora para serragem; das polias e correias transmissoras de forças e dos braços mecânicos que sustentam e dão movimento, à serra para o processo de desdobra da madeira nas peças pretendidas, segundo o comando manual do serrador.

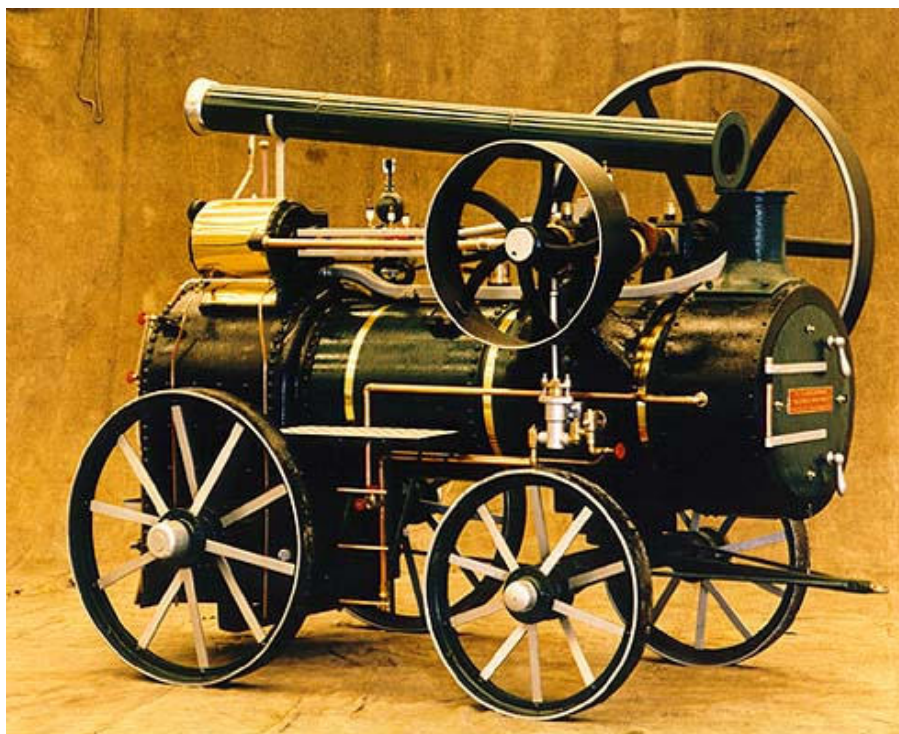
²⁷ Sobre o quadro Tissot: de origem francesa, com sistema de moldes da serra colonial, mas bem superior na qualidade e no nível de produção. O resultado de um dia de serragem em uma Tissot era de 20 a 24 dúzias de tábuas tamanho oficial.

Figura 4: Serraria movimentada por locomóvel em Pato Branco



Fonte: KRÜGER, 2004, p. 197.

Figura 5: Locomóvel de origem alemã do início do século XX.



Fonte: Museu Centro de Tecnologia de São Paulo (2006).

O terceiro tipo de serrarias eram as de quadros compostos por serra-fita. Acionadas por polias, eram movimentadas por locomóvel ou motor elétrico. Utilizada pelas madeireiras de grande porte, apresentavam como principal característica a alta produtividade, produzindo mil metros cúbicos por mês ou o equivalente a 2.500 dúzias de tábuas²⁸ (VOLTOLINI, 2000).

Porém, mais do que uma estrutura industrial em formação e uma grande reserva para exploração, um dos fatores que desencadearam o desenvolvimento do ciclo da madeira no Sudoeste, foi a convergência de interesses entre os pequenos agricultores recentemente instalados em áreas rurais recobertas pela Floresta de Araucária, ansiosos pela derrubada da mata para o preparo da terra para o cultivo e do interesse dos serradores, que terminavam por adquirir sua matéria-prima a um custo irrisório. Neste contexto, no final da década de 1950, por exemplo, somente na cidade de Pato Branco havia 114 estabelecimentos, entre serrarias e laminadoras (VOLTOLINI, 2000).

O ritmo da indústria madeireira formava não apenas uma classe operária especializada no setor, como também imprimia um ritmo para a própria cidade, estabelecido pelo apito dos locomóveis, que ficaram conhecidos como “os apitos do trem, sem trem”:

“Às seis horas, eram despertador; às sete e quinze, alerta que faltavam quinze minutos para entrada em serviço; às sete e meia, para mãos à obra, pegar no batente. Pelo meio-dia até o início do turno da tarde, de novo cerimonial de avisos e chamadas sonoras. No entardecer o fim das atividades nas indústrias, retornavam os apitos. Muita gente, mesmo não estando ligada ao quadro de operários das madeireiras, orientava-se por esses sinais sonoros” (VOLTOLINI, 2000, p. 119).

Assim, o ciclo da madeira, que se estendeu principalmente da década de 1940 até a década de 1970, levado à exaustão pela extração predatória e irracional do pinheiro e de outras diversas espécies nativas como o angico, a imbuia e o cedro, foram determinantes para o desenvolvimento de uma base industrial para o período futuro. Uma das conseqüências deste ciclo diretamente voltado para a construção desta base foi o desenvolvimento da população regional, e da formação de operários

²⁸ Sobre o ritmo de produção em relação ao tipo de serraria, Voltolini (2000) descreve uma comparação. De um pinheiro de 80 cm, a 1,00 m de diâmetro, tiravam-se 5 toras, produzindo de 20 a 25 dúzias de madeira de tabuado. Para desdobrá-los, uma Colonial levava de três a quatro dias; uma Tissot, um dia; e a fita despachava em torno de 5 deles em um só dia, com 8 horas de atividade.

e administradores que se instalaram em definitivo na região diante da oferta de emprego. Outra consequência foi a formação de núcleos sociais. Como grande parte dos operários e suas famílias terminavam por habitar o casario próximo às serrarias em lugares fora do meio urbano, acabaram-se formando pequenos povoados, geralmente identificados pela presença de uma igreja e uma escola. No caso de Pato Branco, por exemplo, esta realidade é representada pelas localidades de Sede Gavião e Sede Dom Carlos.

Ainda, outro fator decorrente do ciclo da madeira foi o desenvolvimento de algumas cidades em ritmo mais acelerado, em função da criação de um quadro sócio-econômico de suporte à estrutura industrial em formação. Desta maneira, para o comércio o período foi promissor. A demanda por outros tipos de alimentação, utensílios e equipamentos domésticos, vestuário, tecidos, calçados, produtos farmacêuticos, ferramentas, acessórios para a construção de casas de madeira, passando gradativamente para a alvenaria impulsionaram uma rede de comércio e serviços, que justificam a consolidação de municípios considerados pólos como Pato Branco e Francisco Beltrão.

A indústria extrapolou o espaço da produção de madeira, para a metalurgia, produzindo peças e ferramentas principalmente para as madeireiras instaladas na região. Em Pato Branco, neste período surge o primeiro hospital, os clubes sociais (Sociedade Esportiva Palmeiras, Esporte Clube Internacional e Industrial Esporte Clube), a instituição da Paróquia São Pedro Apóstolo, a abertura do Instituto Nossa Senhora das Graças e o Curso de Comércio de Plácido E Silva. A frota crescente de caminhões para o transporte da madeira fez surgir oficinas mecânicas para o reparo e reposição de peças. Do mesmo modo que profissionais liberais, como os contadores e os advogados encontraram na região uma perspectiva promissora na prestação de serviços (VOLTOLINI, 2000).

Porém o ciclo madeireiro na região Sudoeste, em contraponto a estas manifestações do desenvolvimento regional, produziu também algumas consequências importantes no processo de caracterização da região. A primeira consequência está vinculada à inoperância das instituições públicas para o controle e a sustentabilidade da extração, principalmente do pinheiro. Em uma segunda instância esta inoperância repercutiu também para um processo posterior ineficiente de reflorestamento das principais áreas devastadas, em relação à substituição do

pinheiro pelo plantio de pinus, reconhecidamente pobre para reconstruir o ecossistema com a mesma diversidade do passado. A segunda consequência foi a falta de investimentos na região, a partir de recursos oriundos da industrialização madeireira. Em razão da maior parte das indústrias instaladas serem filiais de indústrias maiores, a maior parte dos recursos tinha como destino as suas matrizes. Outra situação é o caráter familiar da maior parte das indústrias, que contando com muitos sócios, aplicavam os lucros em projetos próprios e não à destinação da expansão da estrutura fabril (VOLTOLINI, 2000). Após trinta anos de intensa exploração, muitas destas indústrias, sem encontrar com tanta facilidade matéria-prima, rumaram para outras áreas e muitas outras fecharam suas portas, permanecendo apenas os velhos barracões, com exceções de algumas serrarias, na maior parte do tipo colonial, ainda em atividade.

Todavia, uma população urbana crescente²⁹ e a situação fronteiriça Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul e Paraná/Argentina propiciaram a partir da década de 1980, que novas indústrias se instalassem na região, como apontam os dados apontados pelo IPARDES:

“...976 unidades industriais, que nos anos de 1995 e 2000 comportaram 9.833 e 15.119 empregos industriais, com 53% de crescimento (...). Os segmentos que apresentaram maior participação no total de empregos regionais foram vestuário (21,63%) e abate de aves (21,63%). Os dois segmentos concentram 42,97% dos postos de trabalho da indústria local. Em termos de participação no valor adicionado do Estado, houve um crescimento de 1,35% para 1,85% no período de 1990-2000” (2003, p. 66-67).

De modo geral, os segmentos industriais mais representativos atualmente são os de alimentos (abate e industrialização de aves e suínos), confecções, madeireiro, laticínios e grãos. Destaca-se neste contexto a importância das 10 agroindústrias cooperativadas responsáveis por boa parte da industrialização e comercialização destes produtos. Na tabela a seguir, pode-se perceber esta configuração:

²⁹ De acordo com estudos do IPARDES (2003) durante as décadas de 1970 e 1980 a população urbana dobrou de tamanho. Duas prováveis causas: o êxodo rural e o esgotamento do ciclo madeireiro, que provocou a saída de um contingente considerável das regiões da periferia, onde se localizavam as serrarias e laminadoras para o centro dos municípios.

TABELA 3: TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO FISCAL (VAF) DA INDÚSTRIA DA REGIÃO SUDOESTE, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS INDUSTRIAIS – PARANÁ – 1995/2002.

SEGMENTO	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS		PARTICIPAÇÃO NO VAF DA INDÚSTRIA DA REGIÃO (%)	
	1995	2002	1995	2002
Abate e Processamento de Aves	7	8	19.8	38.6
Eletrodomésticos	1	5	0.2	8.9
Laticínios	25	30	3.5	8.2
Vestuário	82	181	8.3	7.4
Mobiliário	91	161	4.8	5.0
Lâminas e Chapas de Madeira	16	34	5.9	3.6
Ração Animal	8	8	3.5	2.8
Siderurgia, Metalurgia e Usinagem de Metal	20	48	1.0	2.4
Embalagens Plásticas	2	7	0.2	2.3
Desdobramento de Madeira	133	101	6.8	2.2
Moagem de Trigo	14	12	0.4	1.8
Óleos e Gorduras Vegetais	2	3	27.1	1.8
Produtos de Origem Vegetal Diversos	7	8	0.2	2.3
Edição, Impressão e Reprodução	30	46	1.0	1.0
Ferramentas, Ferragens, Funilaria e Cutelarias	24	43	0.3	0.9
Abate e Processamento de Suínos/Bovinos	17	23	1.6	0.9
Segmentos não-selecionados	391	695	15	11
REGIÃO SUDOESTE	870	1.413	100.0	100.0

Fonte: IPARDES (2003).

Apesar da consolidação destas novas indústrias, a estrutura produtiva sempre esteve vinculada à agricultura (principalmente da soja e do milho) e a pecuária, principalmente a suinocultura, a avicultura e a produção de leite. No ano de 2000, 42,1% dos ocupados dependiam deste tipo de atividade (IPARDES, 2003). Para as pequenas propriedades familiares rurais, as policulturas têm sido caminhos alternativos para o aumento da renda. Nestes casos a diversificação da produção das culturas de soja e milho dividem espaço com a produção de batata-doce, fumo, mandioca, frutas e horta caseira. Outro meio de resistência e reprodução deste

contexto rural é a pluriatividade, por meio do artesanato, do trabalho doméstico ou na indústria local. Por pluriatividade nos apropriamos da análise estabelecida por SCHNEIDER:

“...pluriatividade é entendida como uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processo de produção agropecuários ou em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas” (2003, p. 32).

De acordo com estudos do IPARDES (2003) o desemprego manifesta-se de modo mais intenso naqueles municípios onde a ocupação agrícola tem menor participação relativa. Assim, devido a esta condição e ao seu tamanho, os três maiores municípios, Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos concentravam em 2000, 43,6% dos desempregados da região. O setor de serviços e comércio por sua vez, bastante pulverizados, é o que representa menor percentual de ocupação. Os serviços de comércio e reparação, saúde e educação são os que mais se destacam. As cidades do Sudoeste ainda hoje são caracterizadas como cidades de tipo rural de pequena urbanização e com populações que variam de 5 a 20 mil habitantes. Este cenário poder verificado na Tabela 4:

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO– REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ – 2000.

Classe de Tamanho (habitantes)	Número de Municípios*		População (%)	
	População Total	População Urbana	População Total	População Urbana
De 200 mil e mais	0	0	0	0
De 50 mil a menos de 200 mil	2	2	27,4	39,4
De 20 mil a menos de 50 mil	3	1	16,0	7,9
De 5 mil a menos de 20 mil	23	12	49,3	35,7
Menos de 5 mil	9	22	7,3	16,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000); IPARDES (2003). De acordo com os critérios geopolíticos do IPARDES (2003) a região Sudoeste é composta por 37 municípios.

Sendo a segunda região menos urbanizada do Estado, pelos critérios do IPARDES e IBGE, possui apenas dois municípios com mais de 50 mil habitantes, Pato Branco e Francisco Beltrão. Ambas são municípios pólo, porém com especificidades interessantes. Pato Branco oferece uma gama de funções mais especializadas, como educação, ciência e tecnologia, além de consolidar-se nas últimas décadas como um pólo na área de Saúde; ao contrário do município vizinho, que se configurou principalmente por funções associadas ao comércio, agropecuária e indústria, principalmente de alimentos.

Neste contexto, as transformações mais recentes no que tange os processos de desenvolvimento da região Sudoeste também perpassam por alterações importantes nos aspectos educacionais, principalmente no que diz respeito à Educação Superior.

De acordo com os estudos de Bernartt (1999) acerca do processo de desenvolvimento no Sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos, a ampliação do parque industrial ocorrida na década de 1980 começou a exigir a formação de recursos humanos em condições de conduzir e gerenciar o processo de industrialização que se implantava. Mais do que a própria realidade local, o contexto mundial globalizado do período estabelecia relações intrínsecas entre a educação e o desenvolvimento. No contexto discursivo, esta nova realidade só ofereceria oportunidade para o trabalho qualificado; portanto o melhor meio de favorecer a promoção social deveria ser necessariamente a educação como fator de competitividade e soberania na corrida tecnológica. Fator como este foi essencial para fomentar a expansão do Ensino na região, principalmente do Ensino Superior no final da década de 1990 (BERNARTT, 1999).

Destaca-se neste período a implantação do CEFET-PR - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (atual UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná) no município de Pato Branco, em decorrência do “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico”, criado em julho de 1986 pelo Governo Federal.

Em 1993 a UNED/PB-Unidade de Ensino Descentralizada de Pato Branco foi inaugurada ofertando os Cursos Técnicos de Eletrônica e Edificações. Tal implantação viria de encontro ao longo processo de reivindicação da expansão do ensino público na região, principalmente com vistas ao Ensino Superior. Até este

período a região contava apenas com três IES – Instituições de Ensino Superior, a FACIPAL – Faculdades de Ciências de Palmas; a FACIBEL – Faculdades de Ciências de Francisco Beltrão e a FUNESP – Fundação de Ensino Superior de Pato Branco. No ano de 1994 a partir de uma série de movimentos políticos e sociais, a FUNESP, fundação municipal que existia desde 1982, com os cursos de Letras, Matemática, Processamento de Dados, Ciências Contábeis, Administração e Agronomia foi incorporada ao CEFET/PB. O corpo docente foi renovado a partir de concurso público e os cursos existentes passaram por uma reorganização didático-pedagógica curricular (PEZARICO e OLIVEIRA, 2004).

O processo de incorporação trouxe consigo inúmeros aspectos que implicaram na retomada dos discursos desenvolvimentistas na região. Um dos principais está relacionado a presença de uma IES pública federal que traria a expansão do Ensino Superior, principalmente pela via pública. Esta expectativa é frustrada, principalmente no decorrer da década de 1990, cujo modelo de Estado Mínimo optou pela manutenção/redução da estrutura pública de Ensino Superior, favorecendo a expansão deste nível de Ensino pela via privada³⁰. Deste modo, a exemplo do que ocorria no restante do país, a região vivenciou no final da década de 1990 um intenso processo de expansão do Ensino Superior, maciçamente privada. Especificamente, nos anos de 1999, 2000 e 2001, foram criadas doze IES, distribuídas em oito municípios. Atualmente, a região conta com 16 IES, das quais apenas três são públicas, sendo que destas, duas são estaduais e uma federal. Privadas em sentido estrito são nove, três são públicas municipais e há uma privada confessional.

Esta breve caracterização da região Sudoeste, ainda que limitada, tem por objetivo reunir algumas evidências que viriam a reforçar o discurso do desenvolvimento do período. Primeiro, de que estariam consolidadas as bases do conhecimento técnico necessário à criação de um programa e também de uma cultura regional de desenvolvimento, principalmente enfatizados pelo Ensino Técnico e pelo Ensino Superior. Segundo, de que esta estrutura de conhecimento técnico

³⁰ A expansão do Ensino Superior Privado ocorreu principalmente através de dois vetores: o primeiro pela verticalização do Ensino nas escolas e o segundo pela iniciativa privada de grupos que perceberam no Ensino Superior um nicho mercadológico interessante para investimentos (SILVA JR e SGUISSARDI, 1999).

diferenciado poderia ser uma opção interessante para a diversificação das características regionais de produção, principalmente da agropecuária para as atividades da indústria de transformação³¹.

Estas evidências foram potencializadas principalmente pelos discursos institucionais das IES em fase de implantação, quando afirmavam em seus objetivos o desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico da região por meio do ensino, pesquisa e extensão. Contudo, o processo de consolidação das IES foi pautado prioritariamente pelas atividades de ensino, a despeito da indissociabilidade com a pesquisa e a extensão prevista constitucionalmente para o Ensino Superior, com raras exceções.

Nesta lógica, o que foi imperativo, assim como no restante do país, foi a clara intenção da produção de quadros de mão-de-obra, repercutindo para uma eminente precarização do trabalho e da própria formação profissional. No contexto do CEFET – Pato Branco isto se tornou visível por meio do Decreto N ° 2.208 de 17 de abril de 1997 que regulamentou o Ensino Técnico³².

As políticas públicas orientadas para o modelo produtivo vigente, e a exigência por um processo acelerado de formação, favoreceram a criação dos cursos de Tecnologia, cujos currículos privilegiaram a formação técnica operacional. Neste sentido, a proposta para os cursos de Tecnologia reuniu três objetivos fundamentais: a noção de “avanço” tecnológico, a empregabilidade e a educação tecnológica para uma readequação do perfil profissional.

Gorz critica esta readequação legitimada pelo empreendedorismo que suprime as diferenças entre indivíduo e empresa, entre força de trabalho e capital:

“A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor

³¹ Por indústria de transformação, compreende-se os seguintes segmentos: minerais não-metálicos; indústria metalúrgica; indústria mecânica; material elétrico e de comunicação; material de transporte; madeira e imobiliário; papel e gráfica; borracha, fumo e couro; indústria química; indústria têxtil; indústria de calçados; e alimentos e bebidas.

³² A repercussão deste decreto para o CEFET-Pato Branco foi a extinção dos cursos técnicos de Nível Médio, conhecido como Cursos Técnicos Integrados, e a criação de cinco Cursos Superiores de Tecnologia. As novas regulamentações foram produzidas em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas macro políticas, tanto de flexibilização quanto de descentralização da educação, no bojo da então nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N ° 9394/96.

por si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é" (2005, p. 23).

Em convergência a este processo, o Sudoeste movido principalmente pelas instituições locais, como a AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, viu nesta corrida tecnológica uma forma para a diversificação das características regionais até então arraigadas a uma história agrária. Outros projetos surgidos nesta mesma época são o Pólo de Desenvolvimento de Software em Dois Vizinhos, o TEXCEL - Fundação Cultural de Educação e Tecnologia de Francisco Beltrão e o Hotel Tecnológico mantido pela UTFPR.

Deste modo, à medida que estas iniciativas ampliavam-se, as esferas mais macros exerciam influência direta pelo meio discursivo às instâncias locais, ao propagar a condição do desenvolvimento pela educação, principalmente diante dos “desafios impostos pela globalização”.

Num contexto globalizado, a partir da década de 1970, a liberalização dos controles cambiais, gerou fluxos livres para superar as barreiras nacionais. Com esta superação, objetivada principalmente por uma profunda transformação nos meios de comunicação permitiram uma atividade especulativa sem precedentes. A multiplicação desses meios num período de tempo muito curto representou uma revolução nas comunicações, principalmente por redes de computadores, comunicações por satélite, cabos de fibras óticas e mecanismos eletrônicos de transferência de dados e informações em alta velocidade, imprimindo novas percepções em relação ao tempo e ao espaço. Estas implicações produziram alterações importantes também de ordem técnica e organizacional não somente nos processos de produção, mas na vida cotidiana e nos hábitos de consumo da população (SEVCENKO, 2001; LIMA FILHO, 2004).

Esta corrida tecnológica, contudo, foi um dos fatores propulsores para a difusão³³ em meados da década de 1990 da chamada “sociedade da informação” ou da “sociedade do conhecimento”. Neste sentido Lima Filho (2004) enfatiza que este constructo foi associado à importância do conhecimento e da informação, alçados à condição de elementos centrais das sociedades contemporâneas, fundamentais

³³ Para Lima Filho (2004) esta difusão deu-se principalmente pelos documentos resultantes de diagnósticos elaborados pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a OMC (Organização Mundial do Comércio) e do FMI (Fundo Monetário Internacional).

para o progresso técnico, desenvolvimento econômico, da competitividade internacional e da própria mobilidade social. Assim, educação, tecnologia e ciência formariam um tripé com o condão de orientar o desenvolvimento principalmente dos países em desenvolvimento. É deste cenário que o ocultamento da prevalência do capital econômico dá espaço a outras formas de capital, como o capital humano e o capital cultural, como exemplifica Lima Filho, a partir de documento do Banco Mundial:

“Uma revolução tecnológica está transformando a economia mundial ao aumentar a função dos conhecimentos como força impulsionadora das inovações e do aumento da produtividade... Para que os países em desenvolvimento tirem proveito da economia baseada em conhecimentos tecnológicos à população e a faça receptiva às inovações... A rapidez com que se adquirem novos conhecimentos e se produzem as mudanças tecnológicas traz a possibilidade de se conseguir um crescimento econômico sustentado e que as mudanças de emprego sejam mais freqüentes durante a vida das pessoas. As diferentes tarefas ligadas ao trabalho requerem cada vez menos habilidade manual; por conseguinte. Os empregos são mais abstratos e separados cada vez mais dos processos físicos de produção” (BANCO MUNDIAL *apud* LIMA FILHO, 2004, p. 5).

Contudo, ao contrário de uma produção de conhecimento “para todos”, paradoxalmente, a sociedade do conhecimento ou da informação, torna o conhecimento escasso e privado na medida em que assim garante as condições elementares para transformá-lo em mercadoria. Como explica Gorz, este processo está diretamente vinculado aos saberes:

“O saber em princípio não aceita ser manipulado como mercadoria. Os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto para a sua criação. Ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o inventivo trabalho do saber começa e onde termina. (...) Todo saber pode valer por um valor particular único e incomparável. Porém é exatamente o que tem de incomparável que acaba sendo utilizado pelo capital. (...) Sempre se trata de contornar, temporariamente, quando possível, a lei do mercado. Sempre se trata de transformar a abundância “ameaçadora” em escassez, e com esse objetivo conferir às mercadorias o valor incomparável, imensurável, particular e único de obras de arte, que não possuem equivalentes e podem ser postas à venda a preços exorbitantes” (2005, p. 11).

O que se pode depreender desta reflexão em torno do que ocorre atualmente no Sudoeste do Paraná, é de que o desenvolvimento de novas bases produtivas como a indústria veio acompanhado de um discurso carregado de noções fundantes do fetichismo tecnológico e de certa desvalorização dos aspectos da base rural historicamente consolidada. Sinais evidentes destas mudanças de rumo numa

perspectiva macro dialogam com o contexto regional do sudoeste principalmente no discurso do desenvolvimento pelo fortalecimento dos setores metalúrgicos e eletrônicos por meio de uma alavancagem tecnológica.

Neste enfoque esforços de expansão e diversificação foram patrocinados por iniciativas locais ao longo da década de 1990. Dentre elas, se destaca a implantação do Centro de Tecnologia Industrial do Sudoeste (CETIS), em Pato Branco, e cestas de incentivos, que incluíam a isenção de impostos municipais e a implantação de novos distritos industriais, com barracões cedidos pelas prefeituras abrindo frente para outras atividades. Outra iniciativa foi o que se chamou de Projeto “Pato Branco Tecnópolis”. O projeto coincide com um período em que as atividades de informática recebiam um grande foco de atenção, enfatizado pela expressiva valorização das empresas “.com” nas bolsas internacionais, o que se chamava na época de “Nova Economia” (IPARDES, 2003).

Este projeto estava baseado principalmente em três pilares:

- a) Conhecimento e Tecnologia – visava transformar a realidade da cidade de Pato Branco a partir do conhecimento adquirido e disseminado nos centros universitários e institutos de pesquisa, o que permitiria o desenvolvimento das atividades geradoras de bens e serviços de tecnologia de informação, com o CEFET tendo papel primordial nesse processo;
- b) Desenvolvimento Econômico – objetivava criar condições favoráveis para atração de investimentos em atividades de alta tecnologia, de forma a promover o crescimento econômico baseado em produção de tecnologia de ponta, por meio de projetos de Pólo Eletroeletrônico; empresa local de capital de risco; Parque e Incubadora Tecnológica; Agência de Desenvolvimento Local;
- c) Qualidade de Vida – era tida como princípio; buscava-se a transformação socioeconômica e cultural por meio de um conceito de avaliação continuada a partir da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco (IPPUPB), fundado em abril de 1997 (IPARDES, 2006).

Com um complexo de médias empresas voltadas à “tecnologia de ponta”, a maior parte das empresas pertencentes ao projeto está no ramo do desenvolvimento

de software, micro-componentes, circuitos eletrônicos e sensores. Destaca-se a participação da única empresa brasileira a produzir cristais de quartzo. Um fator interessante é a utilização da mão-de-obra maciçamente formada por estagiários de Nível Superior da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), principalmente dos cursos de Tecnologia em Eletrônica, Eletromecânica, Manutenção Industrial e de Graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Esta relação dá-se principalmente pela proximidade geográfica entre a universidade e as fábricas (menos de 500 metros)³⁴.

Mobilizado pela Prefeitura Municipal, Instituições de Ensino Superior, Associação Comercial e Industrial, CETIS – Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense, COPEL - Companhia Paranaense de Energia e LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, dentre outras, o projeto “Pato Branco Tecnópole” foi orientado principalmente pelo conceito de tecnopólos desenvolvido por Spolidoro:

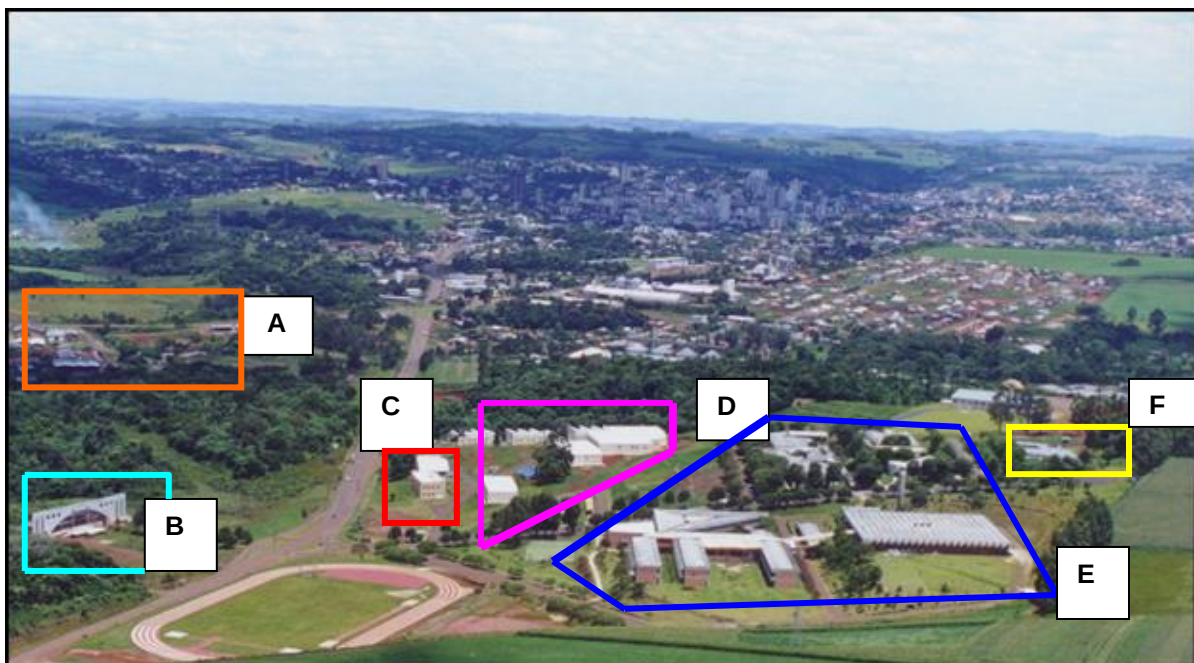
“Tecnópole é toda região que se transforma, mediante o uso de conceitos e instrumentos inovadores, para ser capaz de enfrentar com sucesso os desafios trazidos pelo advento da Sociedade do Conhecimento em especial o da inserção em uma economia tornada global e onde os fatores chave para a competitividade são a educação do povo, sua capacidade de gerar e utilizar o conhecimento e sua capacidade de inovar” (1994, p. 52).

Com fundamento neste conceito, alguns fatores determinantes precisam ser reunidos a fim de permitir a construção de uma tecnópole, principalmente a proximidade com a universidade, o relacionamento informal, a criação de empresas, *spin-offs*³⁵, e transferência de tecnologia (SEBRAE/IPT, 2001). Como se pode verificar na foto a seguir, esta conformação estava presente no caso da “Pato Branco Tecnópole”:

³⁴ Fato curioso é de que muitos estagiários chegam às fábricas pela manhã, almoçam no restaurante da universidade, retornando para o trabalho no período da tarde e à noite voltam à universidade para as aulas.

³⁵ Utiliza-se o termo *spin-off* para designar empresas formadas para a criação de novos produtos ou serviços, a partir de idéias, inovações ou estudos originados em outras empresas ou Universidades. Dois exemplos de empresas *spin-off* são aquelas formadas para licenciar produtos ou tecnologias geradas em centros de P&D, e aquelas originadas para oferecer serviços inicialmente prestados em um departamento de uma grande empresa ou Universidade (SEBRAE/ IPT, 2001).

Figura 6: Configuração do Projeto Pato Branco Tecnópolis.



Fonte: AMSOP (2004).

Legenda:

- A) Parque Industrial Teophilo Petrycoski.
- B) Campus da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- C) Hotel Tecnológico.
- D) Centro de Tecnologia Industrial do Sudoeste (CETIS).
- E) Campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- F) Faculdade de Pato Branco (FADEP)

Neste contexto, a expectativa em torno do desenvolvimento regional pode ser evidenciada a partir de algumas iniciativas efetivadas a partir da década de 1990 e que repercutiram para as transformações mais recentes no contexto do Sudoeste do Paraná.

De acordo com estudos sobre desenvolvimento na região, realizados pela EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, as primeiras discussões sobre o tema ocorreram em meados de 1996. Na época, o viés discursivo tinha como pretensão propiciar o desenvolvimento regional através de incentivos à agregação de valor aos produtos agrícolas, que deram origem a uma série de acordos denominado “Pacto Nova Itália”, que contava com a assessoria de escritórios europeus na elaboração de programas de desenvolvimento. Estes acordos tinham como principal intenção a superação de um modelo agrícola para um modelo agro-industrial.

Todavia, estas iniciativas marcaram o início de um processo mais complexo de discussão em torno do desenvolvimento regional e dos possíveis papéis a serem desempenhados pela região no contexto do Estado do Paraná. Neste sentido, diversas tendências estão em formação, ainda incipientes para serem apresentadas neste momento, mas que se referem principalmente no viés discursivo à desvinculação gradativa da esfera rural em rumo às demais esferas econômicas como a indústria e o comércio, ou pelo contrário, no aperfeiçoamento da agricultura na perspectiva voltada ao agronegócio e a agroindústria.

Assim, atualmente uma diversidade de instituições governamentais e da sociedade civil têm passado a promover diversas discussões em torno do desenvolvimento regional preocupadas com a melhoria de índices socioeconômicos, dentre eles o da educação e da tecnologia, além de indicadores ambientais para a região³⁶.

2.3. AS FÁBRICAS DE FOGÕES E O SUDOESTE DO PARANÁ: HISTÓRIAS COMPARTILHADAS

Contextualizado o Sudoeste do Estado do Paraná, passo agora a apresentar alguns fragmentos históricos das fábricas de fogões que constituem o objeto deste estudo. Neste sentido, ressalto a importância de compreender a trajetórias destas fábricas representadas por estes fragmentos em diálogo com a própria história do Sudoeste do Paraná, posto que são compartilhadas. Além disso, realizar uma aproximação histórica acerca do *lôcus* de pesquisa selecionado demonstrou-se fundamental para a análise das relações entre saber/poder articuladas por meio da tecnologia no contexto fabril. Resgatar ainda que de modo fragmentado, representado e interpretado sob a influência do tempo presente a história das fábricas de fogões envolvidas no estudo, permitiu perceber além das continuidades

³⁶ Alguns exemplos de iniciativas voltadas à discussão do desenvolvimento regional no contexto do Sudoeste do Paraná: Projeto Novas Fronteiras de Cooperação (1998), I Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável (1998), Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste do Paraná (1999), Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste (2000, 2001, 2002), Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Municípios da Fronteira (2002), Criação do Território do Sudoeste (2003), Oficinas de Organização do Território do Sudoeste (2004, 2005, 2006), Implantação do Grupo Gestor do Território (2004). (EMATER, 2005).

e rupturas e aspectos da “cultura”, o contexto histórico e dinâmico que se constituiu como tempo e lugar de tais relações. Para este resgate buscamos reunir o maior número possível de informações sobre a história das fábricas por meio do acervo de documentos institucionais disponibilizados, reportagens, entrevistas e bibliografia.

Um resgate histórico sobre o início das fábricas nos remete à história de seu fundador. Descendente de poloneses e de família de pequenos agricultores, morador de Nova Prata, no Estado do Rio Grande do Sul, dos 14 aos 16 anos, aprendeu o ofício da metalurgia com um mestre de origem italiana, pelo qual seu pai desembolsava anualmente a quantia de dois contos de réis por ano. Na época, os colonos italianos denominavam a técnica da metalurgia empregada como “bandaro”. A presença destes mestres artesãos, justifica-se pelas condições da imigração italiana³⁷ no Brasil.

De acordo com LENHARO (1989) o contingente de imigrantes deveria ser predominantemente formado por agricultores e uma minoria de outras categorias. As orientações políticas imigratórias determinavam cotas mínimas de 80% de agricultores. Como reforça Arns (1987), a grande imigração para o Brasil ocorreu num momento de adaptação ao sistema econômico capitalista, onde os pequenos proprietários não haviam encontrado meios para competir. Assim, imigravam também para o Brasil os proletários agrícolas e os artesãos, como carpinteiros, ferreiros, marceneiros e alfaiates. Essas massas principalmente compostas pelo campesinato e pelos artesãos, embora parcela significativa na formação de seus países de origem, eram tratados pelas suas autoridades como subproduto da população.

Juntamente com o ofício que aprendia o fundador das empresas, dividia o tempo com outras atividades rurais e com o cuidado com os animais. Após casar-se, mudou-se para Erebangó, distrito de Getúlio Vargas, também no Rio Grande do Sul, com cerca de 200 moradias, onde construíram uma ferraria e funilaria, num galpão de aproximadamente 70 metros quadrados. De acordo com alguns documentos,

³⁷ A Itália era um país agrícola bastante atrasado. A expansão do capitalismo ocorreu principalmente no Norte, mas não conseguiu mudar a situação de pobreza de sua agricultura. Não possuindo recursos minerais importantes para a consolidação de uma forte base industrial, como o carvão e o ferro, a Itália teve de se limitar a uma industrialização mais modesta baseada na indústria têxtil. Neste contexto, as principais razões para a imigração foram: a alta pressão demográfica, a subdivisão das propriedades, as terras incultiváveis, o baixo preço dos produtos agrícolas e o desemprego (SANTOS, 1994).

grande parte do piso era de chão batido e na carpintaria havia um pequeno espaço para atendimento aos clientes em assoalho. Os fundos do galpão permitiam a visão da estrada de ferro que cortava o vilarejo.

A pequena ferraria contava com outros trabalhadores, sendo três ferreiros e dois funileiros. A principal atividade era a produção de carroças para juntas de bois, mas também produziam em menor quantidade, charretes, espingardas, grades, arados, carroças de passeios com molas, ferraduras, fôrmas e reparos em fogões a lenha. Para acompanhar a atividade, a família tinha a casa onde residia a aproximadamente cinco metros da ferraria e funilaria. A casa servia também para a venda de fôrmas, funis, lamparinas a querosene e outros produtos comercializados. A principal fonte de energia era a animal. Algumas máquinas como a serra circular eram movidas por cavalos. Um cavalo colocado dentro do galpão fazia uma roda de cerca de cinco metros girar movimentando uma grande correia ligada a correias menores. Da mesma maneira, a maquinaria composta pela serra-fita, a plaina, o “picancho” e o “ventolão” para o fogo e o malho para o ferro ganhavam força (BOCCHESE e BODANESE, 2004). Uma mudança importante foi a substituição da energia animal pela energia a vapor, quando anos mais tarde adquiriu-se um locomóvel. Na safra de trigo, o locomóvel era levado sobre uma carroça, por juntas de boi, para o interior de Erebango, a fim de se conseguir renda extra na execução da colheita, com o apoio de uma trilhadeira.

De acordo com relatos de trabalhadores da época, era possível produzir uma enxada a cada quarenta minutos, com sobras de metais usados na fabricação de arados. Para a fabricação de uma carroça o tempo necessário era de uma semana, que incluía a fabricação manual das porcas e roscas. Havia também, a reforma e a produção de fogões à lenha. Os moldes para a produção foram trazidos de Porto Alegre. Contudo, a produção não era contínua, mas sim realizada sob encomenda, principalmente por conta da escassez de matéria-prima, como afirma Daletese:

“Durante a II Guerra Mundial o Brasil que não possuía uma siderúrgica própria só dependia de importação do aço. Sem chapas de aço, o fundador determinou o aproveitamento de tambores de 200 litros para a armazenagem de óleo diesel. Com o auxílio de madeiras secas depositadas no interior de tais tambores havia a incineração. O metal superaquecido amolecia, permitindo – através da ação de marretas, talhadeiras, de um cilindro e torqueses – a formação de chapas planas para a produção de fogões e de outros produtos” (2001, p. 3).

Porém, com a migração de moradores da região de Erebangó para o Paraná, o fundador percebeu a redução constante de sua clientela e decidiu rumar em 1949 para o Estado. Fixaram-se em Vila Nova (distrito de Clevelândia), atualmente Pato Branco, na época com 4.500 habitantes. Em 1950, a funilaria e ferraria funcionava numa casa de madeira bruta com dois andares, de aproximadamente 80 metros quadrados.

Figura 7: Fábrica e casa da família no distrito de Vila Nova – Década de 1950.



Fonte: Site institucional.

Num dos lados do prédio efetuavam consertos de fogões e no outro a produção e o comércio de fôrmas e funis, tachos e materiais de construção; cerâmicas, utensílios domésticos e ferraduras. Na época, a família produzia vinho, cerveja e embutidos artesanalmente para o consumo próprio.

Com o aumento da população no município de Pato Branco e região, a procura pelos fogões a lenha produzidos pela família teve um aumento expressivo, o que incentivou a família a aumentar a produção dos fogões. Assim, no ano de 1952 algumas peças dos fogões a lenha passaram a ser cromadas e esmaltadas por terceiros, em Porto Alegre, município que já possuía uma estrutura consolidada no segmento, principalmente de fogões a lenha e que contava com importantes fornecedores como a Fundação Lavratti, A.Bromberg, J.A. Mendes, Chapas

Zamproгна, a Siderúrgica Riograndense (atual Gerdau) e a Xavante Cromagens. Inicialmente, a produção tinha como principal mercado o sudoeste, centro-oeste, o norte paranaense e oeste catarinense.

O ano de 1953 é evidenciado em várias fontes como um dos importantes acontecimentos na história da fábrica, por receber uma premiação na Exposição e Congresso Internacional do Café, em Curitiba, onde o fogão à lenha Gabinete conquistou o primeiro lugar no setor da indústria metalúrgica.

No ano de 1955, a produção ainda continuava pequena, produzindo cerca de 40 fogões por mês. A produção pequena justificava-se pela dificuldade de buscar matérias-primas, principalmente em Porto Alegre, cujo tempo de viagem costumava demorar dez dias. Este longo tempo destinado para as viagens, implicava numa atuação importante das mulheres da família, responsáveis pela venda dos produtos.

No ano de 1963 a empresa ganha novas instalações, agora com um barracão de 800 metros quadrados. Nos anos seguintes, a venda de produtos como ferragens, materiais de construção e utensílios domésticos, até então base principal da atividade da empresa, passa a ceder espaço para a produção de fogões. Neste contexto, a esmaltação das peças dos fogões passam a serem feitas em Pato Branco, por conta da aquisição de um novo forno com capacidade de esmaltar 50 fogões ao mês. Já na década de 1970 a empresa produz cerca de 300 fogões à lenha por mês. O período é marcado principalmente pela chegada dos filhos ao comando da empresa.

No decorrer da década de 1980, há importantes mudanças nos processos de produção, principalmente em decorrência da aquisição de novos equipamentos que permitiram a produção em série e a ampliação da capacidade em virtude de fornos de esmaltação mais sofisticados. No ano de 1981, é concluída a transferência da estrutura fabril para a atual instalação. A localização da empresa está entre os municípios de Pato Branco e Coronel Vivida.

Foto 8: Complexo industrial atual.



Fonte: Site institucional.

De acordo com Daletese (2001) a década de 1980 foi um importante momento para o desenvolvimento da empresa, principalmente pela conjuntura favorecida pelo Plano Cruzado³⁸, que permitiu o aquecimento da economia e a ampliação da participação no mercado. Neste período a produção já chegava a 2021 fogões mensais. No ano de 1988 a empresa amplia sua linha de produtos passando a produzir fogões à gás, com um único modelo de quatro bocas. Inicialmente eram produzidos 50 unidades/dia de fogões, e o foco da produção ainda consistia na produção de fogões à lenha. Esta mudança no contexto da produção é justificada principalmente pelas transformações no perfil do mercado consumidor.

Na década de 1990, sob a influência dos processos globalizantes, a empresa inicia a exportação de fogões para o mercado latino. No ano de 1993 a produção de fogões a gás era de 250 unidades/dia, ao passo que a de fogões a lenha eram de 99 unidades por dia. No ano de 1996, após reestruturação das linhas de produção já eram fabricados 1.100 unidades diárias. Em 1998, há o início da fabricação da linha de fogões a gás de seis bocas. O período foi marcado por reformulações nos padrões de design e outras inovações. No ano de 2000, a empresa está posicionada

³⁸ Para Mendonça (1995) o Plano Cruzado, instituído a partir de 1986 tinha por objetivo atacar a inflação e inaugurou a “era dos planos”, que posteriormente foram seguidos pelos “Plano Bresser” (1987), “Plano Verão” (1989) e “Plano Collor” (1989). Segundo a autora, todos visavam conseguir a estabilidade econômica e fazer a indústria voltar a crescer. O métodos utilizados para tal fim, geralmente consistiam no congelamento de preços ou na criação de novas moedas.

como a maior indústria de fogões do Sul do país, e tem como mercado consumidor países como a Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Bolívia, África do Sul, Panamá, Angola, Trinidad e Tobago, Botswana, Madagascar, República Dominicana, Jamaica, Porto Rico, Moçambique, Peru, Lesotho, Kuwait, Arábia Saudita, Sri Lanka e Líbano. Atuando principalmente no mercado interno nas classes denominadas C e D, neste período a indústria começou também a fabricar fogões a gás para a empresa sueca Eletrolux, com produção direcionada para o mercado norte-americano (FERREIRA, 2003).

Os anos seguintes são períodos de expansão da estrutura fabril³⁹. No ano de 2002 a indústria adquire 86% das ações referentes ao parque fabril da extinta Enxuta em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, empresa do segmento de linha branca voltado para produção de eletrodomésticos da chamada “linha água”, como lava-louças, lava-roupas e secadoras. A aquisição ocorreu em conjunto com parte dos antigos funcionários da Enxuta, unidos em uma cooperativa, a Eletrocoop, que com os saldos dos encargos trabalhistas, adquiriram 13% das ações. No ano de 2003 a indústria implanta uma montadora de fogões em Feira de Santana, na Bahia, alcançando a produção de 15 mil unidades/mês, consolidando-se como uma das quatro maiores indústrias de eletrodomésticos e a maior indústria de fogões à lenha do país.

No ano de 2004 a empresa passa seu centro administrativo para a cidade de Curitiba a fim de firmar-se principalmente no mercado externo, e passa por novos ajustes estruturais, principalmente com o fechamento da montadora em Feira de Santana, na Bahia, justificado principalmente pelas dificuldades de logística. No ano de 2005 a indústria reestrutura-se, optando por dividir a unidade de produção de fogões a lenha, desmembrando esta linha produtiva. A indústria de fogões a lenha, é instalada no Parque Industrial de Pato Branco. A seguir, imagens dos principais produtos fabricados: fogão a gás (4 e 6 bocas) e fogão lenha (modelo gabinete):

³⁹ No ano de 2001, o Sistema FIEP – Federação da Indústria do Estado do Paraná, concedeu à diretoria da indústria a medalha e o diploma do Mérito Industrial.

Figura 9: Fogão a gás (Modelo 4 bocas)



Fonte: Site Institucional.

Figura 10: Fogão a gás (Modelo 6 bocas)



Figura 11: Fogão a Lenha (Modelo Gabinete)



Fonte: Documentos institucionais.

Figura 12: Fogão a Lenha em detalhes



Após a realização da pesquisa em campo, uma última alteração importante no contexto da empresa pesquisada ocorreu no mês de dezembro de 2006, quando houve a transferência para Pato Branco do parque fabril da fábrica especializada na “linha água”, que produzia principalmente máquinas lava-roupas, localizada na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Após esta última reestruturação, a empresa emprega na Fábrica A cerca de 920 funcionários e na Fábrica B, 152 funcionários.

No contexto da produção, os fogões a lenha representam apenas 10% do número de produtos vendidos. Em média, o faturamento da empresa tem beirado 200 milhões anuais. No ano de 2003, as vendas superaram valores de 150 milhões de reais, valores 135% maiores aos do faturamento do ano de 1999, por exemplo.

No ano de 2005 a empresa alcançou seu maior índice de comercialização de produtos voltados à exportação, cerca de 13% do total das vendas do período. Contudo, no ano de 2006 uma expressiva desaceleração das exportações ocorreu, justificada pela conjuntura cambial que implicou na valorização da moeda nacional, prejudicando a relação entre custo de produção e a concorrência internacional. Neste ano os percentuais de exportação não ultrapassaram os 7% (Documentos institucionais, 2007)⁴⁰.

⁴⁰ Outra situação enfrentada em período recente no contexto da empresa fora justificada pela crise estabelecida entre Brasil e Argentina no que tange à indústria de linha branca. Diante dos embargos argentinos aos produtos de linha branca de origem brasileira, uma das linhas de produção da “linha água” precisou ser desativada, causando a demissão de cerca de 100 funcionários (Documentos institucionais, 2007).

CAPÍTULO III

***“ESTAMOS EM TRANSIÇÃO”*: NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**



* Fragmentos do painel em homenagem aos trabalhadores -Parque Industrial de Pato Branco.
Fotos da autora.

3. “ESTAMOS EM TRANSIÇÃO”: NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Este capítulo tem por objetivo apresentar de modo breve o contexto da reestruturação produtiva vivenciado pelas fábricas de fogões que são objeto deste estudo em diálogo com as transformações mais recentes da indústria de linha branca. Neste sentido, o contexto da reestruturação produtiva pôde ser analisado não apenas na perspectiva do contexto produtivo, mas também como uma espécie de renovação do controle social e suas repercussões para o estabelecimento das relações entre saberes e poderes.

3.1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM DISCURSO PARA A RENOVAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL?

Uma análise mais cuidadosa acerca dos aspectos da reestruturação produtiva no contexto do modo de produção capitalista não deve apenas ficar restrita tão somente à materialidade do processo produtivo. Mais do que isso, a organização do processo de trabalho se compõem de uma diversidade de elementos articulados a dois objetivos principais: a produção e ao controle da força de trabalho. No âmbito do imaginário social estas percepções geralmente encontram semelhanças ao associarem à reestruturação produtiva a inserção de inovações tecnológicas, principalmente novos artefatos, de novas técnicas para a produção e da agregação de novos conhecimentos ao processo produtivo, como renovação face à permanente crise do capital.

Contudo, para o estudo proposto, considero mais adequado pensar a reestruturação produtiva inserida no viés discursivo para a renovação do controle social neste contexto, tendo em vista a histórica resistência dos trabalhadores à racionalidade determinada para a organização do processo de trabalho. A resistência ao controle esteve historicamente permeando o binômio capital-trabalho,

todavia, é na década de 1960⁴¹, que os movimentos operários vinculados principalmente às forças sindicais⁴² intensificam os questionamentos acerca das condições de trabalho impostas pelo modelo taylorista-fordista⁴³.

Este contexto chamou a atenção dos estudiosos, na medida em que o objetivo do capital para o processo de organização do trabalho não apenas consistia no controle da produção e dos trabalhadores, mas também, de que diante das resistências impostas, o capital carecia constantemente renovar as formas de controle social, como afirma Leite:

“... vieram à tona tanto os esforços do capital ao longo da história no sentido de controlar o trabalho e os mecanismos que ele utilizou para tanto: concentração dos operários na fábrica, divisão entre trabalho manual e intelectual, como a conseqüente apropriação do saber operário e a desqualificação dos trabalhadores, como as diferentes formas de resistência empunhadas pelos trabalhadores” (1994a, p. 48).

Em convergência, Foucault atribui a esta necessidade do capital a problematização do indivíduo, produzindo saberes sobre ele, que resultaram numa rede de pequenos poderes dissipados, que estão mediando a todo o momento esta

⁴¹ Além das ondas de greves ocorridas nos períodos de 1968 a 1972, a década é marcada pelo fortalecimento econômico da Europa e do Japão que iniciam a busca da expansão de seus mercados.

⁴² Para Harvey os entraves para a organização sindical em momento anterior também possuíam raízes no sistema de gestão paternalista: “Os sistemas paternalistas são territórios perigosos para a organização dos trabalhadores, porque é mais provável que corrompam o poder sindical (se ele estiver presente) do que tenham seus empregados liberados por este do domínio e da política paternalista de bem-estar do “padrinho”. Com efeito, uma das grandes vantagens do usos dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando por um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentesco ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou um tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo” (2003, p. 145-146).

⁴³ Silva a partir dos estudos de Sandroni (2005) reúne com propriedade os elementos que caracterizam os sistemas taylorista e fordista: “O taylorismo é um conjunto de teorias que têm objetivo de aumentar a produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Ele abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos dos trabalhadores e da máquina no processo de produção. O sistema é criticado por intensificar a exploração do trabalhador e desumanizá-lo pois procura automatizar os movimentos dos trabalhadores. O fordismo é o conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se e produzir um tipo de produto. Para reduzir os custos, a produção deve ser em massa e dotada de tecnologia capaz de desenvolver o máximo de produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa (2005, p. 11).

tensão poder-resistência. Esta problematização é difundida também pelo discurso, este elemento fundamental aos jogos de poderes, à transformação dos saberes e da produção da verdade. A verdade como discurso torna-se condição essencial para que as estratégias do controle social possam materializar-se:

“O poder não pára de questionar, de nos questionar; não pára de inquirir, de registrar, ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para produzir riquezas. E, de outro lado, somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro, que, ao menos em parte decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1982, p. 29).

Um exemplo acerca de uma verdade constituída historicamente, como observa Thompson (1998), seria a percepção em torno da industrialização como uma progressiva racionalização a serviço do desenvolvimento econômico. A recusa dos trabalhadores em submeter-se de modo apático a este discurso, implicou no firmamento de posições em torno das disputas históricas de classes. Como resultado, as transformações de ordem tecnológica e de controle no contexto da organização do processo de trabalho deixaram de ser o produto de um desenvolvimento neutro para tornarem-se expressão da luta entre o capital e o trabalho.

Além disso, a organização do trabalho fora conduzida não somente pelos discursos de verdade, mas também pelos discursos de natureza disciplinadora. Para Araújo (2001), a sociedade tornou-se disciplinar a partir das diversas técnicas para dominar o corpo, dele extraíndo verdades e do esquadramento comportamental. Esta seria uma das condições vitais para que o modo de produção capitalista pudesse obter êxito.

De encontro às demandas do capital, a disciplina, o saber e o poder, repercutiram para a constituição dos sujeitos com a intenção de fabricar, moldar e adestrar, produzindo um indivíduo-máquina dócil e produtivo. As disciplinas, portanto, consistiram-se como “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças, e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1985, p. 118). Cabe ressaltar que estes elementos que articulam a sociedade a este caráter disciplinar

não se encontram estratificados, formalizados ou localizados em espaços específicos do tecido social, mas compreendidos numa microfísica de poder dispersa:

“essa anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral” (FOUCAULT, 1985, p. 119).

A sociedade disciplinar estaria então diretamente articulada aos interesses do capital e de modo mais específico ao sistema de fábrica⁴⁴. A sua consolidação enquanto uma das representações do modo de produção capitalista, também simbolizava o crescente desenvolvimento tecnológico e a conseqüente produtividade, mas também a necessidade do capital em estabelecer e organizar técnicas para o poder hierárquico e autoritário com o trabalho, assegurando o controle e a apropriação do saber operário, principalmente pela sua desqualificação. A maior justificativa para estas necessidades reside no estranhamento dos objetivos do capital para o trabalhador:

“É porque a acumulação do capital é um objetivo apenas do capital que ela só pode ser alcançada se for imposta aos trabalhadores. É nesse sentido que se pode entender o desenvolvimento da tecnologia capitalista, não apenas pela sua eficácia produtiva propriamente dita, mas também pela capacidade produtiva no contexto de um trabalho orientado por um objeto estranho aos operários” (LEITE, 1994a, p. 55).

Portanto, diante destas breves considerações, é fundamental abordar os processos de reestruturação produtiva de modo além das organizações mais estruturais da produção, mas também da renovação das estratégias (e por conseqüência, das táticas de resistência) para o controle social e da força de trabalho.

A organização científica do trabalho, mostrava certa impotência diante da resistência operária não declarada. Algumas destas formas era o absenteísmo e a

⁴⁴ De acordo com Leite “(...) o sistema de fábricas surgiu como um tipo de organização do processo de trabalho que visava garantir a dominação do capital sobre o trabalho, ao permitir-lhe estabelecer os trabalhadores concentrados num só local, um conjunto de formas de controle social. Uma das evidências disso é a semelhança entre muitos edifícios industriais – tanto no que se refere à organização do espaço, como que diz respeito à disciplina – e as prisões, orfanatos e reformatórios” (1994a, p. 55).

grande rotatividade de pessoal (turnover). Neste contexto, é possível admitir como uma das justificativas para estas manifestações a repulsa direta contra o ritmo, a parcelarização das tarefas e o trabalho repetitivo. Ademais o contexto fora permeado por uma intensa recusa dos trabalhadores às sucessivas políticas de depreciação dos salários e o crescente índice de desemprego.

Um fator que incidiu sobre os limites do taylorismo-fordista também decorreu da relação entre produtividade e a resistência dos trabalhadores no desenvolvimento de novas técnicas, em virtude de ações que de certo modo terminaram por excluir os trabalhadores da luta pela produtividade e pela qualidade, na medida em que as contradições, desigualdades e o estranhamento em relação a estes objetivos foram acirradas (ANTUNES, 1995).

Tais fatores se somaram a uma perspectiva complexa em torno de um cenário econômico mundial em crise:

“As pressões para o aumento das exportações, provocadas seja pela retração do mercado interno, seja pelas necessidades do incremento do superávit da balança comercial para o pagamento da dívida externa, modificam sensivelmente os patamares de competitividade das empresas, colocando-as diante de novos padrões de qualidade. Esse fato foi responsável ao mesmo tempo pela busca de inovações tecnológicas que visavam aumentar a eficiência das empresas e pela substituição das políticas repressivas de gestão da mão-de-obra por formas menos conflituosas que permitissem às empresas contar com a colaboração dos trabalhadores na busca da qualidade e da produtividade” (LEITE, 1994b, p. 564).

O que se pode interpretar deste panorama é que o modelo de produção taylorista-fordista estava até então ancorado a uma base de rigidez que agora já não poderia sustentar-lhe. Como esclarece Harvey (2003) esta rigidez estava atrelada tanto às formas de investimento quanto aos mecanismos de produção que impediam a flexibilidade de planejamento e crescimento impostos pelos novos rumos determinados pelos mercados. A palavra de ordem para o momento, “flexibilidade” tornou-se alvo de diversas experiências que repercutiram tanto para a organização do trabalho como para a vida social de modo geral, configurando um novo modo de acumulação: a acumulação flexível.

“Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...) Ela envolve também um novo movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões

privadas e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado" (HARVEY, 2003, p.140).

Assim, o taylorismo-fordista passava a mesclar-se com outras formas de processos produtivos, principalmente o toyotismo ou o modelo japonês, que operou uma revolução técnica na indústria japonesa⁴⁵ que iria repercutir no contexto mundial. Uma destas repercussões foi uma transformação na lógica de utilização da força de trabalho. Para esta lógica, a força de trabalho deveria ser menos pronunciada que no taylorismo-fordista, havendo uma maior integração de funções, requerendo um trabalhador polivalente. Esta noção de polivalência tornou-se uma das características desta organização de trabalho e que impunha novos padrões de controle e relacionamento no contexto da produção. Ao entender de Hirata (1994), este panorama implicou para a organização do trabalho de modo a torná-lo cooperativo e em equipe, além da falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho, evidenciando a polivalência e a rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, de controle de qualidade e de gestão da produção). Assim, o trabalhador deveria ter uma visão de conjunto, de modo a julgar, discernir, intervir, resolver problemas, propor soluções, ou seja, ser simultaneamente operário, inspetor e engenheiro de seu próprio trabalho.

INVERNIZZI (2000), explica como esta nova organização, a partir de uma redefinição na divisão do trabalho, repercutiu para as alterações no contexto do controle social. Para a autora, neste tipo de organização, o controle já é exercido de modo direto e coercitivo sobre o trabalho individual, como no modelo taylorista-fordista. Mas opera-se uma transição para o controle via organização do trabalho, sustentado na responsabilidade e autonomia do trabalhador frente a seu trabalho, no auto-controle e no controle entre os próprios trabalhadores. Neste sentido, uma das evidências desta tendência é a expressiva redução das camadas de supervisores na

⁴⁵ A constituição do toyotismo pode ser entendida a partir de quatro fases: "Primeira: a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas. Segunda: a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao kanban. Segundo os termos atribuídos a Toyota, presidente fundador da Toyota, o "ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo", baseando-se no modelo de supermercados, de reposição de produtos somente depois da sua venda. Quarta fase: a expansão do método kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras" (ANTUNES, 1997, (p. 23-24).

estrutura de diversos segmentos produtivos, propiciando a chamada horizontalização das hierarquias organizacionais.

Este contexto pode ser representado pela intensa implementação de processos voltados para a qualidade e a produtividade. Neste sentido, não se pode afirmar que houve evidentemente uma superação do sistema taylorista-fordista, mas um processo de hibridização, inclusive com outros processos produtivos como o artesanato e a manufatura. Esta posição encontra apoio na reflexão de Harvey:

“O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e de relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sobrais e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade. Se, afinal, os trabalhadores estiverem convencidos de que os capitalistas podem incorporar práticas de trabalho mais flexíveis mesmo quando eles não podem, a disposição de luta dos trabalhadores por certo será enfraquecida. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente” (2003, p. 178-179).

Deste feixe de relações que não podem ser interpretados de modo apartado, mas na relação de dependência entre elas, é que podemos considerar o desenvolvimento da tecnologia microeletrônica como uma das bases essenciais para esta nova forma de acumulação, que auxiliaria a fundamentar o discurso em torno da sociedade do conhecimento ou da sociedade da informação na década de 1990. Apoiado na noção de inovação tecnológica como o meio mais adequado para a superação da crise do modelo taylorista-fordista e como promessa “verdadeira” para o crescimento econômico, este discurso fomentou a associação do progresso da ciência e sua aplicação na produção. Isto culminou na chamada terceira revolução industrial, “cuja base técnica da produção seria a automação microeletrônica, a comunicação de dados, os chamados processos digitais” (LIMA FILHO, 2004, p. 03).

As possibilidades criadas pela microeletrônica e pela informática, surgiam como uma promessa de um futuro resplandecente, onde o trabalho monótono e repetitivo seria substituído por atividades mais leves, reduzindo o tempo de trabalho, favorecendo o tempo destinado ao lazer. Contudo, para outros, esta perspectiva era

encarada como mais uma forma do capital na degradação do trabalho, por meio da desqualificação dos trabalhadores, da extinção de uma infinidade de postos de trabalho e do desemprego estrutural.

No entanto, penso que as inovações não poderiam estar restritas apenas às transformações relacionadas aos equipamentos da microeletrônica, mas também deveriam compreender as tendências de reorganização do trabalho, principalmente no que tange aos aspectos sociais e econômicos. As decorrentes modificações no mercado, nas regras de negociação coletiva, na reorganização dos departamentos das grandes empresas, nas intervenções do estado e nas políticas econômicas, estavam sendo introduzidas de forma tão rápida quanto às inovações em termos de outros artefatos (ANTUNES, 1997)⁴⁶.

Do contexto da reestruturação produtiva, emergiu a partir de diversas fontes, uma elaboração discursiva orientada por uma gama de estratégias para o controle da força de trabalho, enfáticas em evidenciar a importância do “trabalho em equipe” e da “gestão participativa”. Algumas hipóteses podem ser traçadas para justificar estas alterações. Inicialmente, melhorar o relacionamento no interior das fábricas permitiria uma certa estabilização da mão-de-obra, possibilitando um maior investimento na qualificação dos trabalhadores, contudo, voltada para a constituição de um perfil profissional participante, consciente, responsável e sobretudo flexível às demandas do mercado. Outra circunstância é o esforço empresarial na utilização de programas ou treinamentos de motivação ou comportamentais. Esta preocupação residia muito mais em tornar os trabalhadores mais cooperativos para com as estratégias das gerências do que a formação de profissionais mais qualificados (ANTUNES, 1995; HARVEY, 2003).

Assim, a inserção de técnicas desta natureza evidenciaram o caráter disciplinador dos discursos em circulação e que intrigam em relação às bases da noção de gestão participativa. Se por um lado, as estratégias do período indicaram uma fase de estabilização da mão-de-obra, por outro, as demissões em massa

⁴⁶ Gitahy, Leite e Rabelo exemplificam esta situação relativa aos processos de inovação, como demonstra Leite (1994, p. 574): “significava, para muitas empresas, comprar equipamentos e/ou introduzir pacotes e programas organizacionais ou de motivação, que eram implantados em setores das empresas, muitas vezes por iniciativa deste ou daquele departamento, com resultados heterogêneos, a partir do fim dos anos oitenta, passamos a encontrar um conjunto cada vez maior de empresas em processo de profunda reestruturação a partir de uma decisão da direção, introduzindo todo um conjunto de inovações articuladas entre si”.

provocadas pelo fechamento de fábricas, automatização de setores inteiros e do “descarte” dos trabalhadores de mais idade, menor qualificação ou dos que não se adaptavam ao processo de reestruturação, inquestionavelmente limitam a noção de participação, como afirma Leite:

“a gestão participativa baseia-se numa incorporação individual dos trabalhadores, que exclui todo e qualquer canal de representação dos interesses dos trabalhadores enquanto categoria social, mas revela também que a participação que as gerências estão promovendo se refere apenas àquelas decisões que dizem respeito aos problemas cotidianos da produção relacionados com custos, produtividade e qualidade dos produtos” (1994b, p. 579).

No entanto, a gestão participativa também pode ser analisada como um instrumento importante para as manifestações de poder do operariado, apontando para uma possível democratização das relações de trabalho (LEITE *apud* GITAHY E RABELO, 1994b). Este processo teria sido impulsionado pelo contexto mundial de redemocratização e pelo ressurgimento dos movimentos operários e sindicais que pressionaram as empresas a buscarem outras técnicas de gerenciamento da mão-de-obra.

3.2. A INDÚSTRIA DE LINHA BRANCA: UMA APROXIMAÇÃO

Para analisar o contexto da reestruturação produtiva do setor de linha branca, inicialmente é importante localizar seu surgimento como um setor da indústria de transformação. De acordo com Silva (2005), a indústria de linha branca surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1920, com o papel estratégico de diversificar as indústrias estabelecidas até então, como a General Electric e a Westinghouse. Para a autora, a configuração do setor em sentido cronológico é complexa e distinta, na medida em que a difusão dos aparelhos é diversa, principalmente em relação às funções e aceitação pelo mercado consumidor.

No contexto brasileiro, como afirma Matusita (1997), a origem deste setor ocorre em meados da década de 1940, como um desdobramento de outros negócios e atividades produtivas, principalmente relacionadas à indústria automobilística, devido às semelhanças dos processos de montagem. A configuração do setor de linha branca no cenário nacional firmou-se na “produção de

bens duráveis denominados eletrodomésticos não-portáteis, ou seja, produtos como refrigeradores, freezers, lavadoras, secadoras, fogões, fornos de microondas e condicionadores de ar” (MATUSITA, 1997, p. 41-42). Um aspecto interessante acerca da linha branca é sua posição enquanto setor ou segmento da indústria de transformação. De acordo com a ELETROS – Associação Nacional dos Fabricantes de Eletroeletrônicos, a linha branca estaria inserida enquanto um segmento do setor de eletroeletrônicos, que comportaria ainda os aparelhos eletroportáteis e a chamada linha marrom, composta pelos equipamentos de imagem e som. Tal classificação encontraria razão de ser, no fortalecimento e articulação destes segmentos dadas às semelhanças e conjunturas políticas e econômicas muito próximas. Deste modo, de maneira isolada, a indústria de linha branca poderia ser considerada como um setor, por apresentar diferenças importantes em relação às outras linhas. Uma delas refere-se às características dos processos tecnológicos empregados, considerados maduros e que não apresentam inovações efetivas, até mesmo em relação aos produtos lançados em períodos mais recentes (MATUSITA, 1997)⁴⁷.

Uma das principais características do setor é o reduzido número de fabricantes. Este oligopólio teria surgido a partir de processo de fusões e aquisições. Assim, o reduzido número de empresas familiares nacionais que atuavam neste setor, a partir da segunda metade da década de 1990, fundiram-se ou foram adquiridas pelos grandes conglomerados estrangeiros, caracterizando o processo de internacionalização do setor e o acirramento desta concentração (MATUSITA, 1997; INVERNIZZI, 2000a, SILVA, 2005). Isto não ocorreu apenas no contexto nacional. Os maiores produtores de linha branca são os Estados Unidos e a Europa Ocidental, especialmente a Itália e a Alemanha, além da crescente participação dos fabricantes asiáticos em período mais recente, como a China e a Coreia. Neste cenário, as cinco maiores empresas mundiais somaram 80% do faturamento das

⁴⁷ Para Matusita, classifica-se por setor “um conjunto de atividades produtivas correlatas, ou seja, que se associem em características semelhantes quanto ao tipo de bem produzido, aos aspectos tecnológicos na forma de produção e nas características de seus mercados. Por sua vez, diferenciamos segmento enquanto um subconjunto de um determinado setor. Nesse sentido, a produção de aparelhos de áudio e a produção de aparelhos de vídeo seria dois segmentos do setor classificado como linha marrom. Em publicações internacionais, o tratamento dado a linha branca (*white goods*) assemelha-se à definição de setor, o que pode estar relacionada ao fato de que as maiores concorrentes da linha branca internacional dedicam-se exclusivamente à produção de eletrodomésticos grandes” (1997, p. 42).

principais indústrias do setor no ano de 1996 (INVERNIZZI *APUD* CUNHA, 2000a, p.170).

Em relação aos seus processos de produção, o setor de linha branca estrutura-se a partir de linhas de montagem, planejadas de maneira específica para cada produto e com a atuação de expressivos quadros de mão-de-obra. Em relação ao desenvolvimento tecnológico, o setor é caracterizado por um amadurecimento e estabilidade:

“O setor caracteriza-se pelo relativamente baixo dinamismo tecnológico, não sendo produtor de inovações radicais nem em termos de produto nem em termos de processo. Dado o grau de estabilidade tecnológica do setor, algumas empresas internacionais com pequenas participações no mercado abandonaram as atividades na linha branca em detrimento de setores considerados mais dinâmicos tecnologicamente, ou com maiores possibilidades de ganhos a partir da introdução de inovações ou de novos produtos” (MATUSITA, 1997, p. 46).

Neste sentido, as maiores inovações do setor tem-se concentrado prioritariamente em processos de regulamentações de ordem ambiental, energética e de segurança. Exemplos destas inovações foram as novas técnicas para a diminuição do consumo de energia elétrica e a substituição dos gases compostos por CFC (cloro/flúor/carbono), prejudiciais à camada de ozônio. No caso dos fogões a gás, a invenção mais recente refere-se à inserção de válvulas de segurança. Matusita (1997) ressalta que um dos personagens fundamentais para o fomento destas inovações foi o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Deste modo, o setor passou a ser certificado a partir de padrões de qualidade, como o consumo energético, por exemplo.

Outra perspectiva em relação às inovações tecnológicas para o setor tem sido a utilização de outras fontes de energia para o funcionamento dos produtos. Um exemplo de inovação neste sentido foi o lançamento recente de fogões com funcionamento a base de energia elétrica.

As linhas de montagem nesta indústria tendem a trabalhar de forma intermitente, a partir de um modelo, produzindo em repetidas séries, até atingir as metas previstas. As montagens são alimentadas por peças e componentes e ao final de cada linha são formados os estoques de produtos acabados. Este processo geralmente caracteriza-se pela utilização de esteiras automatizadas.

As principais etapas do processo do setor compõem-se de equipamentos de base mecânica. No setor de estamparia, os principais equipamentos utilizados são as prensas automáticas ou hidráulicas, que operam essencialmente no corte ou dobra de chapas, tanques e gabinetes. Estudos têm mostrado que as etapas de fosfatização e pintura são os segmentos mais automatizados e dotados de maior flexibilidade de adaptação a cores e ao ajuste de peças. Apesar da automatização é a área mais complexa em torno da poluição ambiental por resíduos químicos e a poluição sonora, além das altas temperaturas a que estão submetidas os trabalhadores (SILVA, 2005).

É a partir da década de 1970, que as transformações na indústria de linha branca passam a intensificar-se (SILVA *apud* GITAHY e CUNHA, 2005). Numa perspectiva mais global, as mudanças iniciadas a partir deste período, estão relacionadas à existência de uma convergência de fatores que foram cruciais pra esta configuração histórica. Este período de grande expansão industrial pôde consolidar-se por meio do contexto do desenvolvimento de uma estrutura industrial integrada que se apoiou no processo de industrialização denominada “pesada” iniciado a partir da década de 1950, que promoveu o incremento do setor produtivo de produção de bens de consumo duráveis. A partir desta estrutura, o padrão de gestão da força de trabalho, no contexto das indústrias de séries, foi predominantemente o de estabelecer a rotinização e o controle.

Fleury define rotinização e discute suas implicações:

“Por rotinização, entendo um sistema cujo objetivo não é utilizar a mão-de-obra de maneira produtiva, mas sim criar condições que evitem que essa mão-de-obra possa vir a criar conflitos no interior da fábrica. A rotinização operacionaliza esses objetivos, não permitindo o agrupamento de pessoas, a qualificação e o aperfeiçoamento, o que, por sua vez, induz a uma alta taxa de rotatividade, que dificulta o vínculo sindical. O trabalho não é organizado com vistas a produtividade e sim buscando evitar a organização dos trabalhadores, o que poderia vir a trazer problemas para as empresas” (1994, p. 586).

Neste enfoque, a partir de uma gestão de caráter mais autoritária, as características mais evidentes do período foram a extrema parcelarização das tarefas, o uso intensivo da mão-de-obra não-qualificada, altas taxas de rotatividade, a adoção de complexas estruturas de cargos e salários, baseada no contrato individual de trabalho e no contexto político do autoritarismo que encontrava identificação com o momento vivido pelo país (ANTUNES, 1995). Assim, em diálogo

com os aspectos mais macros que determinaram este momento, no contexto da linha branca, as principais transformações referem-se às suas estruturas e estratégias:

QUADRO 3. MUDANÇAS NA INDÚSTRIA MUNDIAL DE ELETRODOMÉSTICOS DE LINHA BRANCA.

Década de 1970	Estrutura: a) existência de um número reduzido de grandes empresas familiares nacionais; b) presença estrangeira restrita a uma empresa norte-americana (coligada a um grupo nacional). Estratégias: a) aquisição de empresas do setor de linha branca e do segmento de compressores por um dos principais grupos nacionais; b) diversificação setorial e intra-setorial – segmentação do mercado de linha branca por faixas de renda; c) relativa estabilidade tecnológica em termos de produto e processo.
Década de 1980	Estrutura: a) existência de um número reduzido de grandes empresas familiares nacionais – dois grupos nacionais controlam as principais empresas do setor; b) presença estrangeira restrita a uma empresa norte americana (coligada a um grupo nacional). Estratégias: a) ampliação da aquisição das empresas nacionais de linha branca pelos principais grupos nacionais; b) diversificação setorial e intra-setorial; c) início da reestruturação produtiva das empresas do setor.
Década de 1990	Estrutura: a) presença de um número reduzido de grandes empresas nacionais e estrangeiras; b) dois conglomerados – norte americano e sueco – controlam as duas principais empresas do setor; c) aquisição de empresas nacionais por grandes grupos estrangeiros. Estratégias: a) aquisição e associações das empresas nacionais a grandes grupos estrangeiros; b) especialização setorial; c) segmentação do mercado por faixas de renda; d) intensificação da reestruturação produtiva das principais empresas.

Fonte: Silva *apud* Cunha (2005, p. 32)

Deste cenário, três alterações importantes são destacadas por Silva, para a conformação do setor de linha branca nos dias atuais:

“a) o processo de concentração e de especialização no qual um perfil heterogêneo no que se refere ao tamanho e tipo de empresa vai sendo gradativamente substituído por um número reduzido de grandes empresas especializadas;
 b) a internacionalização da produção, processo pelo qual tem ocorrido a expansão da capacidade produtiva para mercados emergentes e a aquisição de empresas nacionais por grandes corporações multinacionais;
 c) a difusão de inovações tecnológicas e organizacionais nas plantas dessas empresas, intensificando o processo de reestruturação produtiva das principais empresas do setor” (2005, p. 31).

Estas transformações implicaram diretamente para o trabalho, mais especificamente sobre a perspectiva da qualificação. Invernizzi aponta quatro aspectos que foram determinantes para essa conjuntura: “a) a modernização tecnológica; b) a adoção de novos métodos organizacionais; c) os novos enfoques da gestão de recursos humanos e das relações industriais desenvolvidos pelas empresas; e d) os movimentos de externalização da produção – subcontratação” (2000b, p. 1-2).

Se a década de 1970 representou o início de um efetivo processo de reestruturação produtiva, a década de 1980, por sua vez, consistiu num período de certa desaceleração deste processo. Como enfatiza Silva (2005), esta década teve como característica mais marcante o caráter defensivo, principalmente justificado pelas crises generalizadas da economia e da conseqüente retração do mercado interno. Neste sentido, uma maior concentração de esforços centrou-se em investimentos na área de máquinas e equipamentos e iniciativas no desenvolvimento de reestruturações organizacionais (INVERNIZZI, 2000a,b; STANCKI, PINA e GITAHY, 2003).

É na década de 1990, que fatores substanciais para um período de nova reestruturação emergem, criando condições e necessidades de adaptações mais consistentes para o setor. Destes fatores, os principais estão relacionados à abertura econômica, a difusão e ao discurso em torno da inovação como meios mais profícuos para a superação do momento de recessão. Cabe ressaltar, a relação desses fatores com os discursos da época, em torno da globalização e dos seus efeitos. Nesta perspectiva, o processo globalizante no caso da indústria de linha branca, representou principalmente o acirramento da concorrência em nível mundial, o que implicou numa luta por mercados emergentes. Este processo de internacionalização produtiva, com base nos países emergentes apresentou como principais vantagens os menores custos relacionados aos fatores de produção,

transporte e conseqüentemente do valor dos produtos finais; cadeias de suprimentos e distribuição já estruturadas; potencial de crescimento dos mercados tanto interno quanto regionais e também de políticas macroeconômicas de atração por investimentos externos (INVERNIZZI, 2000a; PINA, 2004; SILVA, 2005).

Deste contexto, pode-se depreender que as atuações dos Estados exerceram papéis fundamentais para este processo, nos mais diferentes setores produtivos, como afirma Sevcenko:

“O novo contexto produziu uma alteração drástica de todo o quadro da economia mundial. Por um lado, a possibilidade de multiplicar filiais de suas empresas nos mais diversos pontos do planeta, proporcionou às grandes corporações um enorme poder de barganha, impondo, aos governos interessados em receber seus investimentos e respectivos postos de trabalho, um amplo cardápio de vantagens, favores, isenções e garantias que praticamente tornavam os Estados e sociedades reféns dos poderosos conglomerados multinacionais” (2001, p. 28).

Nesta conjuntura, o processo de internacionalização no Brasil, deu-se devido ao seu grande potencial, onde grandes conglomerados passaram a fabricar seus produtos por meio da instalação de filiais ou da associação com as indústrias nacionais já consolidadas no mercado, como cita Silva:

“O setor passou a ser um oligopólio dominado por dois conglomerados estrangeiros – Whirlpool e AB Eletrolux – que controlam as duas maiores empresas do setor – Multibrás e Eletrolux do Brasil. As quatro empresas líderes passaram a controlar a produção e o mercado doméstico, bem como concentrar grande parte do faturamento dessa indústria: as quatro maiores empresas, em 1999, apresentaram um faturamento que correspondia a 93,8% do total da indústria” (2005, p. 37-38)

É importante enfatizar que além de um processo de internacionalização com vistas para novos mercados, a reestruturação produtiva também se deu pelo desenvolvimento de programas voltados para a gestão e para a tecnologia através de algumas mudanças. De modo sintético, estas mudanças foram implementadas a partir de três vertentes:

- “a) mudanças na gestão das empresas, envolvendo fusão de empresas/unidades de negócio, fechamento de fábricas, redução do quadro funcional das empresas, desenvolvimento de sinergias entre diferentes empresas/unidades de negócios, redução de níveis hierárquicos e horizontalização da estrutura hierárquica;
- b) mudanças na organização da produção e do trabalho no interior das empresas, envolvendo a intensificação da introdução e do desenvolvimento de inovações de produto e processo, aquisição de novos equipamentos, aumento da utilização da capacidade produtiva e da escala de produção e da redefinição de postos de trabalho;

c) mudanças nas relações com as demais empresas da cadeia produtiva (fornecedores e clientes), envolvendo o desenvolvimento e a qualificação de uma rede reduzida de fornecedores” (SILVA *apud* ARAÚJO et. al., 2005, p. 34).

Todavia, é importante compreender que o processo de internacionalização do setor não ocorreu de maneira unilateral no contexto brasileiro, mas consistiu numa trajetória de convergência entre os interesses das empresas nacionais e estrangeiras. Para Pina (2004), o interesse do empresariado local foi também um dos fatores favoráveis à desnacionalização do setor. A associação aos grandes conglomerados estrangeiros representou uma possibilidade de extensão de seu horizonte de rentabilidade por meio do acesso à capacitação tecnológica e organizacional das grandes empresas líderes mundiais. Por este prisma, os interesses dos empresários nacionais foram atingidos, não apenas pela ampliação do mercado nacional e pela alavancagem tecnológica e organizacional promovida, mas também pelas possibilidades de maior exploração do mercado externo, inclusive com perspectivas de exploração do Mercosul⁴⁸. No que concerne à força de trabalho neste contexto, as alterações de natureza tecnológica e de gestão foram bastante significativas:

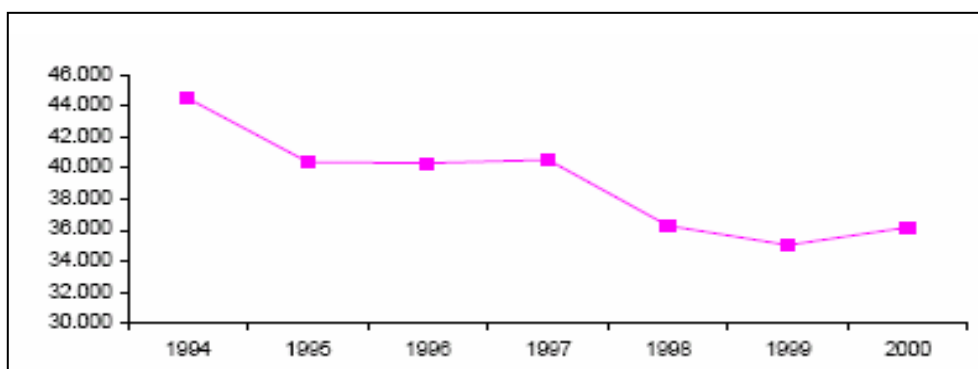
“Estas mudanças afetaram a forma da utilização da força de trabalho seja através da transferência de atividades de controle de qualidade e de manutenção para o pessoal da produção, seja através de rodízio entre diferentes postos de trabalho. Desse modo, passa a ser requerido um novo trabalhador, com maior escolaridade e com certas habilidades comportamentais, como saber trabalhar em equipe e ter um maior comprometimento com os objetivos da empresa” (Silva *apud* GITAHY E CUNHA, 1999, p. 16).

Em que pese estudos tenham apresentado a elevação da produtividade das empresas na década de 1990, na contramão, o número de empregos gerados pelo setor tem apresentado não apenas a redução como também a perda referente aos salários. Alguns dos fatores para esta conjuntura seria a adoção de novas ferramentas de gestão e de tecnologia, como a terceirização e a automação, por exemplo. Esta realidade é retratada por Peticarrari (2003), a partir das análises dos dados da RAIS⁴⁹:

⁴⁸ De acordo com Pina *apud* Cunha (2004), nos anos 90 as exportações brasileiras de eletrodomésticos da linha branca tiveram um incremento médio de 7,5% ao ano.

⁴⁹ De acordo com Peticarrari “a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais) é um registro administrativo, instituído pelo decreto 79.900/75 o qual determina que todas as empresas do setor

GRÁFICO 1. EMPREGO NAS EMPRESAS DE LINHA BRANCA NO BRASIL (1994 A 2000).



Fonte: Peticarrari (2003, p. 28).

TABELA 5. EMPREGO NAS EMPRESAS DE LINHA BRANCA NO BRASIL (1994 A 2000).

Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	44.482	40.376	40.290	40.528	36.273	35.038	36.173

Fonte: Peticarrari (2003, p. 28).

O número de empregos caiu 18,7% entre 1994 e 2000. Contudo, a produção que até então registrava cerca de 8.145 mil unidades produzidas passou a registrar 8.625 mil unidades em 2000. Entre os anos de 1994 e 1998, a produção passou de 8.145 mil unidades produzidas para 10.582 mil unidades. No ano de 1997 já se produziam 12.000 mil unidades, mas apenas uma estabilização do contingente da força de trabalho. Entre 1999 e 2000 a produção teve uma queda relativa, mas ainda com números superiores aos de 1994. Em relação às perdas salariais da força de trabalho, estas também foram expressivas. No ano de 1994, 53,31% dos trabalhadores localizavam-se nas faixas salariais entre sete salários mínimos ou mais, enquanto que no ano de 2000, apenas 27,4% da força de trabalho se

formal no Brasil devem declarar ao Ministério do Trabalho e Emprego, as relações de emprego que registram durante o ano. (...) Dessa forma, a RAIS tenta representar um censo anual do emprego formal, a partir das informações secundárias" (2003, p. 1).

localizavam nessas faixas. Em relação aos trabalhadores que recebiam entre dois a quatro salários mínimos, no ano de 1994, perfaziam 13,12% e passaram a representar 32,31% em 2000 (Peticarrari, 2003).

3.3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS FÁBRICAS ESTUDADAS

Analisar o processo de reestruturação produtiva nas fábricas apenas tornou-se possível após um cuidadoso processo de observação do cotidiano das mesmas. Foi por meio destas observações que pude verificar as singularidades e as semelhanças em ambas as fábricas, a partir de suas práticas e do conjunto de narrativas que compõem seus discursos.

No entanto, é importante enfatizar que tais análises não têm por objetivo uma descrição minuciosa acerca dos processos de produção e organização do trabalho, e sequer de compará-las, dadas as peculiaridades de cada uma. Neste sentido, o que se pretende é tentar evidenciar como as configurações em torno da produção e da organização do trabalho, no contexto da reestruturação produtiva foi experienciado pelas fábricas, interferindo no estabelecimento das relações de saber e poder, por meio da tecnologia.

Contudo, para melhor compreensão de como isto ocorreu, é preciso resgatar algumas referências históricas apresentadas anteriormente. Em atividade desde a década de 1950, na produção de fogões a lenha, é no final da década de 1980 que a fábrica iria experimentar transformações importantes. A principal delas é o início do processo de fabricação de fogões a gás. Com a perspectiva de abertura econômica, do potencial crescente do mercado, e de uma estrutura previamente organizada, no final da década de 1980 a fábrica inicia a produção de fogões a gás de maneira tímida, com apenas 50 unidades ao dia. Porém, o principal foco de atuação continuava a ser a produção de fogões a lenha, na época com produção superior a 2.000 unidades mensais.

Com o aumento da participação da empresa no segmento de fogões a gás nos anos seguintes, tanto no mercado interno (classes C e D) quanto no externo (principalmente América Latina e África), a produção de fogões a gás originariamente secundária, passa a ser a principal atuação da empresa. No fim da

década de 1990, eram produzidos apenas 90 fogões a lenha diariamente, enquanto que a produção dos fogões a gás ultrapassava as 250 unidades diárias. Esta trajetória ocorreu a partir de uma reestruturação nos processos de produção e organização do trabalho, com distinções muito marcadas em relação a cada produto, que culminaram na divisão da fábrica no ano de 2005, resultando no que denominamos de Fábrica A (fogões a gás) e Fábrica B (fogões a lenha).

3.3.1. A reestruturação produtiva na Fábrica B

Mais do que apenas a exploração de um novo nicho de mercado, a opção pela produção de fogões a gás representou uma alternativa de revitalização da empresa, tendo em vista que o segmento de fogões a lenha, há anos experimentava grande recessão. Um dos fatores que implicaram para a redução do mercado consumidor de fogões a lenha e que surgiu de modo freqüente nas narrativas, está relacionado ao processo de urbanização do país.

Dados do IBGE (2003) evidenciam que o processo de urbanização no contexto brasileiro é fortalecido a partir da década de 1960. Neste período a parcela da população urbana passou de 31,2% em 1940 para 67,6% em 1980⁵⁰. Este processo esteve embricado a uma profunda alteração das relações sociais e dos padrões de consumo. No caso do tipo de fogões utilizados pela população, essas alterações foram determinantes para a reestruturação do segmento, como apontam os estudos do IBGE com bases na PNAD:

“No Brasil de 1960, 61% dos domicílios tinham fogão a lenha e somente 18% fogão a gás. Em 1970, o percentual de domicílios com fogão a lenha passava de 45%, mas os que tinham fogão a gás já perfaziam 42% do total. A mudança para o fogão a gás restringiu-se porém, ao meio urbano: enquanto o percentual de domicílios com fogão a lenha baixou de 41% para 20% nos domicílios urbanos entre 1960 e 1970, na área rural, o percentual se manteve praticamente inalterado, em torno de 80%” (2003, p. 1).

⁵⁰ A mudança do país predominantemente rural para urbano ganhou velocidade no período entre 1960-1970 quando a relação rural-urbano se inverteu: dos 13.474.472 dos domicílios no Brasil em 1960, pouco menos da metade (49%) se situavam em áreas urbanas; em 1970, quando foram contados 18.086.336 domicílios, esse percentual já chegava a 58% (IBGE, 2003).

A fábrica viu seu mercado consumidor reduzir-se, dados os diversos fatores desta conjuntura imposta, onde a “cidade” passou a ditar novos padrões de consumo e outros ritmos de tempo, trazendo algumas limitações, que invariavelmente estavam presentes nas narrativas, como se pode perceber no depoimento abaixo, que reúne diversos elementos:

“O fogão a lenha é um produto que hoje está bastante direcionado para um cliente mais tradicionalista, sei lá... O fogão a lenha ele é mais direcionado para a mulher do interior. Eu diria que 98% das mulheres que moram no interior, no caso, na roça, elas tem um fogão a lenha. Na cidade, dependendo, 10% ou nem isso, tenham o fogão a lenha. Por vários fatores: porque na cidade não tem lenha, até tem, mas tem que comprar; tem a questão do resíduo da lenha, ela tem que ter um lugar para jogar em casa e suja bastante; a fumaça, tem que ter um lugar para sair, então em prédio é impossível. E no interior é tudo mais livre... tem lenha no quintal...” (Entrevista, E33, Grupo A, 2006).

“(...) os mais novos, não só por viver na cidade, mas quer as coisas mais rápido... tudo pronto... Você chega em casa, não dá tempo para você por a lenha no fogo, esperar esquentar a chapa do fogão, para aí fazer a comida, demora muito mais. Quem tem um fogão a lenha, geralmente são pessoas que tem uma pessoa em casa, ou a mãe, ou a mulher, que fica em casa e não trabalha. Então ela começa o almoço às dez horas, ou até antes, tranquilo, e na hora em que os maridos ou os filhos chegam em casa está pronto. Então no fogão a lenha não tem este curto espaço de tempo do meio dia à uma e meia para você fazer um almoço (Entrevista, E34, Grupo A, 2006)”

Dos depoimentos acima, emergem duas situações que repercutiram para transformações importantes no contexto produtivo da fábrica B. Uma, de modo mais evidente, foi o processo de urbanização do país, que implicou uma alteração nos modelos de habitação e da inviabilização da utilização do produto principalmente no meio urbano, diminuindo sensivelmente o seu mercado consumidor. Uma segunda situação é o ingresso da mulher no mercado de trabalho e as decorrências deste processo para as transformações dos papéis relacionados à família, por exemplo⁵¹. De acordo com estudos de Silva (2005), entre os períodos de 1985 a 2003, a participação feminina na população economicamente ativa passou de 33,5% para 42,7%. Esta expressiva representatividade pode também ser explicada por alguns fatores:

⁵¹ Para BLAY (1978) as brasileiras iniciam sua participação na indústria no nível de trabalho não qualificado e basicamente na indústria têxtil. Dados mais elaborados sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho são encontrados principalmente a partir da década de 1940, quando da realização de pesquisas censitárias: “Em 1940 cerca de 19,7% das mulheres com mais de dez anos eram economicamente ativas. Em 1950 esta proporção cai para 13,6% para atingir 22,3% ou 18,4% em 1970, conforme se considere o cálculo sobre a população com mais de 15 ou mais de 10 anos respectivamente” (1978, p. 140-141).

“... o significativo aumento das atividades das mulheres – uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70 – seria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no Brasil e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição de identidade feminina, cada vez mais voltada para o espaço produtivo. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo” (SILVA *apud* BRUSCHINI, (2005, p. 16).

Outro elemento recorrente no viés discursivo na Fábrica B é a tradição. Um dos fatores que podemos considerar primordiais para esta ocorrência é a localização geográfica da fábrica, qual seja na região Sul do Brasil. Por consistir-se na região mais fria do país, com invernos rigorosos, o fogão a lenha, historicamente, constituiu-se como parte do mobiliário, principalmente nos domicílios que estão em áreas consideradas rurais. Esta situação é ainda mais evidenciada na população de maior idade e que percebe no fogão a lenha, uma tradição que migrou com os colonos gaúchos, descendentes geralmente de alemães e italianos⁵².

Outro aspecto decorrente desta tradição regional, mais voltada ao contexto urbano, é a utilização concomitante dos fogões a lenha e a gás num mesmo domicílio. Porém, a utilização do fogão a lenha está muito mais voltada para as relações de convivência, ao hábito do chimarrão, ao aquecimento dos domicílios durante os invernos, por exemplo, do que para feitura das refeições. Neste caso, para a preparação dos alimentos, estas geralmente são feitas em fogões a gás, por questões de tempo e comodidade.

O que se pôde constatar é que o fogão a lenha, ainda representa as remanescências de um passado idílico e quase folclórico intimamente vinculado a sua fabricação percebida de modo artesanal. Como salienta Mendes (2005) o artesanato antes da inserção no modo de produção capitalista, se conectava as dimensões do tempo e do espaço como ciclos da natureza, ao tempo real e não ao

⁵² Sobre esta situação, Thompson relaciona as tradições às práticas e as normas que se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte, mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares” (1998, p. 18).

tempo abstrato e medido pelas horas e calendários. Para Bakhtin o artesanato também pode ser interpretado ou lembrado numa relação com o idílico:

“a vida idílica e os seus eventos são inseparáveis deste cantinho concretamente situado no espaço onde viveram pais e os avós, e onde viverão filhos e netos. O tempo idílico pode ser pensado no artesanato, que em um determinado contexto histórico e social, acaba sofrendo atenuações dos seus limites temporais, estabelecendo um ritmo cíclico de longa duração” (2002, p. 333-334).

A partir das observações e das narrativas pôde-se detectar que a tradição está fortemente vinculada não somente ao processo de produção, como também no contexto da reestruturação produtiva imprimindo um ritmo mais lento para o segmento de fogões a lenha. Ao contrário das vias normais da indústria de linha branca, poucas alterações foram percebidas e narradas no caso da Fábrica B, como se pode analisar a partir do seguinte trecho:

“O cliente do fogão a lenha não exige muitas mudanças, então eu fico até um pouco retraído, porque no fogão a gás tem bastante alterações, todo ano muda. Digamos que é parecido com a indústria automobilística, todo ano tem que ter alguma coisa nova, tem essa tendência. Já o lenha não. Se você mudar muito, você não vai vender, porque o cliente quer o fogão a lenha tradicional como era a décadas atrás, como é o caso da nossa empresa, que desde 55 [1955] fazia fogões” (Entrevista, E34, Grupo A, 2006).

Até mesmo mudanças implementadas em relação ao design do produto, planejadas no sentido de reduzir tempos de produção e de matéria-prima empregada, não obtiveram êxito diante de padrões de consumo bastante resistentes, que provocaram a retomada da produção de modelos tradicionais:

“A gente tentou fazer uma mudança no fogão a lenha, fazer os pés mais retos, um design mais plano, que era a tendência da época, mas deu três meses e o mercado começou a segurar. Quando chegou no consumidor final, começou a voltar, reclamações porque não tinham gostado, abandonamos. Retornamos com o mesmo pé e está até hoje. Então eu vejo assim, o cliente é um pouco restrito e quer um fogão tradicional” (Entrevista, E33, Grupo A, 2006).

Destas narrativas, de modo subjetivo, o que parece emergir são tensões entre tradição e modernidade, sem, contudo, configurar-se num embate com vistas a superação e sim na manifestação das permanências. Para Mendes (2005) esta dualidade está permanentemente presente na constituição das identidades nacionais e regionais. Todavia, não consistem num processo antagônico, mas sim

de proximidade, na medida em que estão ligadas por mediações que envolvem a história e a memória.

É importante perceber que este contexto está baseado na tradição enquanto prática concreta e legitimada e enquanto discursivo vivo, produzido, reproduzido no imaginário social. Assim, a tradição objetiva romper com fronteiras temporais, num constante renovar e interpretar o passado, como cita Mendes *apud* Ortiz:

“Normalmente, quando falamos de tradição, nos referimos às coisas passadas, preservadas ao longo da memória e na prática das pessoas. Imediatamente nos vêm ao pensamento palavras como folclore, patrimônio, como se essas expressões conservassem os marcos de um tempo antigo que se estende até o presente. Tradição e passado se identificam e parecem excluir radicalmente o novo. Poucas vezes pensamos como tradicional um conjunto de instituições ou valores que, mesmo de história recente, se impõe a nós como uma moderna tradição, um modo de ser” (2005, p. 37-38).

Numa análise mais cautelosa, pude perceber que estas ligações entre tradição, memória, história, identidade e tempo, implicou não somente a determinação de um padrão de consumo, mas a constituição tanto de um viés discursivo quanto para um processo produtivo de reestruturação bastante singular na fábrica de fogões a lenha – Fábrica B. O que se tornou evidente foi uma noção de tradição que está também na base do processo produtivo e de organização do processo de trabalho.

Uma das singularidades deste processo caracteriza-se principalmente pela atividade predominantemente manual associada aos moldes industriais, presente na manufatura de peças de ferro fundido, que constituem a maior parte do fogão a lenha, e na montagem dos fogões, como se verifica na narrativa a seguir:

“Então é o seguinte: para todas as peças fundidas, existe uma que a gente chama de molde. Então: o que seria esse molde? Esse molde seria de madeira, né. Então, por exemplo, eu vou fazer uma chapa do fogão a lenha. Então, é feito esse molde junto com a areia, né. Coloca esse molde no meio da areia e prensa, né. Depois, nós retiramos o molde e no meio dessa areia vai ficar uma cavidade no formato da peça. Seria a moldagem da peça. Aí, depois é feito o processo de fusão, que daí é feito com sucatas de motor, outros materiais utilizados e que são fundidos, né, a aproximadamente 1.400, 1.450, 1500 graus. Então, esse material é retirado do forno, né, e vai ser depositado nessa cavidade, onde tem o formato da peça. Depois de solidificado esse ferro, vai estar formada a peça” (Entrevista, E29, Grupo B, 2006).

Na sequência, podemos visualizar partes deste processo que encontra aproximações à manufatura artesanal, contudo, numa perspectiva taylorista-fordista própria ao sistema de fábrica. Chamam a atenção o processo exercido sempre em

duplas de trabalhadores e a utilização de ferramentas consideradas simples, inclusive, uma colher na limpeza dos orifícios dos moldes para a preparação do processo de fundição:

Figura 13: Dupla de trabalhadores no “pisoteio” da areia sobre molde de chapa.



Fonte: Foto da autora.

Figura 14: Compactação da areia sobre molde com o auxílio de ferramenta.



Fonte: Foto da autora.

Figura 15: A limpeza dos orifícios do molde para fundição o é feita com uma colher.



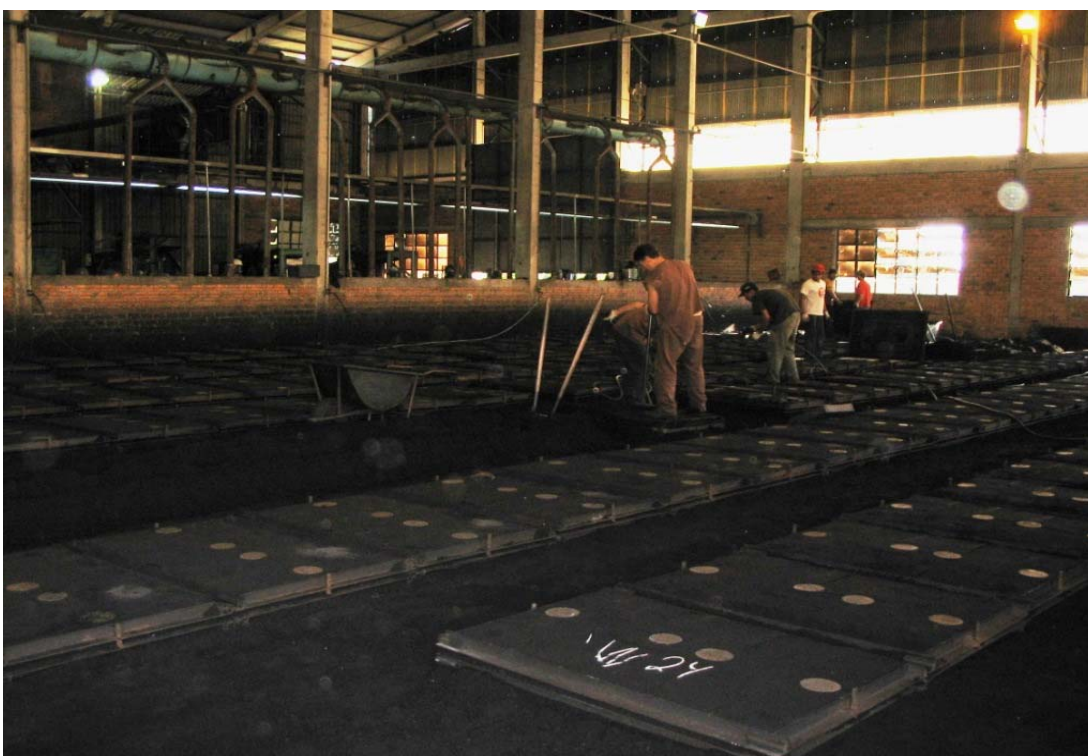
Fonte: Foto da autora.

Figura 16: Remoção do molde da chapa.



Fonte: Foto da autora.

Figura 17: Vista geral do setor de fundição.



Fonte: Foto da autora.

Após fundidas e por passarem por processo de finalização e acabamento, as peças seguem para a linha de montagem onde serão unidas às outras peças fabricadas pelos processos tradicionais do setor de linha branca que são estamparia, esmaltação e pintura. Como se pode observar a partir da fotografia abaixo, que identifica o setor de montagem, percebe-se que este está estruturado a partir da produção clássica do modelo taylorista-fordista, seriado. No entanto, não se pode deixar de destacar algumas peculiaridades desta ilustração.

Inicialmente, o que nos desperta maior atenção é o fato das esteiras rolantes, símbolo do modelo de produção taylorista-fordista, que introduziu a linha de montagem à produção em série, não serem automatizadas, mas sim, construídas sob estrados formados por roletes. À medida que as peças são encaixadas nos fogões, os trabalhadores o empurram sobre os roletes para a etapa seguinte.

Figura 18: Linha de montagem da Fábrica A – fogões a lenha.



Fonte: Foto da autora.

De acordo com alguns indícios presentes nas narrativas e percebidos nas observações a impossibilidade de automatização das esteiras está diretamente

vinculada às etapas de montagem do fogão. Diferentemente dos modelos de fogão a gás, o fogão a lenha é composto por um número muito menor de peças, o que diminui a parcelarização das tarefas, mas que requerem um processo de montagem específico. Ao contrário do fogão a gás que geralmente é montado a partir de encaixes, rebites e parafusos, o fogão a lenha mescla em sua montagem processos de encaixe, rebite e parafusos a processos artesanais, como a colocação de tijolos de argila no seu interior, para proteção e eficiência térmica. Processos como estes, na perspectiva dos sujeitos de pesquisa tornam inviável a automatização das esteiras, porque necessitam de um tempo maior para a execução de cada tarefa.

Figura 19: Fogão a lenha sobre roletes em processo de colocação de tijolos.



Fonte: Foto da autora.

Neste sentido, o setor de montagem com estas peculiaridades imprime um ritmo diverso em relação aos tempos de produção. Analisando alguns dados fornecidos pelas fábricas em torno do ritmo de produção, pudemos constatar que as médias diárias no caso da Fábrica B (fogões a lenha) é de 10 fogões trabalhador/dia. Ao contrário, na Fábrica A (fogões a gás) esta média é de 25 a 30 fogões trabalhador/dia. Atualmente a empresa não possui nenhum programa

específico voltado para a qualidade e padronização dos procedimentos, a não ser as inspeções regulares do produto no final da produção. Contudo, a lógica da qualidade parece estar articulada aos objetivos mais presentes no contexto fabril: o melhor aproveitamento dos recursos para a produção e a intensificação do trabalho pelo maior rendimento.

Com propriedade exemplifica Antunes, quando este afirma que o discurso em torno da qualidade total significa uma relação inversamente proporcional em relação a qualidade e tempo de duração:

“A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca, faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado” (ANTUNES, 1995, p. 40). .

Todavia, algumas intenções de reestruturação foram sugeridas nas narrativas. Devido ao fato da fábrica ter sido separada no ano de 2005 da fábrica de fogões a gás, vários depoimentos pontuam de que o período é de análise e planejamento para a implementação de várias iniciativas que configurariam uma possível reestruturação. No entanto, o que se denota é que estão prioritariamente voltadas a equipamentos e qualidade:

“Mais agora, o que a gente está começando a trabalhar mais é na qualidade. Agora, nós estamos em desenvolvimento, né, especificando para todos os processos, os procedimentos, como queira chamar, pra todo funcionário da empresa que seja treinado pra essas funções realizadas, e pra que ele também tenha o controle, pra que tudo esteja em conformidade. Então a gente está partindo pra esse caminho agora” (Entrevista, E28, Grupo A, 2006).
 “Olha, de transformação em tecnologia aqui no nosso caso, se tentou muito pouca coisa. O que nós temos são trabalhos, que agora a partir de agosto, setembro, passarão a ser implementados. A gente está comprando um forno elétrico pra fundição, que o que tem hoje é um forno Kobilô. Nesse forno o material é mais homogêneo, pra fazer a mistura, ele é como se fosse uma panela, pra fazer essa mistura. Então você tem uma qualidade e uma uniformidade maior” (Entrevista, E27, Grupo A, 2006).

Neste contexto, algumas intenções mencionadas merecem destaque. A primeira delas refere-se à tentativa de iniciar um processo de automatização do setor da fundição. Ainda que no campo das hipóteses, tendo em vista que a justificativa para esta iniciativa não tenha sido apontada nos depoimentos, a automatização deste setor implicaria diretamente para a resolução de algumas

situações incômodas na percepção da fábrica. Outra intenção relacionada ao planejamento de reestruturação produtiva, perpassa pela implementação de programas informatizados com vistas ao controle. Tais programas estariam voltados principalmente às atividades de controle de estoque e a sistemas de vendas. As opções suscitadas para tal seriam experiências com ferramentas gerenciais como o Kanban e Just-in-time (JIT).

Numa análise mais global, é possível compreender que esta reestruturação produtiva ainda em planejamento sugere como intenção principal a introdução de experiências vividas no processo do fogão a gás (Fábrica A), que configuram algumas implementações do modelo japonês de produção, articulado à acumulação flexível. Ademais, as possibilidades de introduzir mecanismos flexíveis de organização do trabalho e do processo neste contexto, viriam de encontro às propostas da fábrica de ampliar o número de produtos. Deste modo, a rigidez do sistema taylorista-fordista seria minimizada permitindo a produção de novos modelos de fogões a lenha. Atualmente, a empresa fabrica sete tipos específicos de fogões a lenha. Contudo, a diversificação entre os produtos está limitada diante do processo de produção. As variações são os tamanhos de fogões e suas respectivas cores, mas que sempre partem de um modelo básico.

Assim, de modo bastante singular, a produção de fogões a lenha relativiza a noção de superação dos modelos produtivos como o artesanato, a manufatura e até mesmo a superação do modelo taylorista-fordista pelo modelo japonês ou toyotista. O que se pode depreender da análise do processo de produção que acompanhamos na Fábrica B é de que este ainda guarda elementos essenciais à produção artesanal e manufatureira, ainda que apropriada ao modo de produção capitalista e com intenções de mesclar-se às inovações trazidas pelo modelo japonês de produção, com vistas à maior flexibilidade.

3.3.2. A Reestruturação Produtiva na Fábrica A

Na contramão do intenso processo de internacionalização do setor da linha branca que se instaurava no país na década de 1990, a Fábrica A dava seus primeiros passos na concorrência com os grandes conglomerados estrangeiros,

baseada numa estrutura de empresa de natureza familiar, gerida por um dos filhos do fundador. O início das atividades no segmento de fogões a gás num contexto de reestruturação produtiva como um todo, permitiu que, de modo mais acelerado, a empresa estivesse articulada às tendências do período, tanto tecnologicamente quanto nos modelos de gestão que se instauravam na indústria brasileira de modo geral.

Assim, já no ano de 1991, numa conjuntura globalizada, principalmente pela abertura econômica e das fronteiras nacionais, a empresa iniciou seus processos de exportação. Esta estratégia foi importante não somente para o escoamento da produção, que ainda tinha dificuldades na concorrência interna, diante dos produtos de marcas internacionalmente consolidadas, mas também pela natureza segmentada da produção para o mercado interno, com foco nas classes C e D da população.

Este panorama foi fundamental para a configuração da empresa a partir do modelo taylorista-fordista com hibridizações do modelo japonês de produção. Por meio deste processo de reestruturação, além de outros fatores externos de convergência, no ano de 2003, a fábrica atingiu a marca de um milhão de unidades produzidas, disputando a liderança de mercado com marcas como a GE-Dako, BSH Continental e Multibrás.

Contudo, o processo de reestruturação produtiva que se implantou, precisou criar uma base para que uma série de inovações tanto organizacionais quanto relacionadas à produção pudessem consolidar-se. Neste sentido, a primeira alteração importante para o contexto referiu-se a um complexo processo de alteração de uma cultura “paternalista”, própria da empresa familiar, para uma cultura que foi denominada “profissional”.

3.3.2.1. De familiar ao profissional: uma cultura em transição

Ao analisar o processo de reestruturação da Fábrica A, grande parte dos depoimentos, principalmente dos entrevistados que se encontram há mais tempo na empresa, em suas narrativas tendem a associar este processo a uma mudança mais profunda nas características da cultura da empresa. Os indícios narrados

evidenciam uma perspectiva de transição de uma cultura denominada “familiar”, para a construção de uma cultura voltada ao “profissionalismo”. Estes indícios estão representados pelos depoimentos abaixo, selecionados em função dos elementos que agregam:

“A cultura está em constante transformação. A empresa passou de familiar para profissional. Isto refletiu diretamente no cotidiano dos colaboradores. Mudou-se conceitos, estratégias de trabalho, relacionamentos com os clientes externos e internos. Algumas dessas mudanças surgiram da necessidade, outras foram pressionadas a acontecerem” (Entrevista, E11, Grupo A, 2006).

“Há cerca de 3, 4 anos nós começamos a mudar um pouquinho de familiar, né. Foram contratadas pessoas para administrar, né. Então, essa questão familiar saiu um pouquinho de foco, né. Não é mais aquele que foi indicado para trabalhar.” (Entrevista, E6, Grupo A, 2006).

A recorrência destas percepções nos orientou a aprofundar teoricamente as implicações desta transição, para o contexto da reestruturação produtiva e principalmente para a organização do trabalho. Nesta conjuntura, o que se pode perceber a partir dos vários elementos descritos nas narrativas, é que o termo “familiar”, está relacionado a uma natureza paternalista enquanto sistema de gestão, do mesmo modo, a unidade doméstica de produção.

Com propriedade, Thompson (1998) localiza historicamente este sistema de gestão, principalmente ao salientar que sua presença no século XVIII foi fundamental para a reprodução das atitudes e relações patriarcais que permeavam a sociedade da época e que continuaria a influenciar o momento da industrialização⁵³. Todavia, o autor nos alerta para as limitações da utilização do termo paternalista para retratar este complexo feixe de relações, bem como suas derivações:

“A realidade paternalista parece estar sempre recuando a um passo cada vez mais primitivo e idealizado. E o termo nos força a confundir atributos reais e ideológicos. Em suma, o paternalismo é um termo descritivo frouxo (...) Tende a apresentar um modelo de ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que

⁵³ No contexto da época, esta relação poderia ser representada pelos vínculos estabelecidos entre os mestres e aprendizes: “Os oficiais artífices e os aprendizes eram organizados em cada ofício da maneira mais conveniente aos interesses dos mestres. A relação filial que mantinham com seus mestres, dava aos últimos um duplo poder – por um lado porque influíam sobre toda a vida dos oficiais, e por outro lado, porque, para os que trabalhavam com o mesmo mestre, isso representava um laço real que os mantinha únicos contra os oficiais diaristas de outros mestres e os separava desses outros” (THOMPSON, 1998, p. 68).

subentendem noções de valor. (...) Isso não significa que o termo deva ser abandonado por ser totalmente inútil. Tem tanto ou tão pouco valor quanto outros termos generalizantes – autoritário, democrático, igualitário – que em si e sem adições substanciais não podem ser empregados para caracterizar um sistema de relações sociais” (THOMPSON, 1998, p. 26).

Com cautela, como sugere o autor, o modo de análise em torno destas relações paternalistas, pode encontrar maior coerência se guiarem-se numa perspectiva dialética e dialógica entre as partes que as compõem, as estratégias envolvidas e o processo de negociação pertinente (MACHADO, 2005). Porém, é também necessário compreender o sistema paternalista⁵⁴ de gestão fortemente articulado a uma espécie de técnica de controle e de vigilância. Inquestionavelmente, este sistema é constituído por um conteúdo que se reveste de práticas e discursos numa perspectiva voltada à inibição dos confrontos de classe, historicamente representados pela pequena oficina, pela unidade doméstica e pela propriedade rural, posteriormente evidenciado com maior clareza no processo de industrialização (THOMPSON, 1998, PERROT, 1988; 1991; RAGO, 1997).

Ainda, Perrot⁵⁵ (1988) apresenta alguns elementos essenciais que caracterizam esse sistema de gestão, que nos auxiliaram para o entendimento do contexto evidenciado nas diversas narrativas analisadas:

“(...) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal; a linguagem é prática do tipo familiar entre patrões e operários; adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os. (...) O nós substitui o eles da indiferença e da hostilidade. E acontece que os operários se identificam com a ‘casa’ onde trabalham, vangloriando-se de sua estabilidade, do recrutamento hereditário que une sua linhagem à empresa (...) Nasce-se com alguém e aí se morre (...) Bem entendido, essa adesão operária é absolutamente necessária para o funcionamento de um sistema paternalista quando ela deixa de existir, o paternalismo se esboroa e torna-se urgente encontrar um outro tipo de relação” (PERROT, 1991, p. 62-63).

⁵⁴ Na materialidade, o sistema paternalista assume importância que extrapola o viés discursivo e a ideologia. Por conseguinte, para fazer-se presente numa série de dispositivos que mediam determinadas relações, que atribuem a este caso um caráter eminentemente normativo: “Sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida, o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com os filhos; o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” (THOMPSON, 1998, p. 68).

⁵⁵ Para Perrot, ao paternalismo também está presente a noção de disciplina, contudo ocultada por mecanismos de grande sutileza e eficácia, inclusive como o afeto: “As relações sociais de trabalho são concebidas conforme o modelo familiar: na linguagem da empresa familiar, o patrão é o pai e os operários os filhos, na concepção do emprego que o patrão deve assegurar aos operários, na prática quotidiana do patronato, visível até em certas festas, ligadas principalmente aos acontecimentos da família do senhor. (...) Enquanto tal, o paternalismo é um sistema de gestão de mão-de-obra bastante sutil, que seria preciso apreciar em todas as suas dimensões: sociológicas, psicológicas, políticas e simbólicas” (1991, p. 61-62).

A partir destas considerações preliminares, foi possível observar traços presentes de um sistema paternalista em transição. Em nossa interpretação, as raízes desta cultura assim denominada, estão presentes no processo histórico de constituição da fábrica, principalmente relacionadas à figura de seu fundador. Como descrevemos anteriormente, a residência do fundador sempre se confundiu com a fábrica e sua presença física no espaço da produção, não apenas como patrão, mas também como o mestre, detentor do conhecimento sobre a arte da metalurgia, que reforçaram esta condição. Ainda, outro aspecto que reforça esta característica são as diversas narrativas dos antigos trabalhadores da fábrica que estão presentes em diversos documentos institucionais que enfatizam estas relações de proximidade:

“Ele era um homem muito brincalhão, contador de piadas” (Documento institucional, 2006).

“Quando alguém trabalhava bem, tinha recompensa. Me deu dois fogões” (Documento institucional, 2006).

“Se saísse algo errado, ele dizia naquele instante: ‘Não sabe fazer, me chame’” (Documento institucional, 2006).

“Ele se irritava, mas alguns minutos depois, estava tudo bem. Conhecíamos muito bem o seu estilo e sabíamos que era um homem bom” (Documento institucional, 2006).

Esta noção de calor humano, afinidade, vigilância, recompensa e de admiração, imprimiram a organização do trabalho uma relação de obediência muito própria do sistema de gestão paternalista, onde a história dos próprios trabalhadores confundia-se com a história da fábrica, em convergência às idéias de Perrot (1991) quando analisava que o “nós” substitui o “eles”. Em diversos depoimentos esta relação também perpassa por um discurso em torno do afeto, mais especificamente a uma relação de “amor” e “amizade” pela fábrica e pelos seus proprietários.

Machado (2005), a partir dos estudos de Lopes, traz outra perspectiva para estes laços, a partir do cenário da industrialização brasileira:

“A relação industrial-operário é muito mais ampla que uma simples relação de emprego. Como toda relação pessoal ela também tende a ser total, especialmente numa pequena comunidade. (...) O empregado é uma pessoa, que muitas vezes, os industriais já conheciam desde a infância, bem como a sua família. E também – e nunca deixa de ser visto sob este aspecto – um membro da classe inferior – como se esperam frequentemente demonstrações de deferência e respeito. (...) A clara preocupação da fábrica pelo bem-estar do operário e de sua família, devemos analisar, não é fria e calculada; as formas pelas quais se revela não são

meios de obter fins pré-estabelecidos. Essas atividades não são explicitamente justificadas como maneiras de elevar a eficiência operária ou o seu moral, mas, pelo contrário, pelo menos no início, eram expressão espontânea da relação tradicional de patrão e empregado, subordinação de um lado e obrigação de cuidar dos dependentes dos outros” (MACHADO *apud* LOPES, 2005, p. 59-60).

Outro indício sobre a presença da concepção paternalista enquanto um elemento da cultura presente na fábrica é a relação com a noção de “família”. Para Rago (1997), a imagem de família ao ser utilizada para pensar a fábrica cumpre uma função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a idéia de cooperação harmoniosa entre pessoas identificadas.

No contexto da fábrica, esta relação familiar está presente de duas maneiras distintas. A primeira maneira refere-se à presença da família do fundador no comando da empresa. É interessante perceber neste caso, que em várias narrativas, a chegada do filho ao cargo anteriormente ocupado pelo pai, atribuiu-lhe de modo hereditário as expectativas e as características que anteriormente eram atribuídas ao fundador. Numa segunda maneira, a partir das análises de Perrot (1991), os operários ao se identificarem com a ‘casa’ onde trabalham, também parecem construir laços de natureza familiar, como evidencia a narrativa a seguir:

“... os funcionários mais antigos, que eram amigos do seu [Fulano] e do seu [Beltrano], quando eles falavam da empresa, brilhava o olho, eles ajudavam mais, eles não só faziam o fogão, ajudavam a carregar no caminhão, sabe?” (Entrevista, E3, Grupo A, 2006).

Os traços deste panorama para uma perspectiva em processo de transição para uma cultura denominada “profissional” estão inseridos numa lógica e em diálogo com o contexto de reorganização da produção num âmbito mais global, onde a reestruturação produtiva além de transformar o processo de produção em si, também está alterando a racionalidade da organização e do controle da força de trabalho. Para tanto, esta racionalidade está apoiada num viés discursivo que promove a “participação,” a responsabilidade” e “consciência” como saberes fundamentais e como respostas às demandas do mercado de trabalho. Como produto desta racionalidade, o que se pode perceber é a transformação das relações da classe operária, pulverizando-a por meio de um discurso baseado no indivíduo. Cria-se assim uma porosidade nas relações historicamente consolidadas por uma

argamassa construída pelos embates próprios do binômio capital-trabalho e do mesmo modo, para as características do paternalismo.

As expectativas originadas no bojo do capital, ao apresentarem a acumulação flexível como uma promessa de diminuição da intensificação do trabalho, repetitivo, monótono e fragmentado, associado à gestão participativa, difundida como uma forma de gestão mais democrática, na perspectiva discursiva, mas também com efeitos diretos na fábrica, propagou no imaginário social, a superação da luta de classes entre trabalhadores e os proprietários do capital. Os trabalhadores, que passaram a ser então “colaboradores”, foram chamados a responsabilizarem-se não apenas pelas suas atividades rotineiras, mas também pelo “sucesso” destes empreendimentos.

No caso da fábrica investigada os rumos para uma transição de cultura paternalista para uma cultura profissional, com foco no indivíduo, colaborador e flexível, deram-se por meio de duas ações principais. A primeira referiu-se à retirada dos proprietários do comando da empresa, que passaram a figurar num Conselho Gestor criado para a transição do período. A fábrica passou a ser gerida por profissionais reconhecidos pelo mercado da indústria de linha branca, com vários anos de experiência, principalmente com passagens por conglomerados estrangeiros localizados na região metropolitana de Curitiba e interior de São Paulo. O que se pode verificar é que juntamente com uma mudança nos padrões culturais da empresa, de modo estratégico esta optou pela contratação de profissionais que pudessem agregar à empresa experiências de caráter organizacional e de produção que haviam vivenciado nas empresas concorrentes.

A segunda ação proposta foi a substituição de funcionários mais antigos da empresa, de modo geral, criando um cenário apto a mudanças mais rápidas e numa tentativa de minimizar as possíveis resistências arraigadas à cultura da fábrica. Deste modo, é possível afirmar que mais do que apenas uma mudança nos padrões culturais, estas alterações estão em permanente diálogo com a intenção de um processo de alavancagem tecnológica, no sentido da renovação não apenas do processo de produção, mas também do controle da força de trabalho, que na materialidade foram implementadas a partir de diversos dispositivos, essencialmente voltados à equipamentos de controle direto da produção e indiretamente da organização do trabalho e de programas de qualidade.

3.3.2.2. As alterações no contexto da fábrica

A implementação da reestruturação produtiva de modo mais efetivo na empresa iniciou a partir do processo de transição de uma cultura “paternalista” para uma cultura “profissional”, que se deu principalmente pelo ingresso de novos profissionais em posições estratégicas, admitidos a partir do ano 2000. As narrativas trouxeram consigo uma diversidade de alterações vivenciadas no cotidiano da empresa e que merecem especial análise.

O conjunto narrativo evidenciou que a reestruturação produtiva inicialmente concentrou-se num processo de modernização da maquinaria utilizada na produção, como se observa na narrativa abaixo que reúne alguns elementos mais presentes nos demais depoimentos:

“Eu já pude ver várias mudanças na empresa aí, nesse tempo que eu estou aí, principalmente na área tecnológica mesmo. Logo que eu entrei aí, tinha muita coisa que era feito manual, né. Por exemplo, uma dobradeira, né... você pegar e bater com o martelo... era um processo quase artesanal, né. E isso mudou muito, né. Nós estamos aí com umas dobradeiras aí que só alimenta ela com uma chapa, ela desce, sobe e regula. É coisas que mudaram né, por exemplo, era um serviço bem mais demorado. Hoje com a tecnologia, melhorou umas cinco vezes mais... a rentabilidade do tempo, a qualidade do produto, tudo é melhoria, né” (Entrevista, E10, Grupo B, 2006).

Figura 20: Prensa localizada no setor da estamparia.



Fonte: Foto da autora.

Neste âmbito, é possível tecer alguns comentários sobre as decorrências desta modernização. Num primeiro momento, é importante destacar a substituição de processos manuais até então realizados, por processos manufaturados de modo automático⁵⁶ pelo auxílio da máquina. Percebe-se que no conteúdo mais subjetivo desta narrativa está presente a noção da maquinaria como uma melhoria não apenas para o processo, mas também para a noção de alívio em relação ao trabalho humano.

Marx (1885) no entanto, indica que a utilização cada vez mais ampliada da maquinaria na fábrica não tem como intuito a melhoria das condições de trabalho, mas sim, constitui-se de um meio bastante eficaz para produzir mais valia, à medida em que o desenvolvimento da força produtiva termina por baratear as mercadorias e transformar a noção de tempo para o trabalhador, na medida em que intensifica o

⁵⁶ Sobre os sistemas automáticos, Marx esclarece: “Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, suscetível, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos (1885, p. 434).

próprio trabalho. A maquinaria, portanto, seria elemento essencial na composição da fábrica, enquanto mecanismo que existe independentemente do trabalhador, repercutindo para sua relação estranhada e simbolizada pela dualidade entre o manual e o intelectual no contexto do trabalho.

Esta estrutura que se apóia na maquinaria está na dependência de uma racionalidade das operações realizadas pelos trabalhadores. Deste modo, a organização do processo de trabalho também perpassa por uma fase de adaptação que significa não apenas a redução dos tempos, mas o maior aproveitamento destes somado ao aumento do ritmo constante de trabalho. No contexto da fábrica, estruturada sob os moldes do binômio taylorista-fordista, baseada no trabalho parcelado, fragmentado e repetitivo, a maquinaria trouxe os resultados desejados pela perspectiva do capital. Porém, a postura do trabalhador, na medida em que se torna apenas o operador da máquina-ferramenta, também se torna o operário-massa, cuja atuação repetitiva e monótona atribui um fazer incompleto de sentido.

Uma importante alteração apresentada neste contexto do aperfeiçoamento da maquinaria refere-se à implantação de equipamentos automatizados, como as esteiras:

“A gente começou a automatizar bastante. Automatizar não é assim, uma tecnologia tão grande assim, mas tem algumas coisas. Por exemplo, assim, na linha de montagem: a gente tinha uma forma de montagem que era com roletes em que o pessoal montava só a peça e ia empurrando os fogões em um tablado embaixo, e ia empurrando. Hoje não, é automatizado” (Entrevista, E12, Grupo A, 2006).

São evidentes as transformações no ritmo de trabalho, ao compararmos as situações expostas na narrativa acima. Se em período anterior, o trabalhador estava ainda que indiretamente no controle do seu ritmo de trabalho, na medida em que controlava a velocidade de funcionamento da linha de montagem, a esteira automatizada limita a possibilidade de controlar o movimento. Este cenário indica o aperfeiçoamento do modelo taylorista-fordista, não apenas pela esteira, mas pela esteira associada à tecnologia do movimento controlado pela máquina. Assim, o que se pode perceber é que não há uma relação de superação entre o taylorismo-fordista, mas a sua intensificação. Note-se que nem sempre este processo fora percebido pelo grupo dos trabalhadores, como se pode representar pela narrativa a seguir:

“No tempo que eu estou aqui, eu acho que não mudou muito assim, né. Poucas coisas que foram mudadas, mas que não exigiu grandes mudanças, sempre foi o mesmo ritmo” (Entrevista, E24, Grupo B, 2006).

Ademais, em várias narrativas, a percepção dos trabalhadores em torno da reestruturação da gestão e da maquinaria foi vista de modo benéfico:

“... a máquina veio agregar rentabilidade, por exemplo... com uma solda automática ali das antigas a gente fazia um número x. Hoje, em menos tempo a gente consegue fazer aquilo com sobra de tempo, né. Então, pra empresa isso é importante porque só tem a ganhar. A gente acompanha aí, onde a gente usava x funcionários, hoje é muito menos, diminuiu isso. Hoje na empresa aqui, principalmente na linha de montagem, foi automatizado bastante, bem melhor de trabalhar, reduziu a quantidade de pessoal e produz bem mais” (Entrevista, Grupo B, E25, 2006).

“A gente percebe no dia-a-dia da diretoria, o pessoal da supervisão, buscam trazer o máximo possível do melhor, onde a pessoa está trabalhando na área, trazendo por exemplo novas máquinas, buscando saber qual a melhor forma de trabalhar e assim por diante” (Entrevista, Grupo B, E10, 2006).

A ação mecânica e repetitiva também demandava uma adaptação disciplinar específica que coaduna espaço, tempo e corpo do qual a esteira assume importância simbólica crucial. Tem relação ao corpo na medida em que determina a posição de cada indivíduo numa condição imutável, de modo a representar um espaço analítico e quadriculado. Foucault ilustra esta perspectiva de modo geral:

“Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos “postos” (1975, p. 124).

Em relação ao tempo, a esteira da qual não se pode controlar o movimento, está diretamente associada à noção de aproveitamento do tempo e redução dos tempos mortos presentes no processo produtivo:

“O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. (...) O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma direção; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 1975, p. 129)

Na imagem seguinte, torna-se perceptível a padronização, o esquadramento do espaço e a centralidade admitida pela esteira automatizada:

Figura 21: Linha de montagem em esteira automatizada na Fábrica A.



Fonte: Foto da autora.

Se no contexto da maquinaria estas alterações vieram de modo a aperfeiçoar o modelo taylorista-fordista, outras alterações estiveram relacionadas às experiências advindas do modelo japonês de produção ou toyotista. No Brasil, Hirata (2003) aponta para a transição da década de 1970 e 1980 como o primeiro período de inserção de propostas construídas a partir deste modelo de produção. Todavia, no cenário nacional, a autora enfatiza, que por mais que houvesse grande interesse pela aplicação dos novos processos de organização do trabalho e da produção, de modo geral, a resistência do patronato em abandonar as formas menos democráticas de gestão, principalmente amparadas no sistema de gestão paternalista, para substituí-la por preceitos da gestão participativa, produziram

derivações das iniciativas japonesas “brazilianizadas”, que em muito pouco alteraram as formas de organização do trabalho. Contudo, é preciso cautela ao analisar a concepção de gestão participativa. Se no campo discursivo esta estaria calcada em preceitos de maior participação dos trabalhadores nos processos de gestão, rendimentos e melhoria das condições de trabalho, no plano prático a gestão participativa pautou-se por ampliar de certa forma a autonomia do trabalhador para que este exercesse um acúmulo de funções e a intensificação da expropriação das inovações trazidas ao processo produtivo pelo trabalhador, sem a devida contrapartida.

No caso da fábrica analisada, estas iniciativas foram reproduzidas principalmente a partir de três objetivos: a) a renovação de uma política de controle; b) a reorganização das formas de produção e c) a implantação de programas de qualidade.

Quanto à renovação de uma política de controle, esta fora viabilizada principalmente pela introdução de programas específicos de controle da produção, principalmente por softwares de informatização e processamento de dados.

A renovação de uma política de controle neste panorama, está evidentemente articulada a uma perspectiva histórica acerca da produção e da organização da força de trabalho inserida na sociedade capitalista, que retrata a qualificação de um viés discursivo cujo desejo é o de constantemente mensurar a realidade (CROSBY, 1999).

Mais do que apenas mensurar numericamente a realidade, esta tendência à pantometria⁵⁷ está engendrada numa perspectiva de fiscalizar, de vigiar e de controlar de modo geral as atividades. No contexto da produção capitalista, esta mensuração da realidade, tem sido apropriada pelos discursos atualmente relacionados aos sistemas de informação, de modo a auxiliarem as tomadas de decisões gerenciais concernentes não somente à produção, mas também a organização do trabalho. Contudo, esta mensuração de certa maneira está vinculada à atividade de decompor os processos, as atividades e as tarefas, a fim de buscar evidências ou indícios do “erro” ou de focos de “anomalias”; é preciso também vigiar,

⁵⁷ Pantometria: Panto – tudo; metria – medida. Palavra de origem grega, que é utilizada por Crosby (1999), para simbolizar a quantificação no contexto da sociedade ocidental no período de 1250 a 1600.

legitimamente, posto que a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 1975).

Há deste modo, uma renovação da política de controle na medida em que a presença física do fiscal presente na produção é substituída pela inverificável e eficiente vigilância operacionalizada pelo computador ou pelo próprio trabalhador. Deste modo, a ampliação do poder de decisão do trabalhador ou uma maior autonomia, estaria a trabalhar contra ele, na medida em que ele deveria ser fiscal de si próprio e dos demais trabalhadores. Esta política de controle renovada é condição essencial para a introdução das experiências de reorganização das formas de produção que aconteceram na empresa, no caso a alteração do layout, para a formação de células de produção⁵⁸.

Esta é a célula modelo. Aqui eles anotam se estavam fazendo ginástica laboral, ou o que estava acontecendo de errado que eles não conseguiram chegar até a meta. Aqui se calcula o desempenho da célula, até dar aumento de salário acontece de acordo com a eficiência da célula. Então, antes, essa programação ficava, antes, com o supervisor da área, e agora, quem controla a qualidade é o próprio operador. A experiência do operador aumenta, a comunicação fica mais rápida, mais eficiente, a tomada de decisão fica direto com o operador. A produção em célula aumentou a produtividade em 20%" (Entrevista, E1, Grupo A, 2006).

Na narrativa a seguir, é possível compreender, na perspectiva do trabalhador, como este controle dá-se na prática:

"Trabalhar, isso é o essencial aqui na produção. E não é só isso, tem que abrir os olhos, ter uma visão mais ampla daquilo que está fazendo. Por exemplo: eu trabalho ali e desamasso peças, eu desamasso peças todo o dia, né. Então tem de procurar ficar sabendo porque é que está vindo essa peça amassada" (Entrevista, E 22, Grupo B, 2006).

A produção em células é evidentemente uma das principais inovações produzidas na conjuntura da acumulação flexível por permitir o rompimento dos processos rígidos de produção do modelo taylorista-fordista viabilizando a produção flexível. No entanto, não se pode deixar de analisar na narrativa acima, as questões

⁵⁸ A produção em células consiste na organização das máquinas a partir do fluxo de produção, permitindo uma sensível diminuição do *lead time* das peças e dos estoques intermediários, tendo em vista que a integração entre as várias máquinas de cada célula elimina o tempo que as peças normalmente tem que aguardar nas prateleiras antes de serem usinadas por cada máquina (LEITE, 1994).

inerentes ao fracionamento e o esquadrinhamento do espaço e do tempo como uma técnica de controle, a partir das idéias de Foucault:

“(...) a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios e operações elementares, e por outro lado, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados; cada variável dessa força – vigor, rapidez, habilidade, constância, pode ser observada, portanto, caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela” (1985, 124).

Além da situação inerente à divisão espacial, uma situação que chama a atenção refere-se ao controle do trabalho exercido pelo próprio operador. Para este caso, percebe-se a tendência da atual organização do controle da produção, qual seja, a transferência aos próprios trabalhadores de uma função historicamente patronal, o controle.

Em associação à produção em células, foram implementadas outras ferramentas de controle como o JIT – *Just in time*⁵⁹ e o kanban, como se pode verificar a partir das narrativas abaixo, que comentam sobre os processos de redução do volume de estoques de produtos produzidos e de matérias-primas:

“A nova proposta da direção era de que nós abrissemos a logística e de que ela fosse um processo claro para a empresa, com o controle de estoque, o armazenamento do produto e a distribuição rápida. Era assim a logística que eles queriam. A logística da entrada de materiais e a saída do produto acabado. Aí teve uma redução expressiva do estoque, reduzimos 40% do que tinha estocado. Então foi, veja: nós tínhamos onze depósitos, ficamos com três hoje, um de matéria-prima, um de ação o de aplicação direta é o terceiro. Nós perdíamos muito material na linha de montagem, levavam, deixavam, então não tinha controle” (Entrevista, E21, Grupo A, 2006).

“Então, nós produzimos basicamente aquilo que vendemos. O nosso objetivo é trabalhar com o mínimo de matéria-prima e a nível de produto acabado. Isso é muito grande e te dá fôlego de caixa. Nós diminuimos em um ano, mais de quatro milhões nessa planta, em matéria-prima e produto acabado. Então nós estamos centrados nisso. São coisas simples, mas é o que nos dá um norte, pra companhia. Então o que é que interessa: não adianta produzir por produzir. Então, nós procuramos ter na fábrica a maior flexibilização possível para produzir esses números de vendas. Então se troca de modelos, com 72 horas de programação no máximo. Então, começa também... isso tudo desencadeia uma série de coisas: primeiro que

⁵⁹ De acordo com Silva *apud* Gitahy e Cunha, “o *just-in-time* é um sistema de planejamento e controle da produção (PCP), criado na indústria automobilística japonesa para aumentar a sincronia entre produção e demanda, reduzindo estoques e custos de produção, o que pode ser usado no interior de uma empresa (interno) e/ou entre clientes e fornecedores (externo). O volume de produção é determinado pela demanda da operação seguinte realizada interna ou externamente. O kanban é um sistema de cartões que podem substituir as ordens de fabricação numa produção JIT. A produção e a movimentação das peças são organizadas através de cartões, que contém informações sobre cada peça (nome, código, tamanho do lote, operação onde é utilizada), conforme a necessidade de cada fábrica” (1999, p. 14).

você tem que negociar com o teu fornecedor, para que ele te entregue ou segmente o programa de matéria-prima dele conforme você vende, pra ele também não ter estoque muito alto, ele é obrigado a segmentar isso. Você segmentando a matéria-prima, você reduz o teu estoque, baixa, e você começa a ver uma série de coisas que começam a aparecer no processo, porque estoque alto tanto em produto quanto em processo te levam a esconder coisa que você nem sabe que tem, começam a aparecer problemas no corte da chapa... (Entrevista, E27, Grupo A, 2006).

No contexto da reestruturação produtiva, esta ferramenta tem sido uma estratégia diretamente voltada à redução dos tempos de produção. No caso das narrativas coletadas na fábrica, percebe-se que este processo ocorreu tanto em seu contexto interno quanto num processo de derivação para os fornecedores e clientes externos. Ainda em relação às ocorrências na fábrica, percebe-se que esta ferramenta também fora utilizada de modo a clarear os processos de logística, dentre outros, o que trouxe à tona, algumas anomalias existentes no processo produtivo.

Com a implementação da lógica do *Just in time* ao processo produtivo, o kanban também foi associado, no intuito de garantir uma maior padronização acerca da produção, facilitando estes controles.

“Nós trabalhamos com o sistema kanban. Até a área de corte, na primeira parte do corte, era o MRP⁶⁰, depois é utilizado o kanban. Porque o início do processo é muito dinâmico, então, se faz por MRP, senão você já estava montando e ainda não tinha sido registrado. Só se fizesse um investimento muito grande em código de barras, uma nova tecnologia. Mas kanban atende bem o que a gente precisa hoje (Entrevista, E12, Grupo A, 2006).

“A gente implantou o kanban em todos os setores, alguns parciais, outros estão em fase de aprimoramento, falta fazer alguma coisa ainda, iniciando pela estampa. E até quando se pensava no kanban, se pensava para armazenar, pra não amassar, pensando nos processos, nos lotes, como um todo já. E a gente resolveu fazer o kanban com prateleiras, porque o kanban com cartão, ele é muito complicado de se aplicar. Uma vez já foi até feito, para um diretor da empresa, mas a prateleira facilita bastante aqui. Ela é um pouco menos flexível, mas ela é muito mais fácil de localizar nas prateleiras” (Entrevista, E1, Grupo A, 2006).”

Um aspecto interessante em torno da implantação do processo de kanban no contexto da empresa, foi a resistência dos trabalhadores em assumir o modo de sua operação, na medida em que deviam apropriar-se dos códigos e nomenclatura referentes a cada peça, em detrimento de um conhecimento que a própria experiência lhes agregou. Isto pode ser compreendido a partir da narrativa abaixo,

⁶⁰ MRP é a sigla de *Material Requirement Planning*, que pode ser traduzido por Planejamento de Necessidade de Materiais. A ênfase está na elaboração de um plano de suprimentos de materiais, seja interna ou externamente. Pode determinar o que, quanto e quando comprar ou fabricar um determinado produto (MOREIRA, 2003).

que era cotidianamente relativizada, por meio das observações, quando os trabalhadores usualmente atribuíam às peças utilizadas na produção nomes diversos dos kanbans devidamente padronizados:

“Coisa que tinha muito antes, tinha muito apelido para as peças. Então hoje a gente utiliza o nome e o código da peça no MS que é o programa de gestão da empresa. Então todos os kanbans estão identificados em códigos. Então, se você pegar uma programação, ele vai ter o código para você localizar as peças, hoje todos os funcionários já conhecem as peças, de maneira geral, mas o produto de exportação, que tem uma variedade grande de peças, já consegue pelo código estar identificando as peças” (Entrevista, E1, Grupo A, 2006).

Uma inovação que dialoga diretamente com as estratégias acima, implantadas no contexto da reestruturação produtiva na fábrica é o CCQ – Círculo de Controle de Qualidade.

“O CCQ surgiu na verdade, por uma indicação da WEG. Então a empresa WEG, a gente tem uma parceria grande com eles, e eles comentavam a experiência que eles tinham lá, e aí a gente foi pra lá, fez uma visita na produção, do trabalho da WEG e a idéia é muito boa, então a gente resolveu implementar aqui na empresa” (Entrevista, E6, Grupo A, 2006).

“O que seria o CCQ então? É um programa que ele dá a liberdade para o funcionário se expressar, dele colocar o seu ponto de vista e de ele estar melhorando o ambiente do seu trabalho, do seu setor, Com isso, a gente já conseguiu resultados, tanto de redução de custo para a empresa, de melhoria do ambiente do setor e para o funcionário” (Entrevista, E20, Grupo A, 2006).

Diante de uma diversidade de inovações que rapidamente eram introduzidas no contexto da fábrica, as resistências com a mesma velocidade ganhavam espaço e materialidade, principalmente representadas por índices elevados de rotatividade e ausências freqüentes ao trabalho. Algumas narrativas ilustram este panorama:

“A equipe ali é muito experiente, tem um conhecimento muito forte no que faz, mas é aquela dificuldade de se adaptar e assumir essa outra forma de trabalhar. Então, antes tinham uma forma informal, né, estava baseada em controles visuais praticamente, de conhecimento eu acho, né, que passamos para uma programação mais fechada, bem objetiva e o pessoal estava com dificuldade nisso aí. Não tinha confiança, amparo, então eles relutavam em trabalhar dessa forma. Eu gosto muito da parte da liderança, do pessoal, desse convívio com eles, e a gente está conseguindo, acho que devagarzinho vai construir um resultado bom, né. Tanto na área de atender a demanda, né. A nova produção para ser bem específica é enfocada na necessidade e também na qualidade, outros programas em paralelo que a gente tá conseguindo trabalhar e trazer pessoal também pra essa mudança de hábito” (Entrevista, E22, Grupo A, 2006).

“Você pode ter a melhor das tecnologias, ter a melhor linha de trabalho e tal, mas se as pessoas não quiserem fazer, elas não fazem. Então, essa é uma questão de cultura. (...) Quando eu entrei aqui, há 12 anos atrás, o pessoal meio que aceitava não resistindo: “Mas

tudo bem, vamos fazer, mas não é o que a gente quer. Então fazia com uma má vontade, já não saía bem feito o trabalho e assim por diante. Eles mesmos... a gente tinha um índice de acidente bem maior e isso tem várias coisas que influenciam. Tem essa questão de cultura de não aceitar as coisas, do ambiente de trabalho e eu vejo que hoje mudou, mudou bastante, porque assim, se eles não estão contentes, eles vão parar e perguntar: “a gente não está entendendo”, ou “a gente não aceita dessa forma”, e aí a gente tem que sentar e conversar. É uma negociação maior. Isso eu vejo que mudou bastante aberto nisso, a gente não tem nenhum problema do pessoal de se reunir, vir até aqui na sala, ou chamar a gente lá e dizer: “a gente não está gostando” (Entrevista, E12, Grupo A, 2006).

“Percebemos que há uma resistência em relação ao novo, sendo natural do ser humano. Toda mudança gera conflitos. Muitas vezes encontramos pessoas que são do contra, sem ao menos analisar, ou argumentar se a mudança vai trazer conseqüências positivas ou negativas. Justifica-se dessa forma, buscarmos profissionais, que possuam flexibilidade e facilidade de adaptação a mudanças” (Entrevista, E11, Grupo A, 2006).

É interessante entender como Thompson compreende este processo de resistência a partir da plebe, e das possibilidades de traçarmos convergências ou permanências de sua análise no contexto analisado na pesquisa:

“A cultura conservadora da plebe que sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os costumes, a disciplina de trabalho, os ‘livres’ mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, que os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico social/neutro e sem normas (modernização/racionalização), mas sim a inovação do processo capitalista” (1998, p. 19).

Esta resistência estaria demandando para os gestores, uma nova gestão das relações humanas no sentido de inculcar uma política de valorização para determinados comportamentos, ou competências atitudinais para os trabalhadores. Exemplo desta política é o sistema de contratação utilizado pela empresa, denominado de Sistema CHAT, baseado em três pilares: competência, habilidade e atitude. Também na perspectiva dos trabalhadores, as questões comportamentais são suscitadas em diversas narrativas:

“...eu acho que tem que ter esse sangue correndo nas veias, independente de hoje eu estar aqui, amanhã em outro lugar, mas buscar e sempre aprender com cada coisa nova, sempre ter entusiasmo, querer aprender mais, ouvir bastante as pessoas, respeitar e ser bastante ético, né. Porque é realmente fazendo parcerias, estar levantando o braço, pedindo ajuda, se não sei, porque quero aprender. Buscar encarar cada desafio como uma coisa única na vida” (Entrevista, E32, Grupo B, 2006).

“O mercado de trabalho quer nós sejamos íntegros, né. Aquilo que nós ganhamos, para poder fornecer um bom produto para eles, porque eles precisam da melhor qualidade para

poder manter o padrão deles, né. Então eles contam com a integridade da gente, né” (Entrevista, E18, Grupo B, 2006).

Estas narrativas são uma boa representação para as constatações de Invernizzi que aponta que diversos setores indicam a relevância de certas atitudes pessoais e comportamentais como a “responsabilidade, envolvimento, cooperação, disponibilidade, confiabilidade, iniciativa e facilidade de adaptação ao trabalho em grupo” (2000b, p. 10). Assim, estas atitudes estariam se tornando tão relevantes quanto as habilidades técnicas para o desenvolvimento do trabalho.

CAPÍTULO IV

MANIFESTAÇÕES DO SABER E DO PODER MEDIADAS PELA TECNOLOGIA



A vida é um saque
Que se faz no espaço
Entre um tic e um tac.

Millôr Fernandes

4. MANIFESTAÇÕES DO SABER E DO PODER MEDIADAS PELA TECNOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo, apresentar algumas manifestações das relações entre o saber e o poder mediadas pela tecnologia que foram consideradas mais evidentes no decorrer da pesquisa. Neste sentido, três aspectos são os que mais chamaram atenção durante a pesquisa de campo. O primeiro aspecto é evidenciado nas trajetórias pessoais dos sujeitos de pesquisa, qual seja a grande ocorrência de trabalhadores de origem rural no contexto fabril pesquisado; o segundo aspecto refere-se às alterações relacionadas ao trabalho feminino no contexto das fábricas nos últimos anos, e por fim, a organização do trabalho em torno da relação tempo-espço. A partir destes aspectos buscou-se analisar como são estabelecidas algumas relações entres saberes e poderes no contexto das fábricas.

4.1. OS TRABALHADORES RURAIS NA FÁBRICA: MAS SEM ABANDONAR O CAMPO

Quando questionados sobre suas trajetórias pessoais e profissionais, uma grande ocorrência de relatos indicou a presença, em ambas as fábricas, de trabalhadores de origem rural, localizados principalmente entre os membros do Grupo B - grupo dos trabalhadores inseridos em setores diretamente ligados à produção. Deste grupo, composto por 17 entrevistados, 11 tinham origem no meio rural.

No entanto, é importante esclarecer as relações destes sujeitos de pesquisa com o campo. Alguns entrevistados, especialmente os mais jovens, são filhos de pequenos produtores rurais e as primeiras experiências com o trabalho foram na propriedade familiar, no cultivo das lavouras. Diversos entrevistados ainda residem na propriedade rural, junto aos pais, enquanto outros se mudaram para o meio urbano. Uma segunda situação refere-se aos trabalhadores de maior idade, que são proprietários de pequenas propriedades rurais e empregados nas fábricas estudadas. Estes trabalhadores ainda residem nas suas propriedades, mantendo-as produtivas principalmente com a mão-de-obra familiar das mulheres e dos filhos. A justificativa que surge de modo recorrente entre os trabalhadores com estas

características é que a pequena propriedade é inviável economicamente, demandando uma fonte de renda complementar para a sustentabilidade da família. Diante deste panorama, dois processos de inserção destes trabalhadores nas fábricas surgem de modo distinto. Num primeiro, o que se percebe é que são trabalhadores de origem no campo, mas que possuem pequenas propriedades, e que continuam a desempenhar as atividades do cotidiano rural, com pequenas plantações e criação de animais, cuja mão de obra é exclusivamente familiar. Uma segunda trajetória é formada por jovens de origem no campo, filhos de pequenos proprietários familiares rurais. Os depoimentos abaixo, exemplificam esta realidade:

“Eu trabalhava na roça e a gente veio pra cidade, para a indústria. E é uma visão assim que o pessoal que trabalhava na lavoura e que vem para a indústria é aquele funcionário que trabalha melhor, acostumado a carpir e tal, no interior... o pessoal da cidade é mais acomodado um pouquinho. Porque para se manter na lavoura hoje, você tem de ser um produtor grande, se não você não tem como competir com os maiores e uma das saídas é estar vindo para as indústrias, é um modo de sobreviver melhor assim” (Entrevista, E9, grupo B, 2006).

“Eu acho mudou tudo, porque antes eu trabalhava com meu pai no interior, né, na lavoura. E é tudo diferente. Eu acho que lá, o melhor é o sossego, lá por exemplo, você não precisa cumprir horários... e o bom daqui é que você tem um convívio com o pessoal, bastante gente, que lá é só a família, né. Mudou alguma coisa, né, porque a gente é mais reconhecido, por exemplo: o meu supervisor sabe que estou fazendo faculdade, se precisar de alguma coisa, ele vem e pede pra mim o que ele precisa” (Entrevista, E7, Grupo B, 2006)

Estas duas trajetórias denotam interesses diversos neste processo de migração do trabalho rural para o trabalho industrial. Há indicações nas narrativas de que os interesses principais dos trabalhadores que possuem pequenas propriedades rurais é a de buscar meios alternativos de manutenção da propriedade, de modo a utilizar-se do trabalho na indústria como uma complementação de renda. Enquanto a mulher e os filhos realizam as atividades diárias da propriedade, principalmente o marido dedica-se a um emprego nas fábricas.

De acordo com Schneider (2003) esta situação dialoga com as tendências atuais da agricultura familiar rural, no sentido de buscarem formas alternativas ou pluriatividades como forma de resistência e permanência no campo, em setores diversos da economia, também na forma das ocupações não-agrícolas. Em relação ao papel desempenhado pelos jovens neste contexto, as evidências apontam para a migração do trabalho rural para o trabalho na indústria apoiada numa perspectiva da

busca da formação escolar e de uma percepção de poucas possibilidades de futuro no campo.

Contudo, além destes interesses é importante destacar que a posição geográfica das fábricas, principalmente da fábrica A, localizada entre os perímetros rurais dos municípios de Pato Branco, incluindo o Distrito de Nova Espero, e de Coronel Vivida, e por outro lado, da fábrica B, também nas limitações entre o perímetro rural do município de Pato Branco, é fator preponderante para a configuração desta migração. Esta configuração impôs a empresa disponibilizar inclusive, linhas de ônibus para o transporte dos funcionários que percorrem as estradas rurais, buscando-os nas propriedades em que residem. Ademais, como anteriormente caracterizou-se a região Sudoeste do Paraná, na qual estão inseridas as fábricas, possui um perfil sócio-econômico voltado para a agricultura e pecuária, principalmente representado pela pequena propriedade familiar rural que são determinantes na formação de uma força de trabalho com características de interesse para a indústria.

Neste sentido, em várias situações, em ambas as fábricas o perfil do trabalhador de origem rural é comparado ao perfil do trabalhador urbano. A partir das percepções dos gestores, o trabalhador rural tem na maior parte das vezes, uma escolaridade baixa, mas é mais “dedicado” ao trabalho, tem menor sofrimento físico, por estar mais acostumado ao trabalho braçal e menor resistência aos processos de mudança na empresa. Em contraponto, o trabalhador urbano, na percepção dos gestores tem uma escolaridade maior, mas é menos “dedicado” ao trabalho, além de não adaptar-se tão facilmente aos trabalhos mais braçais, que demandem maior força física. Além disso, o trabalhador urbano é visto como mais resistente às mudanças quotidianas da empresa por demitir-se mais facilmente do emprego diante da maior facilidade de encontrar novos postos de trabalho na cidade.

Assim, uma situação importante a ser analisada, presente em ambas as fábricas, é o que diz respeito ao rendimento e ao perfil comportamental do trabalhador de origem rural sugerido na maior parte das narrativas. De modo geral, o viés discursivo caracterizou-os como trabalhadores de alto rendimento e que imporiam menor resistência aos processos de flexibilização e reestruturação da produção:

“Na nossa região, essencialmente agrícola, a empresa desse porte, no meio da agricultura aqui, certamente atraem pessoas da volta e que tem o seu plantio lá. (...) Hoje, as pessoas preferem ir pra cidade, morar numa vila, numa favela lá, subempregos e deixar sua lavoura devido às políticas, o clima, enfim, vários fatores. Ele tem uma facilidade, primeiramente com os treinamentos, até pegar o processo de fabricação, devido a ser diferente do trabalho braçal, forte, né. Aqui é mais contínuo, mais repetitivo, né, tem toda uma adaptação, mais se adaptam bem, e o que vale é a força de vontade, de querer trabalhar” (Entrevista, E21, Grupo A, 2006).

“Essas outras pessoas que saem do interior, da agricultura, pessoa jovem, elas, quem contrata já percebe de cara que estão cheios de vontade, se adaptam muito fácil. São pessoas assim que estão dispostas a estudar, a crescer e a aprender. Elas não tem, não impõem barreiras. Então, se já concluíram o segundo grau, já tem o objetivo de cursar uma faculdade. Então, o emprego, saindo do interior, ali, da agricultura, é apenas forma de que elas estão buscando para se aperfeiçoar, para melhorar (...). Talvez é uma questão familiar. Na cidade, é um pouco mais fácil. Ela sabe que se ela não gostar, ela: “saio e vou buscar outra coisa, eu moro na cidade”. Tem acesso fácil, em outra oportunidade. A pessoa do interior talvez passe por isso, ela se comprometa, tem um comprometimento bem maior, com essa oportunidade” (Entrevista, E22, Grupo A, 2006).

“Devido à localização, a empresa possui vários colaboradores, que residiam ou residem até o momento em propriedades rurais. A maioria destes colaboradores não apresentam problemas de adaptações nas funções. Aqueles que não se adaptaram deve-se principalmente a questão do horário fixo e do local de trabalho fechado, bem diferente das atividades na agricultura. Por outro lado, a maioria das pessoas são trabalhadoras, batalhadoras. Dificilmente faltam ao trabalho. Às vezes conseguem ainda conciliar com o trabalho na sua pequena propriedade. O grau de instrução é muito baixo. Percebi nos últimos processos de seleção, para vagas operacionais, o aumento dos candidatos com origem na agricultura, e todos relatavam que o motivo de buscarem o trabalho em indústria era a crise econômica que estavam enfrentando. Alguns inclusive já tinham perdido suas propriedades e continuavam endividados. Quando os candidatos são jovens é bem mais fácil de se adaptar, treinar, etc... mesmo sendo a primeira experiência na indústria” (Entrevista, E11, Grupo A, 2006).

A partir das narrativas acima, é importante estabelecer, ainda que com brevidade, algumas relações com a perspectiva histórica de análise do trabalho e do trabalhador rural. Num primeiro momento, o que é flagrante no contexto discursivo que atravessa as fábricas é a docilidade do trabalhador de origem rural, evidenciada por sua “fácil” adaptabilidade ao sistema de fábrica. Neste sentido, é importante compreender como esta construção em torno do trabalhador rural fora construída e de como a perspectiva discursiva incumbiu-se de desqualificá-lo além de tentar torná-lo controlável no contexto do capital⁶¹.

⁶¹ Para tanto, cumpre partir de uma definição de rural, para que esta perspectiva histórica possa ser compreendida. Deve-se entender o rural, além do agrário, ou seja, da economia agrícola, envolvendo cinco dimensões essenciais: uma espacial; uma ambiental; uma demográfica; uma cultural e uma econômica (VERDE, 2004). Peliano (1990) talvez indique um ponto de partida mais seguro para a abordagem que se pretende. Este processo de caracterização do trabalhador rural, ainda que na perspectiva histórico-discursiva, está relacionado às transformações do trabalho, a partir de sua

Neste enfoque, o papel da cidade assume importância crucial, para a produção, reprodução e circulação do capital, emergindo uma tendência à desvalorização do espaço rural, principalmente pelas contradições estabelecidas entre homem, natureza e capital. No contexto das fábricas analisadas, esta perspectiva é denotada em relação aos gestores quando interpretam o campo, ou mais especificamente o trabalhador rural como um sujeito de baixa escolaridade associado ao trabalho braçal e de pouca aplicação tecnológica neste meio. Interpretando estas noções, o que se pode analisar é que o contexto rural tem sido desvalorizado em relação aos saberes historicamente produzidos e difundidos pelas características da propriedade familiar rural, principalmente no que diz respeito ao saber dos trabalhadores rurais. Nota-se que no contexto pesquisado, esta conjuntura exerce importante influência sobre os mais jovens, na medida em que alguns entrevistados demonstram uma certa curiosidade e admiração em torno da empresa, de conhecer uma empresa ou de trabalhar numa empresa. Todavia, é importante compreender historicamente, como este processo dicotomizado entre urbano e rural fora necessário para a construção de uma lógica capitalista.

No espaço rural a “evolução social” de emancipação do ser humano em relação à natureza ocorre de modo diverso ao contexto urbano, na medida em que o produtor utiliza-se da terra como seu laboratório natural; como proprietário das condições e do produto de seu trabalho, como explica Peliano:

“a constituição do capital, enquanto relação de apropriação privada do meios de produção, vem a ter seu curso de manifestação e desenvolvimento concretos a partir da separação entre cidade e campo, momento em que a divisão social do trabalho estabelece, de início, que a produção se torna uma propriedade ela mesma, não mais uma fonte comum de propriedade” (1990, p. 26).

Esta relação em torno da propriedade é salutar para a condição de existência do trabalho assalariado, pressuposto para a existência do capital. Deste modo, o trabalho assalariado, a circulação da mercadoria e do dinheiro estão diretamente

divisão social, qual seja, a divisão do trabalho em trabalho industrial, comercial e agrícola. Esta divisão foi determinante na fundação das noções de atividades rurais e urbanas, que fundaram também os contornos, distinções e oposições para esta situação em diálogo com o capital.

vinculados à constituição de um mercado de trabalho urbano⁶², que pôde emergir somente com a dissolução original com a terra⁶³.

“A dissolução da relação original com a terra, a transformação da estrutura rural anterior, juntamente com o desenvolvimento da divisão social da produção, estabelece as condições sociais necessárias para a formação do mercado de trabalho urbano. (...) A economia mercantil, portanto, começa a ter relações de pleno funcionamento à medida que, junto com seus pressupostos materiais (o comércio e o crédito) em expansão, se adicionam os pressupostos sociais, os trabalhadores com seus instrumentos de trabalho. A propriedade dos instrumentos de trabalho substitui a propriedade da terra e se torna forma predominante de realização do trabalho” (PELIANO, 1990, p. 29).

Mais do que isso, este complexo processo composto de uma multiplicidade de elementos foram essenciais num processo histórico de desqualificação do universo rural, que interferiram de modo direto no imaginário social, principalmente utilizando-se das manifestações sociais, culturais, políticas e econômicas para tal. Hobsbawn ilustra esta perspectiva a partir das pequenas cidades de província que se consolidavam em 1789⁶⁴.

Para o autor, o camponês típico “era um servo, que dedicava uma enorme parte da semana ao trabalho forçado na terra do senhor ou o equivalente em outras obrigações. Sua falta de liberdade era tão grande que mal se poderia distingui-la da escravidão (HOBSBAWN, 1994, p. 30). Deste modo, o imaginário social fora povoado por símbolos de um universo rural lerdo, apático e ignorante. No entanto,

⁶² Para Peliano (1990) a dissolução da estrutura rural anteriormente existente contribuiu para assegurar as condições de um mercado de trabalho urbano, a partir do momento em que tal dissolução também auxiliou no processo de produção de valores de troca mais do que valores de uso.

⁶³ Peliano esclarece as condições de formação deste mercado de trabalho urbano no contexto da transição pré-capitalista: “De início, entretanto, o mercado de trabalho urbano se caracteriza pela mobilização das forças produtivas artesanais provenientes da estrutura rural circundante. Por certo, não poderia ser de outra forma, dado que a divisão social do trabalho não tinha sido ainda suficientemente aprofundada para que a especialização de ofícios atingisse níveis e escalas de produção mais discriminantes. Neste termos, a produtividade do trabalho se mantinha igualmente reduzida” (1990, p. 30-31).

⁶⁴ Mesmos os habitantes urbanos que tinham a mesma religião e nacionalidade dos camponeses ao redor tinham uma aparência distinta: vestiam roupas diferentes e eram de fato mais altos (exceto no caso da população explorada que trabalhava nas fábricas ou dentro de casa), embora talvez fossem igualmente magros. Tinham provavelmente um raciocínio mais rápido e eram mais letrados, e certamente se orgulhavam disso. Ainda assim, em seu modo de vida, eram tão ignorantes sobre o que se passava fora do seu distrito, quase tão embotados, quanto os habitantes da aldeia (1994, p. 28).

esta apatia para Thompson é fruto de uma criação ideológica iniciada na Revolução Industrial, inserida no contexto das tensões capitalistas:

“(...)a Revolução Industrial, que removeu do campo algumas das suas atividades típicas, destruindo o equilíbrio entre a vida urbana e rural, criou também uma falsa imagem de isolamento e “idiotismo” rural. Na realidade, a cultura urbana na Inglaterra, durante o século XVIII, era mais “rural” (na sua conotação usual), e a cultura rural, mais rica do que frequentemente se supõe. ‘É um grande equívoco imaginar’, insistia Cobett, ‘que o povo se torna mais estúpido por viver no mesmo lugar’. A maioria das novas cidades industriais não deslocou o campo, mas cresceu sobre ele” (THOMPSON, 1987, p. 296).

Neste sentido, é possível verificar que no contexto do Sudoeste do Paraná, região onde estão localizadas as fábricas esta apatia não é fidedigna aos processos históricos de luta pela terra e pela melhoria das condições de vida da população rural. No caso das fábricas investigadas, estes processos de resistência dos trabalhadores de origem rural se manifestam fortemente no cotidiano, principalmente pela recusa na aceitação de uma racionalidade produtiva que suprime as possibilidades de pensar a execução das atividades e onde é imperativa a disciplina do tempo e do espaço. Contudo, o “salário fixo” é um indício que surge de modo recorrente nas narrativas como o principal motivo para a continuidade no emprego industrial:

“Na agricultura possui a vantagem de que você não tem horário para cumprir, o teu horário, você mesmo faz. Estando lá, você vai ter que saber o que fazer. Dentro da indústria, as pessoas vão te indicar o que fazer. Essa é uma diferença Mas aqui tem verba que eu ganho, o salário fixo, que todo o mês você sabe que você ganha. Na agricultura, é lá quando tem safra ou quando você consegue vender outro mantimento ou coisa assim” (Entrevista, E7, Grupo B, 2006).

Outra manifestação latente em relação aos trabalhadores de origem rural no contexto das fábricas investigadas refere-se ao abandono do trabalho na indústria, diante de possibilidades de trabalho no meio rural. Ambas as fábricas exemplificam esta situação representada pelos períodos de safra. Neste sentido, duas situações se destacam: a primeira refere-se às concessões que as fábricas precisam submeter-se, ou seja, ainda que os trabalhadores abandonem os empregos a cada safra, as fábricas voltam a admiti-los e muitas vezes, tendo em vista que julgam mais econômico contratar funcionários que já receberam treinamentos e que tem um bom rendimento a contratar novos funcionários que requeiram um período maior de treinamento. Uma segunda situação pode ser interpretada de modo a configurar um

processo de resistência por parte dos trabalhadores que abandonam os empregos para trabalharem na colheita das safras de suas propriedades ou como trabalhadores rurais em outras propriedades.

“Aí, o que é que acontece: vem o agricultor, que é uma pessoa que trabalha muito bem, só que na hora que começa a safra, na agricultura ele quer sair da empresa pra voltar pro campo pra trabalhar lá e daí quando termina ele quer voltar. Então, hoje a gente tem tomado um certo cuidado em relação a isso, tem se contratado mais pessoas que morem na cidade pra evitar esse entra e sai, essa rotatividade dentro da empresa” (Entrevista, E6, Grupo A, 2006).

Mais do que apenas o retorno para a colheita em suas propriedades, algumas narrativas demonstraram a preferência pelo trabalho no campo, inclusive na condição de trabalhos temporários, para um empregador rural, por exemplo, durante as colheitas nas lavouras de maçã, nos municípios produtores da região. Thompson, em suas análises caracteriza este costume com uma das inegáveis manifestações de resistência do trabalhador rural à lógica capitalista de produção. No contexto percebido nas fábricas, ainda que em períodos históricos bastante diversos, pode-se notar algumas permanências:

“O tecelão que possuía uma pequena propriedade era conhecido pelo hábito de abandonar seu trabalho ante qualquer emergência na lavoura. A maioria dos trabalhadores no século XVIII deixava com satisfação o seu emprego por um mês de trabalho na colheita. Muitos operários adultos das primeiras tecelagens tinham ‘hábitos errantes e negligentes, e raramente permaneciam por muito tempo num mesmo estabelecimento’” (1987, p. 235).

Uma relação que se pode estabelecer neste contexto é a situação temporal envolvida. O tempo do campo e o tempo da cidade tendem a ser medidos de modo distinto, onde a cidade encontra-se numa lógica muito mais aproximada do movimento da máquina e da produção, enquanto que no campo estas aproximações dão-se em relação à natureza. Se no contexto da fábrica, o tempo, abstrato, é o tempo do relógio e do número de produção de peças ou produtos (um tempo que se gasta), no campo, é a concretude do plantio, do tempo de crescimento, da safra, da chuva e do sol (um tempo que se vive) que determinam os dias.

Sem dúvida, esse descaso com o tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, no qual as tarefas diárias, que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão, parecem se desenvolver, pela

lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador. (...) O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo na comunidade em que a orientação é pelas tarefas, é comum parecer haver pouca separação entre o trabalho e a vida. As relações sociais de trabalho são misturadas a tarefa – e não há grande senso de conflito em “passar o dia” (THOMPSON, 1998, p. 271-272).

Esta perspectiva, para Thompson está relacionada a uma situação de resistência histórica do campesinato à disciplina do trabalho imposta pelo modo capitalista de produção:

“(...) o camponês, o trabalhador rural nas vilas não-cercadas e até mesmo o artesão urbano ou o aprendiz não calculavam a remuneração do trabalho exclusivamente em termos monetários, e rebelavam-se contra a idéia do trabalho disciplinado, semana após semana. No modo de vida descrito por Weber (de maneira insatisfatória) como “tradicionalista”, os ‘homens não tem a aspiração natural de ganharem cada vez mais; ao contrário, desejam simplesmente viver como estão acostumados e ganhar o necessário à realização deste propósito’. Mesmo os pagamentos por peça e outros incentivos perdem parte de sua eficácia se não houver coerção interna: depois de ganhar o que julga suficiente, o camponês abandona a indústria e retorna a sua vila, e o artesão cai na bebedeira (1987, p. 233-234)

Em síntese, no caso das fábricas analisadas, o que se pode interpretar acerca dos trabalhadores de origem rural que rumaram para a indústria é primeiramente, a desconstrução de uma imagem desprovida de resistência, mas ao contrário, a busca de outras alternativas para a manutenção de uma estrutura econômica, social, cultural e ambiental historicamente consolidada. Todavia, num segundo plano, a perspectiva de jovens que têm abandonado as atividades no campo pelas atividades na indústria tendem a evidenciar uma situação de inculcamento acerca do imaginário social, onde o campo “atrasado” é a oposição ao “moderno” – a indústria e a cidade.

4.2. AS ALTERAÇÕES NO TRABALHO FEMININO NAS FÁBRICAS

As alterações no trabalho feminino nas fábricas podem ser analisadas, inseridas e em diálogo com as perspectivas de gênero. Adotamos por gênero, a definição estabelecida por Hirata, qual seja, “uma construção social, cultural e histórica do masculino e do feminino” (2003, p. 148). Além disso, as relações de gênero no contexto da sociedade, de modo histórico tem sido representadas num feixe de relações de poder, de jogos de verdade e de constituição e transformação de saberes.

Gênero, frequentemente é tomado como um elemento constituído e constituinte das relações sociais e que está baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, implicando numa relação simbólica que está inter-relacionada por quatro elementos:

- “a) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações que, com frequência, são contraditórias;
- b) os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos que tentando limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino;
- c) a noção de fixidez e a natureza do debate ou da representação que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária do gênero. Essa discussão deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social;
- d) a identidade subjetiva que coloca a necessidade de examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SILVA *apud* SCOTT, 2005, p. 8).

É também a partir destas inter-relações que a divisão sexual do trabalho tende a dicotomizar as atividades em atribuições caracterizadas por femininas ou masculinas, produzidas, reproduzidas e resistidas no contexto da produção. Para SILVA (2005) isto perpassa pela construção de identidades sociais masculinas e femininas em consonância com o que se espera de cada um dos sexos no contexto que se inserem.

Todavia é importante também, compreender o discurso sexista da divisão social do trabalho inserido nas bases da classe operária. Rago (1997) ao tratar dos ideais da cidade disciplinadora, que se pretendia no contexto da República Velha (1890-1930) já apresentava o discurso operário como essencialmente masculino, caracterizando a mulher como o sexo frágil, físico e moralmente, numa atitude paternalista de proteção:

“O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar”, o movimento operário obstaculizou sua participação *[da mulher]* nas entidades de classe, nos sindicatos e nos próprios espaços de produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade” (RAGO, 1997, p. 63-64).

Este contexto para Foucault, estaria inserido numa espécie de proliferação discursiva, cujo papel da mulher no âmbito social, seria a maternidade e a consolidação de uma estrutura familiar disciplinada e disciplinadora. Neste sentido, um dos principais discursos referentes à mulher fora o processo de medicalização do seu corpo, que fora histericizado, recoberto de sexualidade e sob a vigilância e exame do médico (FOUCAULT, 1984). A partir das idéias de Foucault, Araújo esclarece as decorrências deste discurso:

“(...) a comunidade entre o homem e a mulher, não advém da relação dual e mútua, mas é medida pelo fim comum que é a manutenção e o crescimento da casa, ele produzindo fora e ela distribuindo e conservando dentro da casa. A virtude doméstica reside em que cada um cumpra seu papel. O recato, a simplicidade e o autodomínio são virtudes femininas. (...) A fidelidade relaciona-se à obediência, à dissimetria que há na relação conjugal: a fidelidade masculina é fruto do uso livre e moderado do prazer. Já a mulher deve ser fiel por estar sob o comando do esposo. O autodomínio conduz à moderação e à temperança dos outros” (2001, p. 135).

No entanto, Antunes (1997) ao comentar sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, evidencia a crescente participação das mulheres na formação da classe trabalhadora. Para o autor, as últimas décadas foram representativas no sentido da conquista de novos ramos pelas mulheres, como a indústria microeletrônica e o setor de serviços. Porém, face à divisão sexual do trabalho este espaço teve como custo a intensificação da exploração da força de trabalho das mulheres, por meio da precarização do trabalho, representado pela ocupação em tempo parcial e em trabalhos domésticos. Na tabela a seguir, pode-se acompanhar este crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho:

TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO BRASIL, POR SEXO (1985 A 2003).

	SEXO	1985		1990		1995		2003	
		N	%	N	%	N	%	N	%
PEA (N em milhões de pessoas)	Masculino	36.6	66.5	41.6	64.5	44.2	59.6	50.3	57.3
	Feminino	18.4	33.5	22.9	35.5	30.0	40.4	37.5	42.7
	Total	55.0	100	64.5	100	74.2	100	87.8	100

Fonte: SILVA *apud* BRUSCHINI (2005, p. 21).

Introduzir a discussão de gênero no contexto do estudo tornou-se fundamental na medida em que as observações no cotidiano das fábricas e nas narrativas apresentaram indícios de um forte processo de alteração na organização do trabalho feminino em ambas as empresas, porém de modos distintos.

No caso da Fábrica A (de fogões a gás), em períodos anteriores, a participação de mulheres na composição da força de trabalho era bastante representativa, principalmente alocadas na linha de montagem e serigrafia, mas em ritmo decrescente nos últimos anos.

Já no caso da Fábrica B, que em períodos anteriores não possuíam nenhum posto de trabalho junto à produção pertencente às mulheres, por recomendação de profissionais da Fábrica A, que já haviam trabalhado em outras empresas do setor de linha branca, passaram a contratar mulheres exclusivamente para trabalhos de limpeza e inspeção do produto final, alocadas no fim da linha de montagem. É o que se pode constatar do depoimento abaixo:

“Agora tem três mulheres. As três estão limpando o fogão. Veja bem: o pessoal que já tinha trabalhado na Eletrolux e nas outras empresas nos passavam que pra trabalhar em áreas que exigissem bastante atenção a detalhes, a mulher é mais detalhista né, pra esse tipo de coisa. É melhor ter uma pessoa, uma mulher, porque ela vai dar atenção maior” (Entrevista, E33, Grupo A, 2006).

Ainda que a primeira vista, este crescimento da participação feminina na mão-de-obra da fábrica analisada seja pequeno, não se pode considerá-lo insignificante. Neste sentido, o ingresso de mulheres em determinadas atividades que anteriormente eram realizadas por homens, mesmo em setores de limpeza e inspeção foram importantes no sentido de valorizar saberes considerados femininos em relação ao processo produtivo industrial. Associados as políticas de controle de qualidade implementadas na fábrica, as habilidades femininas tornaram-se condição para a contratação em determinados postos de trabalho.

Esta perspectiva em torno do trabalho feminino no contexto da fábrica analisada, inevitavelmente traz à tona a discussão em torno da divisão sexual do trabalho. O que se percebe no contexto das fábricas é a alocação das mulheres em funções voltadas principalmente para o atendimento a clientes, inspeção e limpeza dos produtos. Todavia, inicialmente é preciso esclarecer que qualquer abordagem

em torno da divisão sexual do trabalho no contexto fabril deve extrapolar a noção de empresa, como recomenda Hirata (1994). Para a autora a unidade categorial “empresa” deve ser “explodida”, posto que as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessam o conjunto da sociedade. Isto também pode ser localizado na fala acima, quando o entrevistado enfatiza o trabalho da mulher na limpeza do fogão. Isto evidentemente remete à relação entre a mulher e o trabalho doméstico, historicamente construído sob a noção da relação de serviço.

No contexto da divisão sexual do trabalho, as fábricas analisadas apresentam indicativos semelhantes com as pesquisas mais recentes realizadas sobre o trabalho feminino na fábrica. De acordo com estudos de Hirata (1994) o trabalho feminino no contexto fabril está organizado em diálogo com as relações entre técnicas e os equipamentos utilizados no processo produtivo. Neste aspecto, geralmente as tarefas femininas são predominantemente manuais; a destreza e a rapidez das mulheres é razão para a sua utilização nas linhas de montagens ou ainda, a modernização dos equipamentos tende a excluir as mulheres de sua utilização, ao passo que se tratando de maquinaria mais comuns a mão-de-obra utilizada é feminina.

Uma aproximação possível entre os diversos depoimentos acima citados se refere as habilidades das trabalhadoras nas atividades que exijam um maior cuidado, ao detalhe, a uma maior atenção na sua execução. Diante destas perspectivas que povoam o imaginário social acerca da mulher na sociedade, e também no mercado de trabalho, Hirata nos atenta para o processo de socialização da mulher e do homem, como um dos elementos para a formação deste viés discursivo que determinaria a habilidade técnica como uma atribuição essencialmente, se não exclusivamente, masculina⁶⁵:

“É em nome da incompetência técnica construída desde a infância na socialização familiar, diferenciando papéis masculinos e femininos, no exercício cotidiano que se dá a técnica para

⁶⁵ Neste sentido, é importante considerar o processo de socialização nesta conjuntura a partir da noção de construção social da mente proposta por Vigotski. De acordo com Molon (2003), para Vigotski o sujeito é constituído a partir das suas relações sociais. Deste modo, “pensar o ser humano como um agregado de relações sociais implica considerar o sujeito em uma perspectiva da polissemia, pensar na dinâmica, na tensão, na dialética, na estabilidade instável, na semelhança diferente” (MOLON 2003, p. 115). Zanella (2004), em seus estudos sobre Vigotski, retrata bem esta relação, quando comenta que há uma inexorável relação entre sujeito e sociedade; e que só há sujeito porque constituído em contextos sociais, os quais resultam da ação concreta de homens que coletivamente organizam o seu próprio viver.

o menino, como por exemplo, consertar o carro, consertar pequenas máquinas, quando o pai vai chamar o menino pra fazer estas coisas e o aprendizado da relação de serviço para as meninas: cuidar das bonecas, cuidar do irmão menor, ajudar a pôr a mesa. As funções e cargos atribuídos às mulheres são sempre caracterizados por esta relação de serviço” (HIRATA, 2003, p. 148-149).”

No contexto da indústria de linha branca, esta relação é significativa na medida em que a concepção dos produtos é de modo geral estabelecida pelo universo masculino, contudo, para o uso supostamente feminino. Assim, esta indústria, inserida no contexto das tecnologias domésticas, e, portanto nas tecnologias industriais estaria reforçando a tradicional e histórica divisão sexual do trabalho, de modo bastante efetivo além de simbólico:

“(...) as mulheres são vistas como usuárias destas tecnologias e estão praticamente excluídas de sua concepção. Os engenheiros, sujeitos das inovações técnicas são maciçamente do sexo masculino. As mulheres são excluídas também da responsabilidade ou de sua fabricação porque os responsáveis na fábrica são homens. As mulheres são apenas operárias, montadoras, ajudantes, etc. Finalmente, sua exclusão também se dá nos serviços de sua manutenção porque os técnicos que conservam estas máquinas nas casas também são homens. Por outro lado, são elas que utilizam estas tecnologias cotidianamente através de instruções simples mas com muitas proibições do tipo: não mexa aqui, não abrir acolá. Se as mulheres não possuem formação técnica, torna-se perigoso mexer em máquinas, embora muitas dessas proibições, assinalam um certo tipo de poder da técnica – portanto do masculino – sobre as usuárias que são consideradas muito mais ignorantes do que o são na realidade, quando lêem as normas técnicas” (HIRATA, 2003, p. 151-152).

Outro aspecto sugerido por vários depoimentos que demandam de comentários é o papel da mulher na percepção dos próprios trabalhadores, que de modo geral tendem a defini-la como delicada, frágil e apta a trabalhar em funções de pouca especificação técnica e formação profissional, como se pode evidenciar no depoimento abaixo, que reúne em si, diversos aspectos suscitados no conjunto discursivo pesquisado em ambas as fábricas:

“Eu sempre trabalhei com mulheres na linha de produção aí e elas dão bastante atenção na qualidade. Tipo, elas tem uma certa delicadeza a mais pra trabalhar com certo tipo de peça... tipo as que tem que manusear elas com cuidado e tal, a mulher leva mais jeito pra isso, né. Aqui dentro da empresa, tinham setores em certas épocas aí que só trabalhava mulher... a área de serigrafia, que era um serviço bem simples, só que exigia bastante cuidado, né” (Entrevista, E9, Grupo B, 2006).

Neste sentido, é importante perceber o viés discursivo em torno do trabalho feminino não apenas na perspectiva dos gestores, mas também dos trabalhadores,

em convergência. Para Antunes, este cenário estaria num processo de embate de forças, na medida em que a própria consciência de classe (operária) estaria em transformação:

“A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher” (1997, p. 46).

Além do processo de socialização da mulher, anteriormente exposto pelas reflexões de Hirata, um elemento presente no contexto de ambas as fábricas, demonstram uma formação discursiva e materializada na prática, que converge no sentido de personificar a mulher como uma mente e corpo frágeis e facilmente debilitáveis, idéia esta que fora bastante reforçada diante das doenças ocupacionais no cenário nacional inclusive. Esta circunstância dialoga com as análises de SILVA (2005) a partir dos estudos de Hirata, quando enfatiza que setores considerados femininos no contexto fabril permaneceriam em grande parte taylorizados ao contrário de setores masculinizados que estariam passando por alterações significativas no modelo de organização do trabalho: “Enquanto atividades masculinas passariam a exigir mais responsabilidade, trabalho em grupo e competência técnica; as atividades exercidas majoritariamente por mulheres permaneceriam sendo controladas segundo modelos tayloristas de organização do trabalho e obedecendo a cadência e ritmos impostos por linhas de montagem” (SILVA, 2005, p. 13)

Além das funções menos qualificadas no chão-de-fábrica, onde foram identificados os postos de trabalhos ocupados por mulheres, nos setores administrativos investigados, estas geralmente estão alocadas em funções de assistência ou demais atividades que não estão inseridas nos níveis mais estratégicos das fábricas (os de estratégia e planejamento, por exemplo), como nos setores de vendas e atendimento aos clientes. Como exceção, apenas numa das empresas foi localizada uma mulher que exerce a função gerencial, sendo que esta apresentava o melhor nível de qualificação entre as mulheres. Esta realidade, porém, é justificada pelos gestores pelo nível de qualificação das mulheres. Para

estes, à medida em que as trabalhadoras forem se qualificando terão maiores facilidades ao acesso de cargos associados aos níveis hierarquicamente mais elevados.

4.3. O ARRANJO DOS CORPOS NA PRODUÇÃO

A observação dos espaços das fábricas permitiu observar a composição da força de trabalho e sua divisão no espaço a partir dos diversos setores. Foi possível constatar que em setores diretamente ligados à produção, o arranjo dos trabalhadores está em consonância a uma racionalidade de organização que tende a dividir o espaço e funções de acordo com critérios de faixa etária. No caso de ambas as fábricas, os setores de montagem eram compostos em sua maioria por trabalhadores bastante jovens, enquanto que os setores de estamparia, esmaltação e fundição, por exemplo, os trabalhadores possuíam idade aparentemente mais avançada. Esta observação foi comprovada posteriormente no decorrer das entrevistas. Diante desta situação, as entrevistas passaram a conter uma questão específica sobre as implicações da faixa etária para o desempenho das atividades e organização do processo de trabalho. Abaixo, estão reunidas algumas narrativas referentes aos trabalhadores jovens, que trazem elementos importantes a serem discutidos:

“Aproximadamente 75% de colaboradores da área de produção são jovens, os quais possuem maior agilidade na realização de suas atividades e facilidade para adaptação em novas funções e mudanças. Porém, além dos pontos positivos, temos os negativos que são a falta de comprometimento com o trabalho, refletindo diretamente nos índices de absenteísmo, a rotatividade na empresa, entre outros” (Entrevista, E11, Grupo A, 2006).

“A juventude na verdade porque é o primeiro emprego. Então, a empresa ela tem uma necessidade, você pega a área de produção e montagem, onde você depende de pessoas que tem bastante agilidade. Então, geralmente o jovem se adapta melhor. É esse o ponto positivo, onde ele se adapta melhor, porque tem mais capacidade pra isso. Só que tem também o ponto negativo, porque o jovem, ele não tem muita responsabilidade, então quando ele tem um certo tempo de empresa, qualquer coisa que surge lá fora, ele quer tentar um novo emprego. Então, também é uma questão que a gente está procurando, não digo evitar, mas estar diminuindo a contratação de pessoas com 18, 19 anos e procurando mais aquelas com 25, 28, que já sejam casados, que tenham filhos pra tentar fazer com que o funcionário venha e não queira sair daqui a um mês já. Pra evitar essa rotatividade. A gente tinha um índice de rotatividade de 8% ao mês, e hoje, com esta mudança, de selecionar um pouquinho melhor, de buscar essas pessoas com este perfil, diminuiu para 1%, 1,5%” (Entrevista, E6, Grupo A, 2006).

“O perfil da montagem é de 18 a 25 anos. Seria um perfil mais para o desempenho. Então, tem assim, uma agilidade maior e tal”. (Entrevista, E5, Grupo B, 2006).

O que de modo geral é suscitado em relação ao perfil dos jovens trabalhadores no contexto das fábricas é a necessidade exigida pelos processos de montagem que estariam demandando um profissional ágil e de alto desempenho, diante da intensificação do trabalho pela redução dos tempos mortos de produção. Neste sentido, partindo de uma abordagem foucaultiana, é indispensável compreender esta situação no contexto da existência de uma tecnologia política do corpo, forjada no âmbito do capitalismo que se desenvolvia no fim do século XVIII e início do século XIX, que socializou primeiramente o corpo como força de trabalho e controle para depois operar-se pela consciência ou pela ideologia (FOUCAULT, 1985).

O que se percebe na lógica de organização do trabalho nas fábricas, é de que ela está em diálogo com um saber produzido sobre o corpo⁶⁶ e sua forma de localizá-lo no espaço, bem como suas interações com o tempo. No entanto, se na lógica da produção o perfil do trabalhador jovem está de acordo com os critérios das habilidades corporais para o desempenho das atividades inerentes à produção, de modo recorrente, as narrativas apresentam como “pontos negativos” deste perfil a “falta de comprometimento” e de “responsabilidade” destes trabalhadores. Uma contradição que surge deste aspecto é a percepção enunciada pelos gestores e outra percepção enunciada pelos trabalhadores. No viés discursivo de ambas as fábricas, a falta de comprometimento e responsabilidade enunciada pelos gestores estaria representada pela falta de cuidado com a máquina ou com a “quebra” das ferramentas, desleixo com a matéria-prima ou com o produto acabado. Por outro lado, na percepção dos trabalhadores, há no viés discursivo a presença constante de narrativas que evidenciam o comprometimento às metas e aos padrões de

⁶⁶ Sobre o poder sobre o corpo, Foucault também elabora suas idéias a partir do que chama de biopoder: “...diferente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. (...) a tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que ela se forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc...(FOUCAULT, 1982, p.290). Para o autor, é no bojo da industrialização no século XIX, que o biopoder ganha espaço e força na medida em que precisa responder às necessidades da produção.

qualidade, contudo somados a resistência ao trabalho monótono e ao desconhecimento do processo global de produção.

Outra situação aventada é a resistência dos jovens na realização de trabalhos que demandem de maior esforço, e por outro lado da resistência dos trabalhadores mais experientes e especializados em realizar atividades tão repetitivas como os processos de montagem na linha de produção automatizada. A narrativa abaixo, demonstra estas resistências, experienciadas nas fábricas A e B:

“Eu lembro que quando eu trabalhava lá na [empresa A] na época de baixa, ele pegavam o pessoal do lenha, da fundição e levavam pra lá. Muitos poucos davam certo. E quando também pegavam o pessoal do gás e levavam pro lenha, também poucos davam certo. Porque o pessoal da linha gás, lá o pessoal é bem jovem, e o nosso caso na fundição é totalmente inverso. O que que acontece: o pessoal que ia pra lá, o pessoal não é aberto a isso. Mesma coisa do pessoal que ia trabalhar no lenha e tinha que fazer esforço físico, que exigia mais, o pessoal também não tinha motivação pra fazer” (Entrevista, E35, Grupo B, 2006).

4.4. CONSTITUINDO TEMPOS E ESPAÇOS: TENSÕES ENTRE REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIA

Indiscutivelmente as relações de saber e poder no contexto fabril acontecem e se transformam numa dimensão de tempo e espaço. De modo que não se pode pensá-los desconexos, posto que o espaço é compreendido no tempo porque este lhe dá sentido. À primeira vista, o tempo pode ser entendido grosseiramente como o transcurso, a sucessão de eventos e sua trama. Por espaço, o meio, o lugar material da possibilidade de eventos (SANTOS, 1993). Contudo, para esta análise, a partir da microfísica do poder, dispersa, descontínua, não formal, estas definições possuem limitações que não permitiriam uma compreensão mais plena acerca da realidade espaço-tempo pretendida nas fábricas investigadas.

Partindo desta premissa, é que se pode compreender o espaço-tempo como algo está fora de um *lócus* específico, em substituição a uma idéia de espaço absoluto, como explica Deleuze, a partir das análises de Foucault quando este examina uma nova abordagem sobre o poder no contexto do século XVIII:

“O *lócus* leva a se conceber um repartir no espaço (o que se traduz como enclausurar, esquadrihar, arrumar, por em série...), um ordenar no tempo (subdividir o tempo, programar o ato, decompor o gesto), um compor no espaço-tempo (todas as maneiras de construir uma

força produtiva cujo efeito deve ser superior ao somatório das forças elementares que o compõem)” (1991, p. 100).

Assim, o espaço-tempo assume e desempenha papel fundamental no contexto do modo de produção capitalista, onde historicamente a fábrica, assim como o hospital, a caserna, a prisão, o hospício se tornam espécies de laboratórios onde esta relação espaço-tempo é muito mais potencializada, contudo, sempre numa via de mão-dupla com o seu exterior. Logo, é importante também definir e pensar sobre a fábrica não como *lócus* absoluto, mas como uma parte do espaço dividido e metodicamente organizado, como uma instituição disciplinar. Foucault, ao compará-la a caserna e a escola, ilustra esta instituição no contexto do século XVIII:

“A fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada; o guardião só abrirá as portas à entrada dos operários. E depois que houver soado o sino que anuncia o reinício do trabalho: quinze minutos depois, ninguém mais terá o direito de entrar; no fim do dia, os chefes de oficina devem entregar as chaves ao guarda suíço da fábrica que então abre as portas. É porque, à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e “cabalas”); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho (FOUCAULT, 1975, p. 122).

A partir destas perspectivas traçadas é que foi possível realizar as observações nas fábricas e compreender, ainda que de modo superficial, posto que as relações espaço-tempo tão pouco são plenamente definíveis, lineares ou desconectadas, mas estratégias do poder numa rede em atuação. Neste caso, pôde-se detectar a relação espaço-tempo no decurso de todo o estudo, tanto no que diz respeito à observação da produção, como na realização das entrevistas, e de modo geral no cotidiano das empresas, como pôde se perceber em vários momentos relatados anteriormente. Contudo, no caso das fábricas investigadas o espaço da produção é inquestionavelmente o que recebe maior controle disciplinar, que termina por irradiar para todo o contexto fabril. Em relação ao controle do tempo, algumas narrativas demonstram o processo de organização temporal no contexto da produção:

“Então, a gente trabalha com números, né. Todo dia antes de começar o turno, a gente recebe a programação, né. Em cima da programação a gente vai produzir, por exemplo: a montagem vai produzir 150 fogões por hora, né, ou a gente sabe que tem que atender esses 150 fogões nesse horário. Dependendo, a gente trabalha com uma antecipação de 400, 500 fogões, né, pra caso ocorra algum problema, numa correia, numa máquina, num forno, depois

que pára ali, precisa de tempo pra resolver, pra evitar essa parada da linha, né” (Entrevista, E12, Grupo A, 2006).

“Tem todo um tempo de cronometragem, levando em consideração os atrasos previstos, necessidades pessoais, ir ao banheiro, tomar água, a própria fadiga do funcionário, ele não produz da mesma maneira, desde a primeira hora até a última. O tempo é cronometrado, no real tem 20% de margem de segurança, com esses cuidados com o funcionário. Então, eles tem condições de produzir, tanto que é feito sempre um processo de melhorias, várias ferramentas foram feito ajustes, de alteração de ferramentas, para que pudessem produzir um pouco mais rápido” (Entrevista, E1, Grupo A, 2006).

Esta perspectiva em torno das metas de produção e da redução dos tempos de trabalho está também evidenciada nos diversos controles realizados por supervisores e pelos próprios trabalhadores, ao exporem em tabelas de controles, espalhadas por todo o setor produtivo o ritmo da produção, como se pode perceber nas imagens seguintes:

Figura 23: Painel de Controle de Produção Horária/Diária.

PAINEL DE CONTROLE DE PRODUÇÃO HORÁRIA/ DIÁRIA											
LINHA		1ª HORA	2ª HORA	3ª HORA	4ª HORA	5ª HORA	6ª HORA	7ª HORA	8ª HORA	9ª HORA	TOTAL
LINHA 1	PRODUZ.	105	131	130							406
	RETR.LINHA	11	09	13							33
	RETR.BATER.	02	03	02							06
LINHA 2	PRODUZ.	114	141	130							405
	RETR.LINHA	06	02	01							09
	RETR.BATER.	03	01	02							06
LINHA 3	PRODUZ.										
	RETR.LINHA										
	RETR.BATER.										
LINHA 4	PRODUZ.	34	35	35							104
	RETR.LINHA	05	05	06							16
	RETR.BATER.			01							01
LINHA 5	PRODUZ.										
	RETR.LINHA										
	RETR.BATER.										
TOTAL PRODUZIDO		253	347	350							950

Fonte: Foto da autora.

Foto 24: Controle de Produção por Máquina.

CONTROLE DE PRODUÇÃO - MÁQUINA Nº -										
	1ª Hora	2ª Hora	3ª Hora	4ª Hora	5ª Hora	6ª Hora	7ª Hora	8ª Hora	9ª Hora	TOTAL
1º Turno										
Peca Produzido	60	60	60	60						
Meta	60	60	60	60						
Eficiência %	100%	100%	100%	100%						
Sucata										
Obs.										
2º Turno										
Peca Produzido										
Meta										
Eficiência %										
Sucata										
Obs.										
3º Turno										
Peca Produzido										
Meta										
Eficiência %										
Sucata										
Obs.										

Fonte: Foto da autora.

O que se denota das narrativas acima são as representações acerca da constituição dos sujeitos utilizando-se como estratégia, o poder disciplinar. Trata-se de um tempo onde se busca a eliminação de toda e qualquer impureza, de por fim aos chamados “tempos mortos”, planejado estrategicamente de forma ao corpo ficar aplicado intensivamente ao ato da produção. No caso da segunda narrativa, que descreve o processo de organização e controle da célula de produção na Fábrica A, o que se pode deduzir é a estratégica decomposição do ato, impondo uma disciplina que perpassa a produção, mas também o corpo e intensificada pela tecnologia da maquinaria. Este processo de decomposição do ato, dos gestos, do movimento, do melhor aproveitamento do corpo está diretamente relacionado ao desenvolvimento de uma maquinaria que impõe o tempo disciplinar de forma potencializada, principalmente permitida pela contínua parcelarização das tarefas organizadas no contexto do modelo de produção taylorista-fordista. O que emerge com grande evidência é a subsunção do corpo do trabalhador à maquinaria onde este parece tornar-se o seu apêndice. Esta articulação corpo-objeto dá-se na medida em que uma tecnologia disciplinar define cada uma das relações que devem ser mantidas com o objeto que se manipula. No dizer de Foucault (1975) este controle disciplinar é responsável por estabelecer uma cuidadosa engrenagem entre um e outro, constituindo um espaço onde o poder introduz-se e “amarra-os” um ao outro. Assim:

“(...) o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos, impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido” (FOUCAULT, 1975, p. 129-130).

Algo que marcadamente surgiu nas narrativas dos trabalhadores, se refere a esta disciplina do tempo e do corpo imposta pela linha de produção, bastante fragmentada e pelo trabalho repetitivo e monótono. Neste contexto, os trabalhadores demonstram uma certa desvinculação do fazer e do pensar, ou talvez mais do que isso, as habilidades adquiridas pelo corpo, possam trazer as possibilidades de resistir ainda que no campo do pensamento, ao ritmo imposto pela produção, na medida em que esta perde sua centralidade para dar espaço no pensamento as coisas cotidianas da vida.

“Às vezes a gente está trabalhando ali e a gente permanece pensando assim, até umas certas horas, uma hora vai dar uma saída o pensamento, por mais que você... A partir do momento em que adquire uma habilidade ali, você já tem um espacinho pra pensar em outras coisas. Pensa no que vai fazer depois, em vez de ficar ali, pensa no que tem pra fazer depois, você vai gerenciando o tempo, né, que aí quando vem aquela folga: “Vou fazer tal coisa” (Entrevista, E25, Grupo B, 2006).

“É só no começo que a gente se apura, mas depois que pega o jeito vai. Eu ali, é alguns segundos, vinte e cinco segundos e tem aquele tempo ali pra fazer o fogão. No começo a gente se apura, começa a correr atrás do fogão. Sempre tem uma meta pra fazer. Às vezes, você está trabalhando ali e pensando lá em casa, né. É um tipo de distrair, porque senão se só pensar no pezinho ali, só aquilo...” (Entrevista, E5, Grupo B, 2006).

Outra relação que pode ser estabelecida a partir da noção de espaço-tempo nas fábricas analisadas é a organização do próprio espaço e do conjunto formado por maquinaria e trabalhadores. Juntamente como tempo, a disciplina⁶⁷ procede à distribuição dos indivíduos no espaço de modo a tornar mais eficiente as forças produtivas e controle das mesmas. Como diria Foucault, a disciplina é também uma “organização de um espaço analítico” (1975, p. 123).

No contexto das fábricas analisadas, percebe-se uma organização do espaço bastante distinta. No caso da fábrica A, a organização do espaço é realizada de modo muito mais especializado e refinado do que no caso da fábrica B. O que se

⁶⁷ Para Foucault, a disciplina também consiste na “arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (1975, p. 125).

pode interpretar a partir das observações e narrativas é que este refinamento na organização do espaço esteve atrelado à renovação da política de controle, aos programas de qualidade, e à produção em células para alguns setores, implementados no contexto da produção. Como visto anteriormente, estas medidas que marcaram o início das experiências do modelo de produção japonês ou toyotista, estiveram, contudo, em diálogo com as permanências e intensificações do modelo taylorista-fordista. Iniciativas estas que produziram um aperfeiçoamento no processo de esquadrinhamento no interior da fábrica. Este conjunto de iniciativas, por exemplo foi fundamental para que a redução dos tempos mortos repercutisse para uma grande ampliação do nível da produção da fábrica.

Uma dessas iniciativas observadas na fábrica A foi o programa “Organização: adote esta idéia”:

“Anos atrás, em que não tinha lugar pra nada, então tudo que era colocado em um lugar certo, estava certo, porque não tinha lugar definido pra pôr. Daí a gente definiu dessa forma. Se não tem lugar definido para a peça, qualquer lugar tá certo, aí foi se definindo lugares e organizando” (Entrevista, E1, Grupo A, 2006).

Figura 25: Identificação proposta pelo programa Organização: Adote esta idéia.



Fonte: Foto da autora.

Implementado a partir das idéias da qualidade total⁶⁸, realizou-se um estudo acerca do espaço no sentido de adequá-lo para a realização do trabalho, a adequação das posições da maquinaria e de um processo de identificação e padronização de procedimentos, equipamentos e setores. Neste sentido, chamam a atenção durante as observações na fábrica os espaços demarcados pelas faixas amarelas em todos os setores da produção. A seguir, algumas imagens que ilustram esta perspectiva:

Figura 26: Setor de corte de chapas – Fábrica A.



Fonte: Foto da autora.

⁶⁸ Para Fleury (1994) a adoção das novas técnicas de produção e dos chamados programas de qualidade implica em mudanças significativas para as empresas. Da própria noção de qualidade, como conformação a uma norma, ou a uma série de especificações a ser adotada pelo coletivo de trabalho, isto é, por todos os funcionários, independentemente do nível hierárquico da empresa decorre o seu caráter potencializador de mudanças. O critério da qualidade é colocar o produtor diretamente diante do problema da valorização, ou seja, a visualização da expressão do usuário satisfeito ou não com o produto. Isto requer que o trabalhador esteja mais integrado e participativo na definição e realização do que é produzir com qualidade. As técnicas, os programas para se alcançar esta qualidade são bastante variados, porém tem um ponto em comum: para alcançarem sucesso exigem mudanças profundas nas empresas, mudanças estas que impactam a cultura e as relações de poder vigentes.

Figura 27: Setor de embalagens de peças para exportação – Fábrica A.



Fonte: Foto da autora.

É interessante, porém, perceber na perspectiva dos trabalhadores, que em vários momentos a relação sobre a organização do espaço não é interpretada de modo a entendê-la como uma disciplina de controle, mas como uma ferramenta de qualidade e de proteção no que tange aos acidentes de trabalho. Neste sentido, os treinamentos sobre segurança do trabalho e de qualidade propriamente dita, parecem ter obtido êxito no inculcamento da organização do espaço com estes fins, em detrimento de uma perspectiva voltada essencialmente para o olhar vigilante e da intensificação da produção. As narrativas abaixo reúnem elementos para esta análise, que de modo recorrente emergiram do conjunto discursivo dos trabalhadores:

“Tem que priorizar a organização preventiva, né. Estar evitando acidentes, isso a gente sempre tenta organizar. Também, a colocação das peças nos carrinhos, caixas, então, não colocar a mais do que o necessário no carrinho, pra evitar que estrague, que danifique a peça, que não ocorra acidente” (Entrevista, E10, Grupo B, 2006).

“Então é assim, né... A gente aproveita a hora... por exemplo assim: na hora em que está na linha de montagem de fogões ali, então você procura um espaço, às vezes que vem uma folga na linha pra você fazer, dar uma organizada, juntar alguma peça que caiu, um parafuso, um rebite no chão, fazer uma limpeza e tirar esse lixo daí pra não ficar perto, né. (Entrevista, E4, Grupo B, 2006).

No caso da Fábrica B, o que se pôde perceber a partir das análises e observações é que há um certo planejamento em torno da organização do espaço no contexto produtivo. Contudo, devido ao fato da empresa não possuir programas

de qualidade e políticas de controles sistematizadas, a não ser os controles visuais realizados por líderes de setores e gerentes, os espaços ainda que bem determinados, não possuem uma rigidez tão exacerbada como se percebe na fábrica A. As imagens abaixo, demonstram a ausência de demarcações no solo, por exemplo e não foram detectadas nas observações padronizações de procedimentos documentados, identificação de maquinaria e setor, ao contrário da fábrica A. Percebe-se também que o vestuário no caso da empresa não obedece ao padrão uniformizado encontrado, que ocorre na primeira empresa.

Figura 28: Setor de montagem – Fábrica B.



Fonte: Foto da autora.

Uma discrepância ainda maior em relação ao processo de organização do espaço está presente no setor da fundição. Diante de um processo de produção bastante diferenciado, principalmente em relação à fábrica A, a organização do espaço também se dá de modo singular e pouco rígido. A imagem abaixo ilustra esta análise:

Figura 29: Setor de Fundição.



Fonte: Foto da autora.

De modo global, acerca da relação espaço-tempo neste contexto, pode-se determinar que os aspectos essenciais desta, são as intenções acerca da realização de um controle bastante sofisticado.

“(...) trata-se de um controle intenso, contínuo; corre ao longo de todo o processo de trabalho; não se efetua – ou não só – sobre a produção (natureza, quantidade de matérias-primas, tipo de instrumentos utilizados, dimensões e qualidades dos produtos, mas leva em conta a atividade dos homens, seu conhecimento técnico, a maneira de fazê-lo, sua rapidez, seu zelo, seu comportamento)” (FOUCAULT, 1985, p. 146).

Em diálogo com estas idéias, é interessante perceber que no contexto das fábricas os sistemas de vigilância sobre a produção dão-se por diversas técnicas, sejam por meios informatizados de controle, pelo parcelamento das tarefas, pela organização da maquinaria e das formas de produção e pelo controle visual realizado pelo próprio trabalhador. Neste sentido os gerentes que fisicamente estão dispersos ao longo dos diversos setores nas fábricas, contam com um personagem elementar para o exercício da vigilância: o líder de setor. Em ambas as fábricas estes trabalhadores, que mesclam qualidades de gestores e de trabalhadores do chão-de-fábrica exercem papel de mediadores entre os níveis estratégicos e táticos das empresas aos níveis operacionais. Para Foucault (1975), a necessidade de

trabalhadores que desempenhassem este papel mediador está engendradora ao embate histórico entre o patronato e os trabalhadores, nesta disputa de poder, nesta relação de forças sobre o espaço-tempo.

4.5. CONCEPÇÕES DE TECNOLOGIA E O DOMÍNIO PELO TRABALHADOR

Além de analisar a relação de saber e poder nas fábricas pela concepção foucaultiana buscou-se também compreender as percepções e opiniões acerca da tecnologia admitidas pelos sujeitos de pesquisa. Na maior parte das narrativas em ambas as fábricas, a tecnologia está associada à idéia de modernidade e progresso. Há uma forte tendência a interpretá-la como um processo evolucionista e de melhoria contínua, principalmente de modo a facilitar o processo produtivo tanto por parte dos gestores, como por parte dos trabalhadores:

“Eu acho que tecnologia é evolução, né. Eu acho que são as formas de facilitar o trabalho, de você conseguir reduzir cada vez mais custos, como eu falei, de otimizar cada vez mais os processos, né, que é cada vez mais competitivo no mercado, em relação à quantidade, à qualidade e à produção” (Entrevista, E34, Grupo A, 2006).

“Normalmente quando se fala em tecnologia, é uma coisa mais avançada, que vai dar um rendimento melhor, sempre pensa nisso, né, e que você vai trabalhar mais tranquilo. Porque normalmente quando você vê uma tecnologia na sua frente, você vê um operador só na frente do computador. Normalmente é essa idéia que vêm: na frente do computador, operando a prensa, sem ter muito risco, sem ter que estar colocando a mão na massa, vamos dizer assim (Entrevista, E7, Grupo B, 2006).

“Mudança pra melhor... melhorias no trabalho, máquinas, que é tudo feito à base de motor, ar, tudo... as pistolas de pintura que são pneumáticas, né, na área de produção. Quando eu entrei tinha tudo isso no setor, e muda porque exige menos esforço, a rentabilidade é bem maior. Eu acho que é isso” (Entrevista, E4, Grupo B, 2006).

“Tecnologia, eu entendo assim, que é uma maneira diferente de você continuar a fazer as coisas mais fácil. Que tenham equipamento, que tem um instrumento que vai te ajudar a fazer determinadas tarefas. Quando ouço em tecnologia, também tenho uma preocupação porque está tomando o lugar do homem também. Está tomando a mão-de-obra. Então, tem uma máquina ali que faz tantas peças que um homem levaria tantos dias para fazer, por exemplo. Então quando eu ouço falar em tecnologia, me preocupo: “Inventaram o que pra substituir o homem?” (Entrevista, E14, Grupo A, 2006).

“Bom, eu acho que quando a gente fala em tecnologia, o que vem na cabeça é o futuro, né. E que o futuro depende da tecnologia” (Entrevista, E35, Grupo B, 2006).

O que se pode interpretar num primeiro momento, é que está presente a idéia de que a tecnologia está inserida num processo de modernização. O termo

modernização, como explica Machado (1989) é geralmente empregado para caracterizar um processo de mudança social. Este processo estaria articulado a transformação das sociedades menos desenvolvidas pela aquisição de características comuns às sociedades mais desenvolvidas.

Ademais, a tecnologia a partir das percepções e opiniões que surgiram no contexto das fábricas tenderam a evidenciar o papel assumido pela máquina em detrimento à ação humana, que estariam a reforçar uma concepção de tecnologia baseada no determinismo tecnológico produzido e reproduzido por um viés discursivo reducionista e tecnocrático. Para Lima Filho e Queluz o determinismo estaria amparado por uma base consolidada historicamente de modo a racionalizar e hierarquizar práticas, saberes e conhecimentos: “Tecnologia substitui termos como artes mecânicas que conotavam homens trabalhando, com mãos sujas em bancas de trabalho. A palavra tecnologia por sua vez tem o “efeito de idealizar, purificar o conceito para evitar o medo do ocidente pelo trabalho e pelo físico” (2005, p. 22).

Esta representação implicou num processo histórico de desqualificação de saberes que hierarquizaram fazeres, subordinando a prática humana ao saber teórico. Tal situação é percebida em ambas as fábricas, a partir da contradição em torno do domínio da tecnologia pelos trabalhadores. Neste caso, nas concepções dos trabalhadores, estes dominam a tecnologia inserida nos seus processos de trabalho e tal domínio está condicionado ao vivenciá-los no tempo, enquanto para os gestores este domínio por parte dos trabalhadores é muito superficial, quando não declarado inexistente.

“Tem certas tarefas que você já tem desempenhado. Talvez, com poucos dias de trabalho, você não consegue fazer aquilo, mas depois de certos dias, três semanas em diante, já está dominando isso” (Entrevista, E10, Grupo B, 2006).

“Em muitas coisas sim, mas em outras não. Onde tem máquina, você tem que estar bastante atento, né, e você vai pegando cada vez mais a realidade do trabalho ali, como outras pessoas que não estão, não tem aquele conhecimento ali, né. Ali eu já peguei a prática. Faz as coisas assim mais rápido, sem preocupar tanto com o serviço, né, desenvolve bem o teu serviço” (Entrevista, E24, Grupo B, 2006).

“Muito pouco, na realidade quem domina, quem conhece o equipamento é o pessoal da manutenção ou o líder da célula. Em termos assim, a gente está meio atrasado. Porque hoje se fala que o operador tem que crescer, tem que gerar conhecimento e tal. Mas no caso, o pessoal não tem conhecimento do equipamento, do uso da máquina, eu creio que não. Então isso está centrado em poucas pessoas, né, quando deveria se ter um conhecimento mais genérico, né” (Entrevista, E1, Grupo A, 2006).

“O domínio da tecnologia está diretamente ligado com o grau de instrução e a qualificação do colaborador. Portanto, este sendo baixo, é claro que teremos dificuldades no domínio desta tecnologia. Percebemos isto de maneira nítida nos treinamentos. Mesmo repassando o conteúdo em uma linguagem acessível, alguns tem dificuldade de entendimento, refletindo-se mais tarde no desenvolvimento e aplicação do treinamento” (Entrevista, E11, Grupo A, 2006).

Do ponto de vista dos trabalhadores, por sua vez, o domínio da tecnologia está associado a uma prática quotidiana, e não está restrito apenas à qualificação por meio da escolarização. Assim, o controle da fábrica também implica no controle dos saberes pelos níveis hierárquicos mais elevados, como mostram Lima Filho e Queluz:

“Tal processo é intermediado pelos engenheiros, que ao sistematizarem e integrarem a partir do método e conhecimento científico, agora renomeados saberes tácitos ou intuitivos dos trabalhadores, deles se apropriam e os hierarquizam a serviço do capital. A implementação dos diversos processos de racionalização no sistema produtivo e a gradual intensificação do uso da ciência como instrumento das forças produtivas, fortalece o discurso tecnocrático que procura expandir suas fronteiras da fábrica, controlando o Estado, o consumo, o cotidiano, as representações de mundo” (2005, p. 23).

Um aspecto importante a ser analisado em torno das concepções de tecnologia e do domínio desta pelo trabalhador refere-se à escola e aos processos de treinamento no contexto das fábricas. No conjunto das narrativas acerca da tecnologia, em muitos momentos tanto trabalhadores como gestores apresentam-na articulada ao saber escolarizado, sem contudo, desconsiderar a importância do saber construído mediante a experiência prática. Porém, no viés discursivo o conhecimento formal ou escolarizado, está mais associado à sistematização e o inculcamento da disciplina e da racionalidade do trabalho, da fragmentação do conhecimento do saber e do fazer do que de uma preparação efetiva para ele.

Assim, a escola parece assumir um importante papel neste contexto. A escola é percebida mais como uma tecnologia voltada a constituir sujeitos habilidosos, principalmente com aptidões e comportamentos do que com conhecimentos técnicos propriamente ditos e aplicáveis ao processo produtivo. É o que se pode perceber nas narrativas abaixo acerca da preparação para o trabalho a partir do conhecimento escolarizado e do conhecimento adquirido pela experiência:

“Eu acho que uma coisa tem tudo a ver com outra. Porque se você tiver só teoria, quando você vai trabalhar na prática, vai acontecer várias situações que lá aparentemente no papel é uma coisa, na teoria uma coisa, agora na prática é totalmente diferente e, pode pintar alguma

coisa diferente. Se você puder associar duas coisas, a experiência prática com a teoria eu acho que funciona. Só a teoria para mim é uma coisa meio volátil, ela se desmancha na hora em que você tem aplicar numa situação de frente ali, digamos na prática, no processo. É diferente, até na forma de você reagir, tomar uma decisão. Então assim, eu acho que tem tudo a ver, uma coisa a ver com a outra, por que quando você se depara com uma situação, na teoria, até na hora em que você está praticando a teoria, ampliando o conhecimento, você fica até mais tranquilo né, você fica mais sossegado. Isso dentro de uma fábrica, ao meu ver quando realmente acontecem os problemas e você pode até aplicar a teoria, só que pode surgir uma situação inesperada e até na hora de você tomar uma reação, tudo isso pode complicar mais tarde na eficiência ou no resultado que você pode obter, dependendo do objetivo que você está buscando né. Então eu acho que é muito importante você ter a teoria, o conhecimento, saber como é que faz, como é que funciona em depois aplicar na prática e a experiência acho que ajuda bastante" (Entrevista, E14, Grupo A, 2006).

"A escola em termos dá, em termos não. Porque a escola não ensina a prática do trabalho, só a teoria. Então você tem que conhecer a teoria para se desenvolver dentro de um grupo de pessoas, né, estar com um grupo de pessoas. A parte prática, a escola não ensina" (Entrevista, E8, Grupo B, 2006).

"Você precisa ter um saber escolarizado para ter organização, você precisa ter objetivos, fazer projetos, e a empresa, tenha tecnologia ou não, tem um plano diretor, planejamento do ano, orçamento, você tem que ter um sistema para trabalhar, tem que ter um saber sistematizado. Mas, a experiência conta muito" (Entrevista, E12, Grupo A, 2006).

"Você não pode usar tudo o que você aprendeu lá no colégio, mas uma grande parte pode usar, né. No caso assim, tipo a convivência... você está lá no colégio com os colegas e você está aqui dentro com os funcionários, né. Então é mais ou menos uma coisa parecida... o comportamento lá no colégio, na aula e aqui dentro. Não é uma coisa bem igual, mas dá para se comparar. A gente é uma pessoa educada lá no colégio, no trabalho não é tão diferente assim, também. A educação com os colegas, com os teus superiores, com as pessoas, né" (Entrevista, E5, Grupo B, 2006).

Outra situação que se destaca neste contexto, é a associação da tecnologia à necessidade de maiores conhecimentos. Este viés discursivo está presente tanto na percepção dos gestores quanto dos trabalhadores. Nesta busca de conhecimento, no contexto das fábricas analisadas, a principal forma de obtenção, têm sido os treinamentos em serviço e incentivos para o retorno à escola.

"Olha, a gente está incentivando que as pessoas voltem a estudar. A gente até começou agora, há dois meses a incentivar, ajudar, com uma ajuda de custo em Faculdade, Pós-Graduação, até para incentivar as pessoas que voltem a estudar. Normalmente, elas atuam na área que é o nosso ramo, sabe, manutenção, de administração. Então elas atuam nessa área aí... de laboratório químico. A gente influencia as pessoas que elas estudem. Então pra gente já fazer esse parâmetro: escola-trabalho. Vai estar se formando bom pro profissional e bom pra empresa, que vão estar na mesma área nossa, entendeu? Então é isso que a gente procura fazer" (Entrevista, E11, Grupo A, 2006).

"Bom, a tecnologia hoje está avançada, né. Tudo o que... por exemplo... cada vez que você vai passando o tempo, vai mudando pra melhor. Por exemplo, a mesma máquina já vem um pouquinho mais avançada, né. Hoje nós temos na empresa aqui prensas digitais, que não é qualquer pessoa por exemplo que pode operar, porque tem que ter um certo conhecimento, né. Conhecimento seria ser mais treinado pra isso. Hoje a empresa faz aqui, quando está

contratando funcionário, faz um teste de atenção concentrado, pra ver isso né. Tem pessoas que tem mais facilidade e outras que tem mais dificuldade. Então isso já prioriza pra tecnologia, que está gerando dentro da empresa” (Entrevista, E31, Grupo B, 2006).

“O mercado quer um profissional que seja uma pessoa qualificada, que tenha interesse de aprender, que busque estar a par do que a empresa está mudando, para ter novas tecnologias e um bom desempenho e para haver melhorias contínuas no trabalho” (Entrevista, E10, Grupo B, 2006).

Para Invernizzi (2000) esta relação entre tecnologia e conhecimento também está presente num contexto fabril mais amplo. Para a autora, a indústria, em âmbito nacional tem adotado práticas que vão de encontro a este viés discursivo. Assim, o quadro em relação a tecnologia e conhecimento estaria sendo configurado pelo aumento das exigências de escolaridade na hora do recrutamento de novos trabalhadores, estando praticamente generalizada a exigência mínima do Ensino Fundamental completo; a oferta de cursos supletivos ou ajuda de custos para a realização de cursos; o aumento de treinamentos técnicos e a ampla difusão dos treinamentos comportamentais. No contexto das fábricas, percebe-se que este quadro também é encontrado, produzindo diversas transformações nas relações entre saberes e poderes, entre gestores e trabalhadores, principalmente no que diz respeito ao processo de disciplinarização e organização do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar ou indicar algumas considerações mais relevantes acerca da pesquisa realizada, imprescindivelmente requer o resgate do objetivo de pesquisa. Neste sentido, a proposta deste estudo pretendeu analisar como são estabelecidas as relações entre saberes e poderes no contexto de duas fábricas da indústria de linha branca, situadas na região Sudoeste do Estado do Paraná.

O recorte pretendido para esta análise foi determinado pela utilização da concepção de tecnologia elaborada por Michel Foucault no contexto da microfísica do poder, mediando a criação e a transformação de saberes e poderes, repercutindo para um processo complexo de constituição do sujeito de maneira social, histórica e dialógica. Para que tal análise pudesse ser construída foi necessário traçar alguns caminhos que serviram de suporte para a análise do problema de pesquisa. Destes caminhos podemos destacar: o aprofundamento acerca do conceito de tecnologia; a análise do viés discursivo acerca da construção da verdade e dos processos de inculcamento e por fim a articulação entre os discursos e os mecanismos disciplinares e as diversas técnicas que compõem o complexo sistema da tecnologia do poder.

Deste modo, a primeira vista, poderia se pensar que apenas o viés discursivo fora o substrato para que as análises deste estudo pudessem vir à luz. No entanto, por compreender que as relações entre os saberes e os poderes são criadas e transformadas a partir de uma diversidade de elementos inter-relacionados ou não, é que procurei exercitar durante o estudo, uma tentativa de permanente diálogo com a materialidade das fábricas e da vida. Assim, é possível afirmar que o viés discursivo em diálogo com esta materialidade (parcialmente percebida, diante das limitações do olhar do pesquisador), representada e interpretada pelo que poderia ser considerado marginal, é o que efetivamente constituem o terreno no qual as análises aqui realizadas com maior ou menor superficialidade puderam emergir.

Após este breve resgate acerca do objetivo de pesquisa, posso apresentar algumas considerações acerca do estudo proposto. Inicialmente, de modo geral, pôde-se evidenciar que as relações entre saberes e poderes estão representadas no contexto do estudo pelas diversas manifestações de uma rede de micropoderes – a microfísica do poder – articulada a uma tecnologia. Deste modo, as técnicas para o

controle de si mesmo, da produção, dos objetos e dos signos, do tempo e do espaço, dos corpos, da disciplina, estão permanentemente presentes numa materialidade em diálogo para o estabelecimento destas relações de saber e poder, contudo, numa contínua tensão entre reprodução e resistência.

Num enfoque mais específico para o estudo, a partir de uma mudança na percepção em torno da noção da tecnologia baseada no artefato (produto), fetichizado, para uma percepção que ultrapasse as barreiras do determinismo tecnológico, é possível verificar uma tecnologia do poder composta por uma diversidade de técnicas que criam, utilizam e transformam saberes e poderes, numa complexa relação de forças presente no contexto das fábricas, constituindo sujeitos a partir de processo de reprodução, mas inequivocamente de resistências. No contexto das fábricas analisadas, esta situação deve ser entendida em permanente diálogo com o contexto da região Sudoeste, lócus desta pesquisa. Neste sentido, analisar o contexto regional, a partir das experiências de duas fábricas da indústria de linha branca, permitiu compreender como sua trajetória enquanto região marcada por processos históricos de luta pela terra e de resistência em torno da concepção da propriedade familiar rural e dos aspectos inerentes a esta perspectiva foram fundamentais à construção de uma estrutura de saberes e poderes que se manifestam tanto na materialidade quanto no viés discursivo para a organização do trabalho e da produção.

Do mesmo modo, que a história recente do Sudoeste paranaense, bastante associada à tecnologia como instrumento de alavancagem para o desenvolvimento social e econômico, também encontra ressonância no contexto de ambas as fábricas, objeto deste estudo. Nesta conjuntura, esta relação percebida nas fábricas e na região, necessita ser observada em articulação com um contexto macro, implicadas pelo momento histórico atual marcado pelo constructo ideológico da chamada Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento.

Neste cenário, composto de elementos cujas interligações são impossíveis de serem apresentadas em sua totalidade, o foco de análise debruçou-se mais especificamente nas transformações mais recentes experimentadas pelas fábricas, nos seus processos de reestruturação produtiva. Para uma abordagem mais coerente acerca destes processos de reestruturação, foi necessário aprofundar os discursos em torno deste contexto, a fim de verificar os reais interesses, saberes e

poderes intrínsecos a esta situação. A partir desta abordagem foi possível considerar que a reestruturação produtiva, tanto em aspectos mais globais quanto relativos às fábricas investigadas, constituiu-se de uma profunda renovação do controle social, não apenas com vistas à readequação do modo de produção capitalista face a sua permanente crise, ou as “novas demandas” sugeridas e justificadas pelos critérios de competitividade suscitadas no período, mas principalmente pela reestruturação/renovação do controle social com vistas a uma outra organização da força de trabalho e da produção.

No contexto fabril, isto implicou em um processo de hibridização entre o modelo taylorista-fordista de produção e o modelo japonês ou toyotista de produção. Neste caso, a oposição manifesta localizou-se na dicotomia, rigidez versus flexibilidade. Todavia, esta oposição parece ter sido equacionada através de um sistema de produção com permanências do modelo taylorista-fordista adicionadas as técnicas de produção flexível cujo resultado foi a intensificação do trabalho.

Esta conjuntura, no entanto, não é verificada integralmente no contexto das fábricas pesquisadas. Se no caso da fábrica A (fábrica de fogões a gás) o processo de reestruturação produtiva pautou-se com mais semelhança à esta hibridização, na qual também aproxima-se à realidade vivenciada pelo setor de linha branca no contexto brasileiro e mundial, a fábrica B (fábrica de fogões a lenha) experimentou um processo diverso de reestruturação produtiva. Nesta perspectiva, seu processo de reestruturação se deu de modo limitado, diante das peculiaridades de sua estrutura produtiva e produto, esbarrando inclusive em que questões de natureza cultural, como a tradição, por exemplo, implicando para um processo de organização do trabalho e da produção que ainda agrega aspectos da produção manufatureira e artesanal.

Deste processo de reestruturação produtiva, é que se torna também possível perceber as relações entre saberes e poderes não apenas sendo estabelecidas, mas também transformadas. Assim, no contexto da produção nas fábricas analisadas foi possível verificar uma espécie de tecnologia do poder, em diálogo com as tecnologias de produção. Essa tecnologia do poder, como pôde verificar-se está arquitetada e estruturada sobre uma rede de saberes e poderes que quotidianamente são criados e transformados pelos sujeitos em constituição. Deste modo, verificou-se diversas técnicas controladoras e disciplinadoras que utilizam-se

do saber sobre o corpo, sobre o tempo, sobre o espaço e que estão presentes no viés discursivo de todos os sujeitos da pesquisa, independentemente do grupo a que pertençam, sejam gestores (Grupo A) ou trabalhadores (Grupo B).

Outra indicação refere-se a introdução da maquinaria e da organização do trabalho e da produção de modo mais flexível, além de técnicas de gestão voltadas a uma política de controle tanto da produção quanto da força de trabalho que representou a desqualificação de saberes, como o saber dos trabalhadores, por exemplo, para qualificar o saber fazer da máquina, agora operada pelo trabalhador. Contudo, outros saberes foram sendo criados e transformados nesta conjuntura, inclusive por meio de táticas de resistência. Se a introdução de uma nova maquinaria, da automatização e da informática colocadas a serviço do controle da produção e do trabalho representou uma transformação nas relações entre saberes e poderes, por parte dos trabalhadores este cenário também implicou numa profunda transformação. Estas táticas de resistência no caso dos trabalhadores restaram demonstradas durante a pesquisa principalmente representadas pelo absenteísmo, pela alta rotatividade da força de trabalho, pela resistência ao se comprometer com os objetivos mais específicos da produtividade e da qualidade requeridos pelos gestores no contexto das fábricas.

De outro turno, esta resistência por parte dos trabalhadores não pode ser percebida de modo único. No contexto das fábricas investigadas, uma parte considerável dos trabalhadores sequer descreve ter notado o processo de reestruturação produtiva que se instaurou e do qual foram profundamente afetados. Outros porém, ainda que cientes das transformações decorrentes das reestruturações produtivas apresentaram-se em plena concordância com os pressupostos pretendidos pelo contexto da reestruturação produtiva, cooptados e movidos pelas idéias de ascensão hierárquica à medida em que seus “valores” se aproximem dos setores hierarquicamente mais elevados.

Outra indicação pertinente a ser considerada é a perspectiva em torno da reestruturação produtiva por parte dos gestores (Grupo A). De modo geral, o viés discursivo apresentado por este grupo, acerca da reestruturação produtiva, fora associado às demandas produzidas no contexto da globalização e do acirramento da competitividade relacionada à produção, que apresentava como necessário um novo perfil profissional, polivalente e com maior autonomia. Grande parte dos

discursos neste sentido estiveram embasados em pressupostos como as concepções em torno da qualidade e da gestão participativa. Por outro lado, a noção de equipe trazida neste contexto, de certo modo auxiliou na pulverização da percepção dos trabalhadores em torno da noção de classe, trazendo para a centralidade da relação de trabalho o indivíduo. Neste sentido, uma maior autonomia para o trabalhador, verificada nos discursos de ambas as fábricas, pode indicar um processo de transferência de poder de controlar a si e aos outros, mas que diretamente não implicou numa maior qualificação para o trabalhador ou uma maior autonomia para a retomada do controle do trabalho e da produção.

Outra manifestação de caráter relevante para o estabelecimento de relações entre saber e poder no contexto da fábrica se refere aos trabalhadores de origem rural. Neste sentido, procurou-se discutir as fronteiras clássicas entre o rural e o urbano em diálogo com o contexto da região Sudoeste do Paraná e as experiências localizadas nas fábricas investigadas. Buscou-se desconstruir uma concepção acerca do trabalhador rural cujos saberes foram historicamente desqualificados na medida em que a cidade e o trabalho organizado a partir do sistema de fábricas foram apresentados como elementos estruturantes do modo capitalista de produção.

Todavia, no contexto das fábricas analisadas, a utilização da mão-de-obra de origem rural por parte dos gestores (Grupo A) fora justificada pelas condições geográficas das fábricas, que se situam nas limitações entre o perímetro rural do município onde estão localizadas. Ademais, este grupo caracterizou tais trabalhadores como sendo de maior adaptação às mudanças requeridas pelo contexto produtivo, além de imporem menor resistência ao trabalho monótono e repetitivo, por estarem acostumados a trabalhos mais braçais, que exigem maior esforço físico. Por outro lado, para os trabalhadores de origem rural, duas justificativas são apresentadas para este processo de migração do campo para a indústria. Uma primeira justificativa reside principalmente no viés discursivo dos trabalhadores mais jovens, geralmente filhos de pequenos proprietários rurais, que não encontram muitas perspectivas futuras na permanência no campo, buscando ocupações na indústria, além da continuidade nos estudos, para que possam deixar o campo rumo à cidade. Uma segunda justificativa para os trabalhadores rurais percebida no contexto das fábricas, se refere àqueles que são proprietários de pequenas propriedades cuja mão-de-obra é efetivamente familiar. Para estes

trabalhadores, diante das dificuldades da manutenção de suas pequenas propriedades, o trabalho na indústria pode representar uma fonte complementar de renda, mas também um processo de resistência a fim de permanecer no campo.

Uma relevante situação encontrada no contexto das fábricas diz respeito ao trabalho feminino e às relações entre saberes e poderes decorrentes. É inegável que abordar as questões de gênero no contexto da pesquisa implicou um aprofundamento em torno das relações de poder condizentes à realidade imposta pela divisão sexual do trabalho.

Talvez no âmbito da pesquisa, esta relação entre saber e poder tenha sido uma das mais inequívocas, diante das manifestações das relações de saber e poder que compõem esta divisão, seja sobre o corpo, ou sobre o que considera como saberes femininos no contexto das fábricas. Na realidade vivenciada pelas fábricas, foi possível verificar alguns avanços, alguns retrocessos e algumas permanências. Por avanço é possível considerar a existência de cargos de gestão ocupados por mulheres em níveis gerenciais.

Ainda que em regime de exceção, este pode ser um indício de que no contexto das fábricas, as mulheres tendencialmente venham a participar de modo mais efetivo na definição dos rumos tomados pela empresa. Como nos demais setores produtivos, historicamente a mulher tem ocupado setores cuja atuação têm sido preponderantemente os trabalhos manuais, precarizados, de menor aplicação tecnológica, que poderiam impedir a ocorrência das doenças ocupacionais em mulheres e evitar afastamentos com base nesta justificativa.

Uma manifestação bastante relevante também averiguada no contexto das fábricas diz respeito à tecnologia do controle e da disciplina em torno do espaço, do tempo e dos corpos. Pôde-se verificar uma diversidade de técnicas de controle e disciplinarização com vistas ao inculcamento e ao esquadrinhamento dos corpos e do espaço. É interessante, porém, enfatizar que este processo de inculcamento se dá de maneiras indiretas, não necessariamente estando perceptível num primeiro plano no contexto da fábrica. De modo geral, a tecnologia está representada e interpretada no viés discursivo das fábricas, pelos artefatos, principalmente no que diz respeito à modernização da maquinaria e dos processos de informatização e de automação. Esta percepção é convergente com as noções próprias do determinismo tecnológico, onde a tecnologia é alçada à condição de determinante essencial do

contexto social, de modo autônomo e a-histórico. Acerca do domínio da tecnologia no contexto das fábricas, no entanto, uma relação contraditória vem à tona. Para os gestores (Grupo A), o domínio da tecnologia para os trabalhadores é sempre superficial, inconsistente, quando não declarado inexistente, ao passo que para estes (Grupo B), há um domínio da tecnologia que é proporcional ao tempo, às experiências quotidianas, ao fazer o trabalho.

Diante destas manifestações que são poucas diante da infinidade de outras presentes no contexto investigado, pode-se considerar, ainda que as resistências sejam limitadas em muitas circunstâncias, que definir algumas destas relações entre saberes e poderes, torná-las aparentes, discuti-las, questioná-las e compreendê-las inseridas no contexto da tecnologia pode ser um passo relevante na temática tecnologia e trabalho. Neste sentido, o presente trabalho não se encerra em si mesmo, mas aponta para uma diversidade de possibilidades futuras acerca de temas que carecem e instigam para outras análises. Aponta-se por exemplo, a necessidade de um aprofundamento acerca das relações entre os trabalhadores rurais e a indústria no contexto do desenvolvimento regional do Sudoeste do Paraná; as questões de gênero no contexto fabril da região, além das concepções de tecnologia e suas articulações com as discussões em torno do desenvolvimento na região. São perspectivas futuras como estas, que acredito, em muito poderão contribuir para as discussões em torno da temática Tecnologia e Trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMSOP (2006). **Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná**. Disponível em www.ampr.org.br. Acessado em junho de 2006.

ANTUNES, Ricardo (1997). **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as memórias e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ARAÚJO, Inês Lacerda (2001). **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR.

ARNS, Alice Bertoli (1987). **Crônica à margem do Rio do Oeste**. Curitiba: Linarth.

BAKHTIN, M. (1995). **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec.

BARDIN, Laurence (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BASTOS, João A. S. L. (1998). O diálogo da Educação com a Tecnologia. IN: **Tecnologia e Interação**. João Augusto S. L. A. Bastos (org.). Coletânea "Educação e Tecnologia", PPGTE/CEFET. Curitiba: CEFET-PR.

BATTISTI, Elir (2006). As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: **Campo-Território**: revista de geografia agrária. V. 1, n.2, (p. 65-91), ago.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George (2002). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som**. Petrópolis: Vozes.

BERNARTT, M. de L. (1999). **Educação e trabalho na história do ensino técnico brasileiro**: contribuições do CEFET-PR. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação: Faculdade de Educação /Unicamp - Campinas, São Paulo.

_____. (2006) **Desenvolvimento e Ensino Superior**: um estudo do Sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de Campinas. Campinas, 284 p.

BLAY, Eva (1978). **Trabalho Domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática.

BODANESE, Elisabeth M. C; BOCHESE, Neri. F. F. (2004). **No fogo o brilho e a história de um povo**. Pato Branco: Liceu Teixeira.

BRASIL (1997). Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o ensino técnico**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo: Brasília, DF.

BRASIL (1996). Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo: Brasília, DF.

BRUSCHINI, Cristina. (2000). Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/1995). In: ROCHA, Maria I. B. (org.) **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP. São Paulo: Editora 34.

BURKE, Peter (2004). **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Marília G. (1998) Tecnologia e Sociedade. IN: **Tecnologia e Interação**. João Augusto S. L. A. Bastos (org.). Coletânea "Educação e Tecnologia", PPGTE/CEFET-PR. Disponível na World Wide Web em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/selecao/2005/leituras/carvalho1998b.pdf>.

CEFET-PR (2005). **Cursos Superiores de Tecnologia: o desafio de uma nova proposta**. Disponível em <http://www.cefetpr.br/cefet/cursos/informacoestecnologia.pdf>, Curitiba: CEFET-PR. Acessado em novembro de 2005.

CHIAVENATTO, Idalberto (1999). **Teoria Geral da Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus.

CROSBY, Alfred W. (1999) **A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental (1250-1600)**. São Paulo: Editora UNESP.

CUNHA, Adriana M. (1999). **A indústria de eletrodomésticos de linha branca**. Projeto de Tese de Doutorado: Forma de organização de mercados em redes de fornecedores e produtores: a indústria brasileira de linha branca. Mimeo, IE/Unicamp.

DALETESE, Marcelo. (2006) **Uma história sem fim**. Pato Branco: Aliados/MK3.

DELEUZE, Gilles (1988). **Foucault**. 2 ed.. São Paulo: Brasiliense (1991).

FARACO, Carlos A. (2003). **Linguagem e Diálogo: As idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições.

FERES, João B. (1990). **Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil**. Nijmegen/Holanda: CEDLA.

FERRAZ, José M. G. (1999). A Insustentabilidade da Revolução Verde. In: **Meio Ambiente e Agricultura**. Ano VII, n. 26, abr/mai/jun. São Paulo: EMBRAPA.

FLEURY, Maria T. L (1996). A cultura da qualidade ou a qualidade da mudança. IN: FERRETI, Celso João, et. al. **Novas Tecnologias e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes.

FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL E DA SOCIEDADE DO SUDOESTE DO PARANÁ (1999). **Plano de desenvolvimento sustentável do sudoeste do paraná**. Pato Branco: EMATER.

FOUCAULT, Michel (1969). **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense (2005).

_____ (1984). **A história da sexualidade: o conhecimento de si**. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1966). **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes (1990).

_____ (1994). **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes (2005).

_____ (1994). Les techniques de soi. v. IV. In: **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard.

_____ (1985). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1990). **O que é a Crítica? [Crítica e Aufklärung]**. Vol. 82, n º 2, pp.35-63, avr/juin, 1990. Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges. Revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em www.unb.br/fe/filoesco/foucault/critique.htm. Acessado em 2005c.

_____ (1975). **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes (1987).

GEERTZ, Clifford (1978). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GITAHY, Leda e Cunha, Adriana M (1998). **Redes e Flexibilidade: reestruturação produtiva e trabalho na indústria de linha branca**. Seminário Internacional Trabajo y Empresa, entre dos siglos. Santiago do Chile.

GOMES, Iria Z. (1986). **1957: A Revolta dos Posseiros**. Curitiba: Criar Editora.

GORZ, André (2005). **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume.

HARVEY, David (2003). **Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola.

HIRATA, HELENA (2003). Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. In: **Revista Educação e Tecnologia**. 2003. Disponível em www.ppgte.cefetpr.br/publicações.htm. Acessado em 2005.

HOBBSAWN, Eric J. (1994) **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra.

IANNI, Otávio (1997). **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IBGE (2000). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2006). **Estatísticas do século XX**. Disponível em <http://ibge.gov.br/seculooxx/default.shtm>. Acessado em junho de 2006.

INVERNIZZI, Noela (2000). **Novos rumos do trabalho: mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira**. Tese de Doutorado. DPCT-IG/Unicamp. Campinas.

_____ (2000). Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira: tendência dos últimos vinte anos. IN: **23ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG: 2000b. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0920t.PDF>. Acesso em outubro de 2006.

IPARDES (2001). **Indicadores Temáticos**. (cd-rom). Paraná: IPARDES.

IPARDES (2003). **Leituras Regionais: Mesorregião Sudoeste**. IPARDES (cd-Rom).

IPARDES (2004). **Leituras Regionais: mesorregião geográfica sudoeste paranaense**. Curitiba, PR: IPARDES: BRDE.

IPARDES (1989). **O Paraná Reinventado: política e governo**. Curitiba: IPARDES/SEPL/FUEM.

KRÜGER, Nivaldo (2004). **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Curitiba: POSIGRAF.

LANDES, David S. (1994). **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LAZIER, H. (1997). **Análise histórica da posse da Terra no Sudoeste paranaense**. Francisco Beltrão, PR: Grafit.

LEITE, Márcia de P. (1994). **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária**. São Paulo: Scritta.

LEITE, Márcia de P. (org). (1994). **O Mundo do Trabalho**. São Paulo: Scritta.

LENHARO, Alcir (1989). **A sacralização da política**. Campinas-SP: Papirus, 1989.

LIMA FILHO, Domingos L (2004). Breve Ensaio sobre as Virtudes da Virtualidade: elementos para uma crítica ao conceito de sociedade da informação. IN: **Tecnologia e Sociedade: (Im)Possibilidades**. Gilson Leandro Queluz (org.). Curitiba: Torre de Papel.

LIMA FILHO, Domingos L. e QUELUZ, Gilson L. (2005). A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. IN: **Educação e Tecnologia**. Belo Horizonte, MG: CEFET-MG, v. 10, n.1, p. 19-28, jan./jun.

MACHADO, Lucília R. de Souza (1989). **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez.

MACHADO, Maria L. B. (2003). **O cotidiano do trabalho na indústria Senegaglia (1936-1976): hierarquias, (in)disciplinas e relações de gênero em uma fábrica paternalista**. Dissertação de Mestrado. PPGTE/UTFPR. Curitiba.

MARTINS, José de Souza (1984). **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

MARX, Karl (1885). **O Capital**. V. 1, 4ª seção, Cap. XIII. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand (1991).

MATUSITA, Ana. P. (1997). **Mudança estrutural no setor de linha branca nos anos 90: características e condicionantes**. Dissertação de Mestrado. DPCT-IG/Unicamp. Campinas.

MEIHY, José C. S. B. (1996). **Manual de História Oral**. 5 ed. São Paulo: Loyola (2005)

MENDES, Mariuze D. (2005). **A fragmentária história da fábrica de móveis Martinho Schulz: tradição e modernidade na produção artesanal com fibras de Curitiba**. Dissertação de Mestrado. PPGTE/UTFPR. Curitiba.

MENDONÇA, Sonia R. (1995). **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna.

MINAYO, M (2000). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO.

MOLON, Suzana I. (2003). **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky–Petrópolis**, Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

MOREIRA, Daniel A. (1993). **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Pioneira.

PEZARICO, Giovanna e OLIVEIRA, Marlize R (2004). Políticas Públicas para o Ensino Superior: uma análise da expansão no Sudoeste do Estado do Paraná. In: **V ANPEDSul**. Curitiba: PUC (cd-rom).

PELIANO, José C. (1990). **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PERROT, Michelle (1988). **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1991). **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa a Primeira Guerra**. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras.

PERTICARRARI, Daniel (2003). **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de linha branca no Brasil**. Dissertação de Mestrado. DPCT-IG/Unicamp. Campinas.

PINA, Ana M. B. (2004). **Inovações e Trabalho: percepções de trabalhadores e gerentes em uma empresa de linha branca**. Dissertação de Mestrado. DPCT-IG/Unicamp. Campinas.

PINA, Ana M. B.; STANCKI, Nanci; GITAHY, Leda. (2003). Mudanças organizacionais e trabalho: percepções dos trabalhadores e gerentes de uma empresa de eletrodomésticos de linha branca. In: **XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu, MG.

RAGO, Margareth (1997). **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANDRONI, Paulo (2002). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller.

SANTOS, Milton (1993). O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos? In: **17º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu, MG.

SANTOS, Regina B (1994). **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione.

SCHNEIDER, Sérgio (2003). **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS.

SEBRAE/IPT (2001). **MPEs de Base Tecnológica: conceituação, formas de financiamento e análise de casos brasileiros**. Relatório Técnico. São Paulo: SEBRAE e IPT.

SEVCENKO, Nicolau (2001). **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA JR. João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar (1999). **Novas faces da Educação Superior no Brasil: as reformas do Estado e mudanças na produção.** Bragança Paulista: EDUSF.

SILVA, Nanci. S. (2005) **Reestruturação produtiva e gênero: um estudo de caso em duas empresas de linha branca.** Tese de Doutorado. DPCT-IG/Unicamp. Campinas.

SPOLIDORO, Roberto (1994). **Mudanças tecnológicas e suas implicações na (re) organização do território.** Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia.

STAM, Robert (2000) . **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa.** São Paulo: Ática.

THOMPSON, E. P. (2002) **A formação da classe operária inglesa.** 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, E. P. (1998) **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras.

VERDE, Valéria Valle. (1994). **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES.

VOLTOLINI, Sítio (1997). **Retorno 2: Pato Branco na revolta dos posseiros de 1957.** Pato Branco, Artepress.

_____ (1997). **Retorno 3: ciclo da madeira em Pato Branco.** Pato Branco, PR: Imprepel.

WACHOVICZ, Rui C. (1987). **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: Vicentina, 1987.

ZANELLA, A. V. (2004) Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.1, p.127-135, Maringá.

ANEXO 1. Roteiro para entrevista semi-estruturada (Grupo A e B)

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 e 2 – GRUPO A e B

Objetivo: Compreender as concepções de tecnologia envolvidas no processo produtivo, estabelecendo relações com o modo de organização do processo e gestão.

BLOCO I:

1. Você poderia descrever de forma sucinta a sua trajetória pessoal?
2. E a sua trajetória profissional?
3. Você poderia descrever as atividades do setor que você gerencia?
4. Como é controlado o tempo das atividades?
5. Como é organizado o espaço - ambiente?
6. Como são organizados os treinamentos? Com que objetivos?
7. Como são elaboradas e implementadas as diretrizes neste setor?
8. Como é o processo de comunicação do setor?
9. Como é o processo de interação com os demais níveis hierárquicos?
10. Como é organizada a hierarquia?

BLOCO II:

1. Como você percebe a relação entre saber e tecnologia:
2. Como você percebe o saber escolarizado e a “experiência”:
3. Qual o perfil do profissional desejado (comportamento, saberes e desempenho)?
4. E qual o perfil do profissional existente?
5. Quais saberes são fundamentais? E o que implicam em relação a hierarquia?
6. Como você percebe o domínio da tecnologia pelo operário?
7. Como você percebe a relação homem/mulher-máquina – ferramentas?
8. De maneira geral, quais as principais transformações tecnológicas que ocorreram nos últimos tempos? Que alterações sofrerem o perfil do profissional? E a rotina da empresa?
9. Para você o que é tecnologia e como você a percebe no seu trabalho?

BLOCO III:

1. Quais as principais dificuldades para a realização do seu trabalho:
2. Como você contribui para as melhorias do seu trabalho, do processo, da gestão ou do ambiente de trabalho?
3. Como você aplica os seus saberes (da escola, dos cursos e treinamentos e da experiência) no processo produtivo?
4. O que mudou depois que você começou a trabalhar nesta empresa ou neste setor? (intenções)
5. O que você gostaria de saber e não sabe acerca do trabalho que realiza?

